



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ATA N.º 02/2025

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2025

INICIADA ÀS 10 HORAS E 10 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS E 45 MINUTOS.

---

|                              |            |
|------------------------------|------------|
| <b>SUMÁRIO:</b>              | <b>FL</b>  |
| ABERTURA .....               | <b>02</b>  |
| INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ..... | <b>08</b>  |
| ANTES DA ORDEM DO DIA .....  | <b>09</b>  |
| ORDEM DO DIA .....           | <b>47</b>  |
| ENCERRAMENTO .....           | <b>109</b> |

ATA N.º 02/2025ABERTURA

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2.1 - *Apreciação e votação de Atas*****a) *Ata n.º 08/2024 de 18 de dezembro de 2024*****2.2 - *Leitura resumida do expediente*****2.3 - *Pedidos de informação e esclarecimentos*****2.4 - *Declarações de âmbito político e de interesse municipal*****2.5 - *Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação*****2.5.1 - *Voto de Louvor à Atleta de Alto Rendimento no Atletismo Laura Taborda*****2.5.2 - *Voto de Louvor à Dra. Elisabeth Morão*****2.5.3 - *Saudação à luta das populações pelo fim das portagens na A23 e A25*****2.5.4 - *Saudação – 8 de Março – Dia Internacional da Mulher*****2.5.5 - *Voto de Protesto pelo Veto do Senhor Presidente da República de não promulgação da lei que repõe 302 Freguesias, 8 das quais do Concelho da Covilhã*****2.5.6 - *Moção de Protesto “Transportes Públicos no Concelho da Covilhã”*****2.5.7 - *Voto de Louvor ao Senhor Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo*****2.5.8 - *Voto de Saudação pela implementação do Passe Ferroviário Verde*****2.5.9 - *Moção pela Modernização da Linha da Beira Baixa e Redução dos Tempos de Viagem de e até Lisboa e Porto*****2.5.10 - *Voto de Pesar pelo Falecimento da Senhora Maria Eugénia Abrantes Cardona Gaiolas*****2.5.11 - *Voto de Protesto à postura da Iniciativa Liberal perante o processo de Desagregação de Freguesias*****2.5.12 - *Voto de Protesto às declarações do Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação relativas ao IC6*****3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA****3.1 - *Debata entre Grupos Municipais*****a) *“Desporto e Associativismo”***

**b) “Cultura como motor de afirmação, de identidade e de desenvolvimento social e económico dos territórios”**

- 3.2 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município***
- 3.3 - *Tomada de conhecimento das Declarações ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março***
- 3.4 - *Tomada de conhecimento das isenções concedidas e aprovadas no ano de 2024 – Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e de Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal no Município da Covilhã – Artigo 38.º***
- 3.5 - *Apreciação e deliberação sobre a Demonstração do Desempenho Orçamental***
- 3.6 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Alteração Orçamental Modificativa n.º 1***
- 3.7 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Memorando de Intercâmbio e Cooperação Amigável entre o Distrito de Longhua, Cidade de Shenzhen, da República Popular da China, e Covilhã, Portugal***

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de São Miguel) em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Estiveram presentes na sessão os Excelentíssimos Senhores(as): **Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Dra. Paula Sextina Martins de Matos em substituição da Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Ilídio Moisés Serra dos Reis em substituição do Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Mafalda Lourenço Nunes em substituição de Lino Fernandes Torgal, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Rúben Miguel Carvalho Nascimento em substituição da Mestre Valéria Alexandra Mendes Garcia, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira em substituição do Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho em substituição da Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Paulo António das Neves Bicho em substituição do Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Eng.º Pedro Miguel Matos Mingote em substituição de Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

**Não compareceram à presente Sessão os Deputados Municipais: Dra. Joana Petrucci Dias Rocha e Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho). -----**

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, e os Vereadores Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia, e o Coordenador Técnico, Adriano Flávio de Jesus Mingote.** -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à apreciação, foi proposta a **inclusão de um Voto de Pesar pelo Falecimento da Irmã Elvira da Ascensão Vaz**, tendo o Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** pedido o uso da palavra para recordar que, “na Sessão Ordinária de 18 de dezembro de 2024, a bancada do PS inviabilizou a apresentação de uma saudação por nós apresentada já fora de prazo. -----

Queria salientar o facto de que esse Voto de Pesar podia ter sido apresentado já anteriormente ou pode ser apresentado na próxima Assembleia. Não vamos inviabilizar a apresentação deste Voto de Pesar hoje, mas que fique registado, de facto, que quem argumenta e apela devia ser coerente na apresentação dos documentos cumprindo os prazos.” -----

- Atribuída a palavra, o Deputado Municipal **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** justificou que, “efetivamente, o ficheiro que enviei para os serviços na sexta-feira foi um ficheiro que não estava com o texto completo e gravado. Portanto, o ficheiro correto acabou por ser enviado *a posteriori*. -----

Não me parece que uma saudação e um voto de pesar sejam a mesma coisa e que os conteúdos e a substância seja idêntica. -----

Se isso incomoda o Partido Comunista, lamento, e o Partido Socialista não tem nenhum problema em retirar este Voto de Pesar e incluir na próxima sessão. -----

Já foi dito que não tem objeção na inclusão, então está o assunto resolvido.” -----

--- Aquando da discussão do ponto **2.5.12**, o título da proposta **foi alterada para “Moção – Protesto às declarações do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação relativas ao IC6”**. --

- Após as **alterações aprovadas, por unanimidade**, a Ordem de Trabalhos ficou com a seguinte configuração: -----

**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2.1 - Apreciação e votação de Atas**

**a) Ata n.º 08/2024 de 18 de dezembro de 2024**

**2.2 - Leitura resumida do expediente**

**2.3 - Pedidos de informação e esclarecimentos**

**2.4 - Declarações de âmbito político e de interesse municipal**

**2.5 - Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação**

**2.5.1 - Voto de Louvor à Atleta de Alto Rendimento no Atletismo Laura Taborda**

**2.5.2 - Voto de Louvor à Dra. Elisabeth Morão**

**2.5.3 - Saudação à luta das populações pelo fim das portagens na A23 e A25**

**2.5.4 - Saudação – 8 de Março – Dia Internacional da Mulher**

**2.5.5 - Voto de Protesto pelo Veto do Senhor Presidente da República de não promulgação da lei que repõe 302 Freguesias, 8 das quais do Concelho da Covilhã**

**2.5.6 - Moção de Protesto “Transportes Públicos no Concelho da Covilhã”**

**2.5.7 - Voto de Louvor ao Senhor Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo**

**2.5.8 - Voto de Saudação pela implementação do Passe Ferroviário Verde**

**2.5.9 - Moção pela Modernização da Linha da Beira Baixa e Redução dos Tempos de Viagem de e até Lisboa e Porto**

**2.5.10 - Voto de Pesar pelo Falecimento da Senhora Maria Eugénia Abrantes Cardona Gaiolas**

**2.5.11 - Voto de Protesto à postura da Iniciativa Liberal perante o processo de Desagregação de Freguesias**

**2.5.12 - Moção – Protesto às declarações do Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação relativas ao IC6**

**2.5.13 - Voto de Pesar pelo Falecimento da Irmã Elvira da Ascensão Vaz**

**3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**3.1 - Debate entre Grupos Municipais**

**a) “Desporto e Associativismo”**

**b) “Cultura como motor de afirmação, de identidade e de desenvolvimento social e económico dos territórios”**

**3.2 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município**

**3.3 - Tomada de conhecimento das Declarações ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março**

- 3.4 - Tomada de conhecimento das isenções concedidas e aprovadas no ano de 2024 – Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e de Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal no Município da Covilhã – Artigo 38.º**
- 3.5 - Apreciação e deliberação sobre a Demonstração do Desempenho Orçamental**
- 3.6 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Alteração Orçamental Modificativa n.º 1**
- 3.7 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Memorando de Intercâmbio e Cooperação Amigável entre o Distrito de Longhua, Cidade de Shenzhen, da República Popular da China, e Covilhã, Portugal**

## 1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Concedida a palavra, a Senhora Carmelita Maria Rodrigues Esteves Baptista, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que é proprietária de um estabelecimento, desde 2004, na Estrada do Sineiro e que na parte de baixo, nos Pimenteais, há 40 anos os seus familiares sempre estacionaram aí os carros. “Nunca houve um sinal de proibição de estacionamento. Nunca houve problemas com carros a passar, mesmo quando lá havia muito movimento, o que não é o caso agora.” -----

Explicou que tinha recebido uma multa há cerca de 2 ou 3 meses e, não percebendo o motivo da mesma, enviou carta registada, dirigida ao Senhor Presidente, a solicitar esclarecimentos. “Por incrível que pareça, ontem puseram lá um sinal de proibido estacionar e parar. -----

Estou com dificuldades porque não tenho sítio para os clientes pararem para poderem ir à loja e inclusivamente os fornecedores não podem estacionar para me deixarem lá a mercadoria. -----

Vai fazer 21 anos que estou lá e as coisas estão a tornar-se cada vez mais difíceis. Não há estacionamentos para colocar o carro para trabalhar; os fornecedores têm que andar com as caixas às costas e são caixas pesadas. Quando abri a loja, toda a gente parava em frente a loja. Depois andaram a marcar a estrada, puseram lá um traço contínuo amarelo. Recorri à câmara e puseram traço descontínuo. -----

Só queria um esclarecimento por que é que de repente as coisas mudaram.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, segundo os serviços, “essa colocação de sinalização vertical tem a ver com o facto de a Travessa dos Pimenteais ser um arruamento sem saída. Portanto, inicia-se na Estrada do Sineiro e termina no Largo do Sineirinho. É um arruamento estreito e a Câmara recebeu várias reclamações de uma empresa ali existente, da Covimetais, que tem instalações no Largo do Sineirinho, queixando-se que os seus fornecedores não conseguem passar com os carros estacionados na travessa. -----

Entretanto, a informação também que me foi fornecida é que a Senhora Carmelita tem a loja na Estrada do Sineiro, ou seja, num sítio diferente daquele onde está proibido o estacionamento, ou seja, que a proibição que foi agora determinada é na Rua de baixo, na Travessa dos Pimenteais, e não na rua onde a Senhora tem o estabelecimento.” -----

- A Senhora Carmelita Maria Rodrigues Esteves Baptista explicou que a sua loja dava para as duas ruas e sempre estacionou o carro “cá em baixo e dizia aos meus clientes para estacionarem lá em baixo. Esse senhor já lá está há muitos anos, quase há tantos anos como a minha família. Não houve problemas, até porque agora passam cada vez menos carros grandes para esse senhor e esse senhor também estaciona o carro lá em baixo.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** referiu que o assunto já estava esclarecido e que o mesmo estava mais indicado para uma reunião de Câmara.” -----

## 2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE ATAS

#### A) ATA N.º 08/2024 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

--- Submetida à apreciação e após o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 08/2024 de 18 de dezembro de 2024**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

**Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD), Dra. Paula Sextina Martins de Matos (PS), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), Paulo António das Neves Bicho (PS), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada) e Abel Fernando Pereira Cardoso.** -----

**Não votou ainda o Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por se encontrar ausente da sala.** -----

### 2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a acusar a receção da Moção sobre o PRPNSE -----
- Email do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a acusar a receção do Voto de Louvor ao Centenário do Nascimento de Mário Soares -----
- Email do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a acusar a receção da Moção sobre o PRPNSE -----
- Email do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a acusar a receção do Voto de Louvor ao Centenário do Nascimento de Mário Soares -----
- Email/Ofício do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção sobre o PRPNSE -----

- Email/Ofício do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção do Voto de Louvor ao Centenário do Nascimento de Mário Soares -----
- Email de Farmácias Holon a informar que as Farmácias Holon Cova da Beira, nomeadamente a Farmácia Covilhã, Farmácia Pedroso, Farmácia S. João, Farmácia Diamantino e Farmácia Costa, foram distinguidas com o prestigiado Estatuto PME Excelência 2023 -----
- Email do Senhor Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz a requerer suspensão de mandato (de 31/01/2025 a 31/07/2025) -----
- Email da CIMBSE a remeter a Moção “Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela” apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e aprovada, por maioria, na Assembleia Intermunicipal da CIMBSE de 16 de dezembro de 2024 -----

### 2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Não se registaram pedidos de informação e de esclarecimentos. -----

### 2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: (**Doc.01** com as alterações feitas durante a sua leitura) -----

*“É com profundo sentido de responsabilidade que me dirijo a esta Assembleia para abordar um tema que tem sido motivo de grande expectativa e emoção para as populações do nosso concelho e de todo o país: a desagregação das freguesias anexas pela chamada “Lei Relvas de 2013” ... no momento crítico da Troika. -----*

**Queremos sublinhar, que as populações não podem nem devem ser tratadas como meros peões num jogo político. O respeito pela dignidade e pelos anseios das comunidades locais deve estar acima de qualquer agenda partidária. -----**

**As hesitações, os avanços e recuos, as contradições que têm caracterizado este processo legislativo são profundamente lesivos da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. As**

**populações merecem clareza, transparência e, acima de tudo, respeito pelas suas legítimas aspirações.** -----

Senhor Presidente, caros membros desta Assembleia, -----

**As freguesias não são meras divisões administrativas num mapa.** -----

**São entidades vivas, com história, cultura e identidade próprias.** -----

**São territórios com alma, onde gerações cresceram e desenvolveram um sentido de pertença que transcende as fronteiras administrativas.** -----

Quando uma freguesia perde a sua autonomia, não é apenas um nome que desaparece ou uma junta que se dissolve. É uma parte da identidade coletiva que se dilui, são laços comunitários que se enfraquecem, é um património imaterial que se coloca em risco. -----

É certo que se torna incompreensível que se tenha aguardado até à véspera de novas eleições autárquicas para concretizar uma medida tão esperada. Ainda assim, a dúvida invocada pelo Presidente da República - relativa à capacidade de aplicar o novo mapa já às eleições de setembro ou outubro - revela uma preocupação meramente processual e burocrática que não se deve sobrepôr ao direito das comunidades de recuperarem a sua autonomia administrativa. -----

É com profundo desagrado que observamos a forma como o Senhor Presidente da República optou por devolver o diploma **sem a devida consideração pelo movimento popular que já estava em marcha, pelo profundo significado emocional que esta questão representa para milhares de portugueses.** -----

Senhor Presidente, caros membros desta Assembleia, -----

**A democracia local é um pilar fundamental da nossa organização política. As freguesias são a expressão mais próxima e mais autêntica dessa democracia.** -----

Saudamos, por isso, a corajosa decisão do PSD em levar de novo o diploma ao Parlamento, no próximo dia 5 de Março (dizem o dia 11), honrando assim o compromisso assumido com as populações. -----

**Apelamos igualmente às restantes forças políticas que coloquem o interesse das comunidades locais acima de quaisquer considerações partidárias e viabilizem esta importante medida.** -----

As populações das freguesias em causa merecem ser pacificadas nos seus direitos, ver as suas expectativas atendidas, ver a alma das suas freguesias restituídas. -----

**Não podemos continuar a adiar uma decisão que é, acima de tudo, um ato de justiça histórica e de respeito pela identidade cultural e administrativa das nossas comunidades.** -----

Apelo, por isso, a esta Assembleia que se pronuncie inequivocamente em defesa da desagregação das freguesias do nosso concelho, demonstrando assim o seu compromisso com a democracia de proximidade e com o respeito pela identidade e pela vontade das nossas populações. -----

**A história julgará a forma como agimos neste momento crucial. Estejamos à altura das responsabilidades que os nossos concidadãos depositaram em nós.** -----

**Nota:** Uma palavra para os cidadãos do Canhoso que foram esquecidos. Ninguém tratou atempadamente do seu processo de desanexação e estão hoje dececionados com os seus eleitos.

**O Movimento Covilhã Tem Força** quer deixar aqui, mais uma vez, o seu lamento.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** Após cumprimentar todos os presentes, referiu ter-se esquecido de se inscrever no tempo dos DMI's e perguntou se poderia ainda inscrever-se nesse tempo. -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Questionou a Mesa da Assembleia Municipal “se um eleito que está dentro de um Grupo Municipal pode utilizar tempo como Deputado Municipal Independente. É necessário clarificar para podermos prosseguir da forma mais harmoniosa possível. Segundo o nosso Regimento tem que falar de acordo com o tempo atribuído ao Grupo Municipal e, se não está num Grupo Municipal, fala no tempo atribuído aos Deputados Municipais Independentes.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que “obviamente o Senhor Presidente da Junta não pode deixar de defender a Junta. Portanto, naturalmente, tem que poder falar e não falará no tempo atribuído ao Grupo Municipal.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Trazem-me aqui dois assuntos. -----

O primeiro é sobre o auto de transferência de competências estabelecido entre as freguesias e a Câmara Municipal da Covilhã que foi realizado para este mandato, que teve início a 1 de janeiro de 2022, assinado ainda em 2021. Aquilo que nos foi dito e o que está contemplado também nesse contrato é que as juntas de freguesia podem fazer pedidos de alteração daquilo que são as áreas contempladas, o número de espaços, etc. Para além da questão da atualização que, pelos vistos, estava mais ou menos regularizada para este ano que não tem sido feito ao longo destes anos que estava mais ou menos visto os tais 5% para este ano, mas não tenho informação nenhuma acerca disso. -----

A Junta de Freguesia da Boidobra, no dia 5 de junho de 2024, enviou à Câmara Municipal, ao Senhor Vereador José Miguel Oliveira, um pedido de retificação de áreas e de espaços de áreas de cedência e terrenos municipais e zonas verdes, enviando o ficheiro Excel editável, dois ficheiros PDF e inclusivamente dois ficheiros com kmv, com Google Earth e com a identificação dos vários espaços, etc., e pedimos essa atualização. -----

No acordo temos 41.000 m<sup>2</sup> para limpar, tratar, cuidar e fazemos devidamente justificado nesse email e nessa missiva 54.000 m<sup>2</sup>, ou seja, estamos a falar aqui de uma diferença de 13.000 m<sup>2</sup>. Porque os tratamos, porque gastamos recursos com eles, gostaríamos de o atualizar. -----

Continuo, desde o dia 5 de junho de 2024, sem obter qualquer resposta acerca disto, nem verbal, digamos assim, oral e escrita. Já vamos estando habituados a que isso aconteça e acho que era

importante, com as freguesias que apresentam, justificam e colocam, haver uma resposta e um tratamento daquilo que aqui está, até porque os terrenos são municipais e estão limpos. Colocámos isto em devido tempo. No Orçamento isto não veio contemplado e gostaria de obter uma resposta acerca desta situação.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “temos, no Concelho da Covilhã, uma política de mobilidade e transportes que se poderá denominar-se de dois sistemas que promovem a discriminação e a desigualdade. Ou seja, existe um sistema de mobilidade mais suave para os cidadãos residentes na denominada Grande Covilhã e outro sistema que penaliza quem vive nas restantes freguesias do Concelho, ditas rurais.

50 anos após o 25 de Abril ainda existe espaço, infelizmente, para se falar em desigualdades e exigir a igualdade e a aplicação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, no Concelho da Covilhã, que diz: -----

“1 – Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. -----

2 – Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social.” -----

O Código do Procedimento Administrativo (CPA) transcreve no seu artigo 6.º também princípio da igualdade “Nas suas relações com os particulares, a Administração Pública deve reger-se pelo princípio da igualdade...” e transcreve depois o artigo que se encontra o texto da Constituição onde refere, como é evidente, também que ninguém deve ser discriminado pelo território de origem. -

Para a mobilidade na Grande Covilhã convergem financiamento do *Incentiva + TP*, o antigo PART, converge o financiamento do passe dos antigos combatentes, do passe para jovens com idade inferior a 23 anos, do *Circula PT*, aprovado pela Portaria n.º 322-A/2024, de 10 de dezembro, em vigor desde 1 de janeiro de 2025, prevê o desconto de 25% a terceira idade ou mais de 65 anos e aqui encontramos o desconto nos títulos de transporte em vigor na Covilhã, implementados desde janeiro de 2025, e converge também para este financiamento da mobilidade Covilhã, é evidente, algum esforço municipal. -----

Para as restantes freguesias do Concelho, ditas rurais, não existe *Incentiva + TP*, nem *Circula PT*, nem financiamento municipal. Os seus residentes pagam a normal tarifa de venda ao público. O único apoio dado são as dez viagens/mês aos que possuem o Cartão Social Municipal. Em cinco dias do mês têm mobilidade; nos restantes 25 dias ficam na freguesia confinados. -----

Para além do não financiamento, crescem circuitos inadequados e material circulante degradado sem o mínimo de conforto. Acresce ainda a ausência de transporte ao fim de semana. -----

Os programas de apoio à mobilidade e ao tarifário, de acordo com a Portaria acima referida, visam combater a pobreza no âmbito da mobilidade. A Portaria, referindo-se a regulamentos comunitários, define o conceito de pobreza de mobilidade como a incapacidade ou a dificuldade dos indivíduos e das famílias em suportar os custos do transporte privado ou público, ou a falta ou

a limitação de acesso ao transporte necessário para acederem a serviços e atividades económicas essenciais, tendo em conta o contexto nacional e espacial. -----

Face à situação existente ao nível da mobilidade e no que às freguesias rurais diz respeito, podemos concluir que estamos num estado de pobreza de mobilidade extrema. -----

Esperamos que os Senhores Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesia se associem às nossas preocupações e exigência de tratamento igual para as suas populações. -----

É urgente e de elementar justiça que a Câmara Municipal, gerida pelo PS, considere que as populações das freguesias rurais fazem parte deste Concelho e que integram o território nacional, onde a legislação e os programas de mobilidade devem ser aplicados.” -----

- **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: (**Doc.02** com as alterações feitas durante a sua leitura) -----

*“Vivemos confrontados com condições externas altamente desafiantes e imprevisíveis. O contexto de guerras, uma delas nas fronteiras da União Europeia é uma ameaça séria à soberania dos estados; a tentativa de recuperação da economia mundial pós-pandemia, ainda com efeitos bem visíveis, sobretudo, nos países mais pobres; as desafiantes alterações políticas e económicas de alguns países mais próximos da nossa democracia; são desafios de uma enorme incerteza para o nosso país e concidadãos. -----*

*Fruto deste contexto, é indubitável a importância do diálogo, da manutenção da estabilidade e de entendimento, da seriedade e da transparência na governação do nosso país e das nossas cidades. Só estas capacidades conferem previsão e confiança da ação aos mercados, aos nossos investidores e a quem nos procura para aqui viver e se fixar. -----*

*É por isso alarmante, para aqueles que defendem a estabilidade e a previsibilidade, olhar ao crescimento das posições políticas extremadas. -----*

*É por isso pertinente, combater a desinformação, aumentando a qualidade da informação pública e a sua divulgação em todos os órgãos e meios. -----*

*É por isso urgente, governar com maior transparência e escrutínio. -----*

*O crescimento da extrema-direita e dos movimentos nacionalistas são uma crescente preocupação política, social e económica, e que trazem consigo uma série de riscos para a nossa democracia, para a estabilidade social e as relações internacionais. -----*

*Estes movimentos, alimentados pelos discursos da exclusão, xenofobia, ódio e polarização, são um desafio para a coesão social, para os direitos humanos, das minorias e para o próprio funcionamento das instituições democráticas. -----*

*Estas correntes enfraquecem aliás as fundações da democracia, aumentando as desigualdades. --*

*Começamos já a sentir o impacto do resultado eleitoral dos EUA. Nas taxas, nas ameaças, na falta de diálogo, na perseguição e na destruição de valores e normas que tínhamos como adquiridos. --*

*Na Alemanha, assistimos este fim-de-semana a algo inimaginável, ao resultado de um partido que lavra os seus ideais no nacionalismo alemão, que outrora marcara o nosso mundo de forma tão negativa e inesquecível. -----*

*A resposta política a este fenómeno deve ser firme e unida, promovendo a inclusão, o respeito pelos direitos humanos e o fortalecimento das nossas instituições democráticas. -----*

*No plano interno, na nossa cidade, enfrentamos um contexto igualmente desafiante. -----*

*As eleições estão à porta. Com elas, novos desafios sociais, demográficos e económicos que enfrentam as cidades do nosso país, serão certamente um terreno profícuo para a tomada de posições mais extremas e que não nos devem representar. -----*

*A este propósito, mais do que comentar candidatos em uma qualquer sondagem, queremos salientar aquele que foi finalmente o trabalho de escuta de um socialista à população. É certo que uma amostra da população, mas não deixa de ser relevante analisar algumas dessas conclusões. -*

*Vejamos: -----*

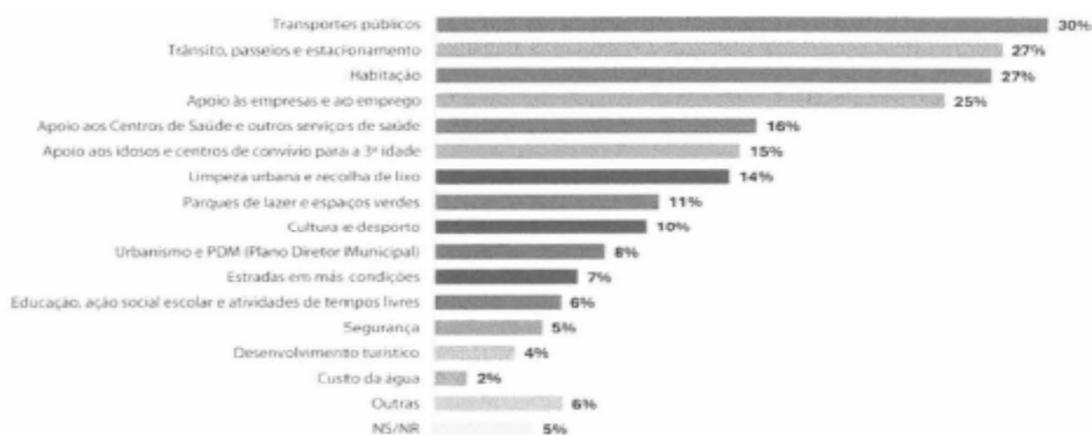
- 1. Qualidade de vida no concelho:** 47% dos inquiridos respondem muito má, má, ou nem boa e nem má. -----

*Que conclusões poderemos retirar desta avaliação? -----*

*Depois de quase 12 anos de promessas socialistas no nosso município não deveria outra a avaliação? -----*

*Onde falhou esta governação? -----*

- 2. Maior problema do concelho:** Já foram aqui abordados alguns desses problemas. -----



*Na prática, olhando a todas as promessas do Partido Socialista durante estes três mandatos, todas elas falharam e a prova está neste inquérito realizado à população. -----*

- 3. Avaliação da governação do PS na CM:** 53% dos inquiridos respondeu que a governação foi muito má, má, ou nem boa e nem má. -----

*Mas e agora a oposição está representada nestes 53%? Certamente ouviremos aqui alguns dos deputados socialistas, que já nos habituaram a esta cassete, de que "a oposição apenas*

*nos traz críticas". Na verdade estas críticas são a voz da população que esta sondagem refletiu aqui e de forma muito rápida." -----*

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, começou "por apresentar um Voto de Louvor ao ainda Reitor da Universidade da Beira Interior, ao Professor Doutor Mário Raposo. -----

O Professor Doutor Mário Raposo, como está bem frisado no documento, foi o primeiro aluno da Universidade que se tornou Reitor da mesma. É o rosto da consolidação financeira, da internacionalização e do impacto regional da nossa academia covilhanense. -----

Foi docente por 42 anos e esteve na reitoria, se não estou em erro, por cerca de 22 anos, tendo decidido não se recandidatar ao cargo. É por esta razão que apresentamos um Voto de Louvor. --

Agora gostava de falar sobre a ferrovia. Duas questões sobre a ferrovia. A primeira é uma congratulação, uma saudação à implementação do Passe Ferroviário Verde que, com o custo de 20 € por mês, permite aos seus usuários que usufruam de viagens ilimitadas no Intercidades e, não sendo especificamente desenhado para a região e para o interior, traz benefícios importantes à Covilhã e à região em particular. -----

O primeiro exemplo que me vem à cabeça é de vários docentes e colaboradores da nossa Universidade que fazem semanalmente este trajeto para vir lecionar ou trabalhar na Covilhã. ----

No entanto, temos problemas graves na ferrovia que não estão ainda resolvidos. Dois claros. Primeiro, as melhorias por fazer na Linha da Beira Baixa e na Linha da Beira Alta. O trajeto entre a Covilhã e Lisboa demora cerca de 03h30 por Intercidades. O Plano Ferroviário Nacional é o próprio a admitir que só uma viagem inferior a 03h00 pode ser competitiva com rodovia. -----

No entanto, esse mesmo Plano e também o Plano Nacional de Investimentos não preveem intervenções na Linha da Beira Baixa, portanto entre a Covilhã e Lisboa, que permitam reduzir o tempo de viagem. -----

O traçado da nossa linha entre a Covilhã e Lisboa está praticamente inalterado desde o século XIX e impede o Intercidades. Não vale a pena aqui falarmos de alfas pendulares quando o Intercidades que temos não pode atingir a velocidade que lhe é permitida com o traçado existente. -----

E por esta razão, há duas coisas que me parecem essenciais: a primeira é, em vez de estarmos a discutir um túnel novo na Gardunha para pesados de matérias perigosas (que saudamos e também somos favoráveis), é importante discutir um novo túnel para a ferrovia para evitar que contorne quase toda a Serra da Gardunha, como acontece atualmente, e reduziria o tempo de viagem em 30 minutos; a segunda é a requalificação do troço entre Vila Velha de Ródão e Biver que é muito bonito para os usuários passarem junto do leito do Rio Tejo, mas que faz com que o Intercidades ande a cerca de 30 km/hora quando, se nos afastarmos um bocadinho do leito do rio, com a requalificação reduz em mais 30 minutos a viagem. -----

Em resumo, estas duas medidas simples e concretas, que não são assim tão caras, permitiriam reduzir o tempo de viagem da Covilhã para Lisboa de 03h30 para duas 02h30, sensivelmente o mesmo que se demora de carro. -----

Além disto, é de saudar a conclusão, esperamos que recente, da Linha da Beira Alta entre Guarda e Aveiro e, graças a isto, a Covilhã voltará a ter ligação ferroviária ao Porto. É importante. -----

No entanto, o plano atual prevê que o troço seja ligação direta entre Aveiro e Vilar Formoso. Isto faz com que os utilizadores da Linha da Beira Baixa, a nossa linha que passa na Covilhã, tenham que fazer transbordo na Guarda e esperar, não sabemos quanto tempo, para apanhar um novo comboio e seguir para o Porto. Como sabemos, isto não é exequível e a proposta que aqui apresentamos é que, em vez de o troço ser diretamente entre Aveiro e Vilar Formoso, haja uma ligação entre a Guarda e Vilar Formoso, mas que o traçado seja quase contínuo, digamos, quase circular entre Lisboa, Covilhã, por exemplo, Guarda e Porto e vice-versa, evitando transbordos e permitindo aos nossos concidadãos entrarem num comboio na Covilhã e saírem diretamente no Porto. -----

Digo isto com base na página 66 do Plano Ferroviário Nacional em que é o próprio a admitir que, apesar de não prever nenhuma intervenção nos troços, a oferta atual não explora as suas potencialidades. -----

Para terminar, o apelo que aqui deixamos é ao Governo para que a nossa região não seja esquecida e não seja prejudicada, mesmo quando comparada com outras regiões, já não digo do litoral, mas fronteiriças.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção começando, “como habitual, num âmbito nacional e para sinalizar que fez há dois dias três anos que, também nesta Assembleia, com estupefação, assinalámos a invasão da Ucrânia pela Rússia. Tenho feito, neste período da Ordem de Trabalhos, um reiterado apelo à paz, à serenidade, ao regresso ao direito internacional e não podia deixar de o voltar a fazer num mundo que está cada vez mais estranho e perigoso. -----

Quero também dar conta daquilo que é a situação do Serviço Nacional de Saúde. Já discutimos aqui muitas vezes que está em caminhos difíceis, desafios muito exigentes e saudar a Câmara Municipal e a Comissão das Celebrações dos 50 anos do 25 de Abril na Covilhã pela extraordinária conferência que foi organizada recentemente no Salão Nobre da Câmara Municipal, onde reforçámos a convicção de que o Serviço Nacional de Saúde é, de facto, um pilar da democracia, de coesão social da nossa comunidade e um dos resultados mais brilhantes dos nossos 50 anos de democracia. -----

Não posso deixar de lamentar profundamente toda a novela que tem sido proporcionada por um partido, que é o Partido CHEGA, que se apresenta na democracia como virtuoso e impoluto e depois, quando vamos perceber, tem atitudes e ações que se vão conhecendo que envergonham qualquer cidadão, qualquer democrata, qualquer pessoa. Isso fragiliza e enfraquece sobretudo a democracia. Não podemos, os democratas, contemporizar, considerar que é aceitável este tipo de atitude e condescender com este tipo de comportamentos. -----

Depois, uma nota de lamento, pese embora venha a seguir o PS apresentar uma moção também sobre a desagregação das freguesias, mas não posso deixar também de lamentar este pequeno contratempo que o processo de desagregação das freguesias teve com o veto do Senhor Presidente da República no âmbito das competências legítimas que lhe são conferidas, mas que vem atrasar um processo que corrige um erro cometido há muitos anos atrás, na chamada Lei Relvas, e que vem ao encontro daquilo que são as expectativas das populações e que agora, também recentemente, acabou por se atrasar infelizmente pela circunstância de a Assembleia da República ter sido dissolvida e de termos tido eleições em 2023. Este é um processo que vem dar resposta às populações e vem repor justiça, nomeadamente nas populações e nas aldeias mais pequenas, nas freguesias mais pequenas, onde a Junta de Freguesia, o Presidente da Junta e o Executivo da Junta de Freguesia são determinantes para ajudar e auxiliar os nossos concidadãos. -

Quero saudar entusiasticamente a eleição do Conselho Geral da UBI, nomeadamente a eleição do Senhor Presidente do Conselho Geral, o Eng.º João Casteleiro Alves, que é um Covilhanense, fazendo votos para que o trabalho que agora inicia como Presidente do Conselho Geral seja frutífero, seja frutuoso, a bem da nossa Universidade. -----

Aproveito também para dar conta que, no ponto 2.5 da apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação, vamos votar um Voto de Louvor também, como já aqui foi dito pelo PSD, ao Senhor Professor Mário Raposo que terminou este mandato enquanto Reitor da UBI e merece, por isso, o nosso louvor, tal como vamos louvar também a prestação da atleta com formação na Covilhã, Laura Taborda, que se sagrou campeã no âmbito do atletismo. -----

Propomos também para aprovação nesta Assembleia dois votos de pesar que nos parecem muito justos, que lamentamos naturalmente, e queremos, com este voto de pesar, que a Assembleia reconheça a importância que estas pessoas tiveram na nossa comunidade. Desde logo a Senhora Dona Maria Eugénia Gaiolas, que foi autarca e teve um impacto importante na nossa comunidade e um voto de pesar, que já vem com atraso, mas nunca é tarde para se fazer justiça, à Irmã Elvira Vaz. Aproveito para cumprimentar o Senhor Padre Fernando Brito que nos acompanha nesta sessão, agradecendo e louvando o trabalho que ambos têm feito na nossa comunidade e lembrar o impacto que a Irmã Elvira teve em toda a comunidade, no Centro Social que geriu, tendo dedicado uma vida inteira à nossa comunidade. -----

Depois quero também destacar todas as atividades municipais. Não tenho tempo e seria fastidioso estar aqui a elencá-las, mas que o Executivo Municipal tem desenvolvido (o Natal com Arte, a passagem de ano, o Diafragma, o programa que sabemos que é muito extenso e que se vai iniciar agora com o Carnaval da Neve, a nossa participação na FITUR, na Trienal de Design da Covilhã, ...). É um conjunto de iniciativas que, pela sua dimensão e extensão, não é possível identificá-las aqui, mas que reforçam a ideia de que este é um Executivo que faz, que vai ao encontro dos problemas dos Covilhanenses e é um Executivo que dinamiza a nossa comunidade, capacitando-a e projetando-a além da nossa região. -----

Não posso também deixar de dar aqui uma palavra de saudação aos 70 anos do Oriental. Assistimos todos a um musical que é o "Musical for Kids". Sabendo que essa é uma hipótese, apelo a que esta capacidade e competência que o Oriental tem no domínio artístico venha a ser

transformado numa pequena escola de talentos porque isso engrandece não só o Oriental, mas sobretudo a nossa comunidade. -----

Queria destacar também a reeleição do Dr. João Marques como Presidente da Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor, desejando-lhe as maiores felicidades no exercício do cargo e destacando aquilo que é a importância e relevância das empresas, da iniciativa privada e empresarial na nossa comunidade. -----

Por último e para terminar, saudar também aquilo que tem sido o trabalho do Conselho Municipal da Juventude, uma obra e uma criação deste Executivo Municipal do Partido Socialista, que tem tido um trabalho notável ao nível da dinamização e da representação dos jovens. Estão neste momento não só a promover um conjunto de iniciativas de vários tipos, desde a reflorestação a ações sociais, mas estão também a fazer, com o apoio da Câmara Municipal, um trabalho notável de debate, discussão, educação cívica nas escolas, alertando os nossos jovens para a importância do pensamento crítico e da participação cívica dos nossos jovens na sua comunidade. Isso é um trabalho notável que deve ser destacado e que deve ser apoiado e incentivado por esta Assembleia.” -----

## **2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO**

--- Nos termos das alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

### **2.5.1 – “Voto de Louvor** -----

#### **Laura Tabora – Atleta de Alto Rendimento no Atletismo** -----

*Laura Tabora nasceu em 1999, na Covilhã, freguesia de Santa Maria. Desde cedo demonstrou interesse pelo desporto, mas foi apenas aos 13 anos que iniciou a sua jornada no atletismo, integrando o Grupo Desportivo da Bouça. O seu percurso passou por clubes como o Grupo Desportivo das Donas, Os Leões da Floresta, o Pentaclubes da Covilhã e o Sporting Clube de Portugal, até chegar à sua atual equipa, o Sporting Clube de Braga.* -----

*Com uma evolução notável, Laura destacou-se desde cedo ao bater vários recordes distritais, nomeadamente nos 1500m obstáculos, 1000m planos e, mais tarde, nos 2000m obstáculos. Em 2016, sagrou-se pela primeira vez Campeã Nacional nos 2000m obstáculos, título que voltou a conquistar em 2023 e 2024 nos 3000m obstáculos. Atualmente, a sua marca coloca-a como a 4ª melhor atleta portuguesa de sempre nesta disciplina, atrás de figuras olímpicas como Jéssica Augusto, Sara Moreira e Clarisse Cruz.* -----

*Ao longo da sua carreira, Laura conquistou também seis títulos de vice-campeã nacional, tanto em pista (5000m) como em corta-mato.* -----

*Em 2019, Laura decidiu expandir os seus horizontes e embarcou numa jornada académica e desportiva nos Estados Unidos, conciliando os estudos com o atletismo. Ingressou na **Eastern***

**Kentucky University**, onde deixou a sua marca ao bater o recorde da Universidade nos 3000m obstáculos e sagrar-se tricampeã da sua conferência. -----

Em 2023, transferiu-se para a **Universidade do Arkansas**, treinando sob a orientação de Lance Harter, um dos mais conceituados treinadores de atletismo nos EUA. Durante esta fase, elevou ainda mais o seu nível competitivo, alcançando a 5ª melhor marca portuguesa de sempre nos 3000m obstáculos. -----

Em 2024, no **Campeonato Nacional da NCAA**, em Oregon, terminou na 5ª posição, garantindo o prestigiado título de **All-American**. Prova esta que a colocou na posição de quarta melhor de sempre em Portugal nesta disciplina. -----

Após concluir os estudos, Laura decidiu regressar a Portugal para continuar a sua carreira de alto rendimento mais perto de casa. Em novembro de 2024, sagrou-se vice-campeã nacional de corta-mato e, em dezembro, competiu no **Campeonato da Europa de Corta-Mato**, alcançando a 34ª posição individual. -----

A sua determinação e espírito de equipa levaram-na a uma das suas maiores conquistas até ao momento: **em fevereiro de 2025, ao lado das suas colegas do Sporting Clube de Braga, tornou-se Campeã da Europa por Clubes na Taça dos Campeões Europeus de Corta-Mato, realizada em Albufeira.** -----

Laura leva a sua carreira desportiva com enorme seriedade e paixão, representando com orgulho a sua cidade natal e o seu país. O seu percurso, marcado pela resiliência e conquistas, reflete o seu compromisso com o atletismo de alto nível. -----

Como reconhecimento pela sua prestação desportiva, que muito honra o nosso Concelho, e com votos de sucessos futuros, o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU – PCP/PEV) vem propor que a Assembleia Municipal da Covilhã aprove este voto de louvor e recomendar ao Senhor da Presidente da Câmara Municipal e ao Executivo Municipal o apoio (já solicitado) a esta jovem covilhanense, atleta de nível europeu e mundial.” **(Doc.03)** -----

**“Voto de Louvor** -----

**Laura Tabora** -----

Laura Tabora, natural da Covilhã, tem-se destacado como uma das mais promissoras atletas de corta-mato e meio-fundo em Portugal. Tendo iniciado a sua carreira no Penta Clube da Covilhã e posteriormente representando o Sporting Clube de Portugal, Laura Tabora tem acumulado títulos e honras que enchem de orgulho a nossa comunidade. -----

Entre outros feitos e depois de se sagrar Campeã Portuguesa nos 3000m obstáculos em 2023 e 2024, ter representado Portugal em diversas competições internacionais, como por exemplo o Campeonato Mundial Universitário de Corta-Mato, recentemente integrou a equipa do Sporting de Braga que conquistou o Campeonato Europeu de Corta-Mato. -----

A sua dedicação, esforço e espírito desportivo são um exemplo inspirador para todos os jovens atletas nacionais, para a comunidade em geral e em particular para os Covilhanenses. Laura

*Taborda não só eleva o nome da Covilhã no panorama desportivo nacional e internacional, como também demonstra os valores de perseverança, excelência e determinação.* -----

*Expressando o seu reconhecimento e gratidão à Laura Taborda e desejando contínuos sucessos na sua carreira desportiva, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária no dia 26 de fevereiro de 2025, deliberar o presente voto de louvor à atleta e Covilhanense Laura Taborda, pelos seus notáveis feitos desportivos e pela sua dedicação ao atletismo.” (Doc.04)* -----

--- Colocados à votação, os presentes **Votos de Louvor à Atleta de Alto Rendimento no Atletismo Laura Taborda** foram **aprovados por unanimidade.** -----

#### **2.5.2 – “Voto de Louvor** -----

*Elisabeth Morão é docente de francês e inglês no Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, na Covilhã, licenciada em estudos franceses e ingleses na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e com um Mestrado em ensino de francês e inglês, versando sobre o papel das emoções nas aprendizagens.* -----

*Tem várias obras publicadas: Emoções, de Betty Blue na Chiado Editora, O Homem Maior, edição de autor, e várias coletâneas de autores lusófonos, na Lua de Marfim Editora, na Orquídea Edições e na Papel D'Arroz Editora. Tem participado na Revista do Grupo Poético de Aveiro, na obra conjunta de poesia em quatro línguas ibéricas, português, galego, castelhano e catalão, Verba Volant, com coordenação de Xavier Frias-Conde.* -----

*Participa em apresentações de poesia, nomeadamente duas no âmbito do SIAC (Mostra de Arte Contemporânea) na Guarda, dinamiza oficinas de escrita criativa, nomeadamente no âmbito do Festival Bliss - Ananda Marga e nas iniciativas da Beira Converge e Cultupia. Participou em várias mostras culturais no âmbito do Montefest. É uma das coordenadoras da revista literária Giesta do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto. Apresentou agora a sua última obra, Corpo Manso Loucura Branda.* -----

*Como reconhecimento pela sua prestação cultural, no âmbito da poesia, produção literária em revistas, participação em oficinas e mostras culturais, que muito honram o nosso Concelho, o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU – PCP/PEV) vem propor que a Assembleia Municipal da Covilhã aprove este voto de louvor.” (Doc.05)* -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à Dra. Elisabeth Morão** foi **aprovado por unanimidade.** -----

**2.5.3 – “Saudação à luta das populações pelo fim das portagens na A23 e A25 -----**

*A introdução de taxas de portagens nas antigas autoestradas SCUT, como a A23 e a A25, imposta pelos Governos PSD/CDS e PS, e sob os argumentos mais falaciosos, como o princípio do utilizador-pagador, penalizou a região, constituiu um rude golpe no tecido económico e agravou as condições de vida de todos aqueles que, sem alternativas, circulam nestas vias estruturantes. Decorridos todos estes anos é possível concluir que neste processo só as concessionárias ficaram a ganhar. O Estado, as populações, os trabalhadores e a economia regional perderam e muito. -----*

*O PCP e a CDU, sempre se opuseram à cobrança de portagens e colocou-se do lado das populações que desde o primeiro momento se manifestaram contra esta injusta decisão. As reduções conseguidas no valor das portagens e a sua abolição, a partir do dia 1 de Janeiro de 2025, são inseparáveis da acção e da luta das populações e da Plataforma Pl'a reposição das SCUTS, que daqui saudamos, da acção do PCP e da CDU – que sempre defendeu e defende que estas vias, por serem fundamentais para o desenvolvimento regional, por não terem alternativa viável e por imperativo de justiça social não devem ser portajadas. -----*

*O fim das portagens é uma medida justa que só não aconteceu antes porque PSD, CDS, IL, e PS, sempre recusaram as propostas que visavam a sua eliminação, sendo que a ex- Ministra da Coesão do PS chegou mesmo a dizer que a abolição estaria “cada vez mais longe de ser uma possibilidade”.*

*Depois de passar anos a chumbar propostas do PCP no mesmo sentido, o PS, já na oposição, apresentou uma proposta de fim das portagens, aprovada por uma ampla maioria na Assembleia da República, onde se incluiu o PCP, da Lei n.º 37/2024, de 7 de Agosto, com os votos contra de PSD, CDS e abstenção da IL, que determina a eliminação de taxas de portagem em determinados lanços e sublanços de autoestradas do Interior, caso da A23 e A25, entre outras. -----*

*Esta, reafirma-se, é uma vitória que só foi possível devido à luta organizada, árdua e tenaz das populações. Vale sempre a pena lutar e o PCP cá estará para impulsionar essas lutas em prol de melhores condições de vida e mais justiça social para todos. -----*

***Até porque, nesta matéria, e como defendemos, é preciso continuar a lutar pelo fim das compensações para as concessionárias que já acumulam milhões de lucros e pela reversão para o Estado destas parcerias público-privadas, negócio ruinoso que não pode continuar a penalizar o erário público como tem feito até agora. -----***

*Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, delibera: -----*

*- Saudar vivamente as populações, os trabalhadores, a Plataforma Pl'a Reposição das SCUTS pela luta vitoriosa travada pelo fim das portagens na A23 e A25, cuja entrada em vigor, no dia 1 de Janeiro de 2025, significa repor a justiça na região e é uma condição muito importante para fixar, atrair pessoas e investimentos e, por essa via, contribuir para a melhoria das condições de vida.” -*

*(Proposta do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU – PCP/PEV) Doc.06) -----*

**--- Colocada à votação, a presente *Saudação à luta das populações pelo fim das portagens na A23 e A25* foi *aprovada por unanimidade*. -----**

**2.5.4 – “SAUDAÇÃO****8 de Março – Dia Internacional da Mulher**

No dia 8 de Março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Em 1910, por proposta de Clara Zetkin, foi aprovado um dia internacional que determinava uma ação comum pela emancipação das trabalhadoras e pelo sufrágio universal, em homenagem à dura luta travada em 1857 pelas operárias de uma fábrica têxtil em Nova Iorque.

Este dia representa o símbolo da luta emancipadora das mulheres e um marco na defesa dos direitos pela igualdade, justiça social, progresso e paz.

Não só neste dia, como em todos os dias do ano, é fundamental dar passos para a igualdade. Se é verdade que já se conseguiu muito, também é verdade que há ainda um longo caminho a percorrer para que tenhamos uma sociedade onde homens e mulheres tenham os mesmos direitos e deveres e onde a desigualdade de género seja eliminada nas diversas dimensões da vida – económica, política, social, cultural.

O Dia Internacional da Igualdade Salarial, celebrado a 18 de setembro, representa os esforços de longa data em direção à obtenção de remuneração igual para trabalho de igual valor. Este facto baseia-se no compromisso das Nações Unidas para com os direitos humanos e contra todas as formas de discriminação, incluindo discriminação contra mulheres e raparigas.

Em todo o mundo, as mulheres recebem menos que os homens, com a diferença salarial estimada em cerca de 20%.

Embora a igualdade salarial para homens e mulheres tenha sido alvo de investimento, aplicá-la na prática tem sido difícil. Em Portugal, a realidade é similar. Segundo dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Quadros de Pessoal 2022), a diferença entre o salário médio das mulheres e dos homens, é de 13,2% com prejuízo para as mulheres.

Apesar das profundas transformações na condição feminina, dos avanços significativos na desconstrução de estereótipos, e do reconhecimento, visibilidade e respeito pelo estatuto social e político das mulheres, tendo sido conquistas difíceis, estas devem ser valorizadas e aprofundadas, e nunca poderemos permitir que ocorra qualquer retrocesso.

Em Portugal, contrariando os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, continuam a persistir inúmeras desigualdades, preconceitos e discriminações no trabalho, na vida e na sociedade, em relação às mulheres. Prova disso são os números cada vez mais vergonhosos da violência doméstica.

Importa por isso continuar a combater as disparidades salariais entre homens e mulheres por uma força de trabalho mais eficaz e uma sociedade mais justa, bem como, a promoção da igualdade e da melhoria salarial.

E por fim, assinalar o Dia 8 de Março é uma oportunidade para exigir do poder político uma intervenção coerente em defesa da qualidade de vida e da igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres.

Neste sentido, Assembleia Municipal da Covilhã delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU-PCP/PEV): -----

Saudar todas as mulheres portuguesas por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em particular as mulheres do concelho da Covilhã, apelando à continuidade na reivindicação pela igualdade de direitos e de oportunidades. -----

Saudar as iniciativas promovidas no âmbito do Dia Internacional da Mulher no nosso Concelho.”  
**(Doc.07)** -----

--- Colocada à votação, a presente **“Saudação – 8 de Março – Dia Internacional da Mulher”** foi **aprovada por unanimidade.** -----

#### **2.5.5 – “Voto de Protesto** -----

**Pelo Veto do Senhor Presidente da República de não promulgação da Lei que repõe 302 Freguesias, 8 das quais do Concelho da Covilhã** -----

A decisão de não promulgação e devolução da Lei que repunha 302 freguesias, das mais de mil e cem roubadas ao povo em 2013, traduz uma atitude de desprezo pela vontade expressa das populações e dos seus órgãos representativos. Recorde-se que esta reposição decorre não de iniciativas legislativas com origem na Assembleia da República mas sim da tradução na Assembleia da República, nos termos da Lei de Criação aprovada em 2021, da vontade manifestada expressamente por cada freguesia e órgãos municipais. -----

Não há razões nem argumentos plausíveis para não dar concretização à reposição das freguesias. Invocar a proximidade às eleições não tem a mínima base de consistência se for tido em conta que, quando se tratou da liquidação de mais de um milhar de freguesias, imposta pelo governo PSD/CDS a pretexto da troika – a sete meses das eleições locais de 2013 –, esse critério não foi invocado! As freguesias são o elemento mais próximo desse poder local participado que a Revolução de Abril consagrou, não determinado por critérios mais ou menos esquemáticos de governança europeia como é invocado. -----

Há todas as condições para, dentro dos prazos legais, a Assembleia da República confirmar o diploma e fazer justiça às populações e ao seu direito de ver a sua freguesia e órgãos representativos de volta com o que significa de proximidade, participação democrática e melhor resposta aos problemas, apesar do voto contra da Iniciativa Liberal e abstenção do Chega. -----

**A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 26 de Fevereiro de 2025, reitera o apoio à reposição das Freguesias de Casegas, Ourondo, Coutada, Barco, Peso, Vales do Rio, Cantar Galo e Vila de Carvalho constantes na proposta de Lei da reposição das referidas 302 freguesias e apela que em 5 de Março a Assembleia da República confirme a Lei aprovada.** -----

O presente protesto deverá ser enviado ao Senhor Presidente da República e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.” **(Proposta do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU – PCP/PEV) Doc.08)** -----

--- Foi interveniente o Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** que referiu que “o Grupo Municipal do Partido Social Democrata votará a favor desta proposta. -----

O que está aqui em causa é o veto do Presidente da República à reposição de parte e não de sequer perto da totalidade das freguesias agregadas em 2013 e também a extinção que nos esquecemos muitas vezes de mencionar de mais de 100 freguesias que também vai acontecer nesta reorganização de administrativa do território ao nível das freguesias, vamos dizer assim. -----

Temos uma divergência de opinião face ao Senhor Presidente da República nesta matéria da reposição das freguesias que é clara e é partilhada por todos os partidos com representação na Assembleia da República, à exceção de um. -----

Não obstante que votemos a favor desta proposta e outra muito similar que vamos votar a seguir sobre esta matéria por não partilharmos da opinião do Senhor Presidente da República, gostava de esclarecer uma questão: está dentro das competências legais constitucionais do Senhor Presidente este veto. Isso não está em causa, nem aqui o voto de protesto põe isso em causa. Mas convém relembrar que o atraso que o próprio Senhor Presidente da República alega para a reposição das freguesias deriva de uma decisão dele próprio, já foi aqui mencionada, de convocação de eleições legislativas antecipadas e bem, na minha opinião, que levou ao adiamento da proposta feita pelos vários partidos na Assembleia da República para a reposição das freguesias.

Não obstante discordemos da posição do Senhor Presidente, gostava de sublinhar que é algo que faz parte dos seus poderes constitucionalmente legalmente previstos e que não é um veto jurídico.

O Presidente da República tem dois tipos de veto: o veto político e o veto jurídico. Optou pelo veto político, devolvendo o diploma à Assembleia da República e permitindo aos partidos aqui representados agora superar o veto presidencial, como vai acontecer a breve trecho. Se fosse um veto jurídico e isto tivesse ido para apreciação jurídica, muito provavelmente já não viria a tempo das eleições autárquicas. -----

Interpreto isto como uma tomada de posição do Senhor Presidente com a qual não concordamos, mas gostava de sublinhar que devemos tentar ser claros no debate político sobre esta matéria e não criticar uma pessoa. Ou melhor, vou reformular criticar uma posição política, não criticar a decisão que faz parte dos seus poderes. Esta era clarificação que gostava de fazer que serve para este ponto e para um similar que vem a seguir.” -----

--- Colocado à votação, o presente “***Voto de Protesto pelo Veto do Senhor Presidente da República de não promulgação da Lei que repõe 302 Freguesias, 8 das quais do Concelho da Covilhã***” foi ***aprovado por unanimidade.*** -----

**2.5.6 – “Transportes Públicos no Concelho da Covilhã** -----**Moção de protesto** -----

No início do ano de 2025 os Covilhanenses, no sentido lato do termo, ou seja, os habitantes do concelho da Covilhã foram confrontados com aumentos de cerca 20% na bilhética e passes mensais nos transportes públicos. -----

Após protestos vários dos utentes, da União de Sindicatos de Castelo Branco e do Movimento “Os mesmos de sempre a pagar” a Câmara decidiu: -----

“No caso do passe mensal urbano, o preço tinha passado de 33,95 € para 41,20€, mas com a intervenção municipal será reduzido para os 34,50€. O utilizador só terá um aumento de 0,55€, face a 2024. -----

Já no passe mensal urbano + suburbano, o preço passou de 38,95€ para 47,25€, mas com a intervenção da Câmara ficará nos 39,60€, com o utente a pagar apenas mais 0,65€.” -----

Ora, a intervenção da CMC teve por âmbito a concessão da Transdev “Covilhã Mobilidade” (Teixoso, Covilhã, Boidobra, Tortosendo), da qual a CMC é Entidade Gestora. -----

Porém, na área onde a CIM BSE é entidade gestora (por delegação da CMC), que abrange as freguesias do Norte (Vale Formoso/Aldeia de Souto e Verdelhos, Ferro e Peraboa) e Sul do Concelho (Unhais da Serra, Paul, Aldeia de S. Francisco de Assis, Sobral de S. Miguel, S. Jorge da Beira e Corda do Rio - Dominguiso - Barco), **não existiu qualquer intervenção municipal na redução dos 20% de aumento da bilhética e passes mensais.** -----

**A situação anterior, que já era de gritante injustiça, agravou-se em mais de 20% no custo da bilhética e passe.** -----

**O facto de a CIM das BSE ser entidade gestora, por delegação da CMC, não isenta de responsabilidades a entidade delegante da gestão do serviço de transporte.** -----

O que se verifica é que a CMC financia a concessão da Transdev “Covilhã Mobilidade” e **ESQUECE-SE da população do resto do Concelho.** -----

Esquece-se do trabalhador que se desloca das freguesias para serviços e empresas da Grande Covilhã e vice-versa, e que aufere vencimentos ao nível do salário mínimo. **Uma despesa de cerca de 100 € em transporte faz diferença na economia familiar.** -----

Obriga estes trabalhadores, face ao valor do bilhete e passe, a optar pelo transporte individual partilhado ou não. -----

Assim, não reduzimos a emissões de carbono, não cumprimos o objetivo do programa de redução tarifária. -----

**Segundo o secretário-executivo da CIM (em declarações prestadas na Conferência sobre Mobilidade promovida pela Plataforma Contra as Portagens) a bilhética e os passes para as freguesias podem ser reduzidos, se a Câmara financiar.** -----

O Senhor Presidente da CMC, Vítor Pereira, já referiu em várias ocasiões, que a falta de equidade existente no Concelho se deve à exiguidade das verbas do Part, via OE, o que é meia verdade. -----

*Em nome da verdade e transparência é necessário clarificar e informar esta Assembleia Municipal e, desde logo, a população do concelho, dos valores envolvidos na operação de transportes concelhios. -----*

*Que verbas do Part, Orçamento de Estado, recebe o Município? -----*

*Qual o valor da receita mensal (bilhética e passes) dos diferentes programas de apoio à mobilidade? -----*

*Que esforço financeiro, do orçamento municipal, faz o município para a mobilidade concelhia? ----*

***Quanto gasta o município no apoio à mobilidade na concessão Covilhã Mobilidade e na Concessão delegada na CIM BSE? -----***

*Quantos utentes (bilhética e passe mensal) de transporte público temos na concessão delegada da CIM BSE no nosso Concelho? -----*

*Queremos ou não aumentar a utilização de transportes públicos? -----*

*É evidente que as verbas do Part e o esforço financeiro da autarquia está concentrado na concessão "Covilhã Mobilidade", não se assegurando equidade no financiamento dos transportes públicos no Concelho. -----*

*A Câmara Municipal da Covilhã, gerida pelo PS durante estes três mandatos, não foi capaz de alterar o modelo de gestão da mobilidade, injusto, construído pela anterior gestão do PSD/CDS, com medidas diferenciadoras e discriminatórias das populações rurais/interior/franjas do Concelho. -----*

*Na área da "Covilhã Mobilidade" por 10 bilhetes paga-se à volta de cinco Euros e o passe 41 €, quem vive em Casegas paga **5 € por cada bilhete e o passe 115 €**. **O passe de S. Jorge da Beira chega aos 150 €**. -----*

***Situação inoportável e altamente penalizadora da população que decide viver no interior/franjas do Concelho. -----***

***Um cidadão com cartão social municipal, maiores de 65 anos, tem passe de cerca 10 € ou pode adquirir blocos de 10 bilhetes por 1€ e 30, na concessão Covilhã Mobilidade, durante todo o mês. -***

***Um cidadão das referidas freguesias com cartão social municipal não tem direito a passe e está limitado a 10 bilhetes por mês com a redução de 75% do valor do bilhete. Só pode deslocar-se 5 dias por mês da sua freguesia à cidade. -----***

*Se tiver passe mensal ou passe dos antigos combatentes, passados pela concessão da CIM BSE, não pode transitar na concessão Covilhã Mobilidade, apesar do contrato da concessão o permitir. ----*

***A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 26 de fevereiro 2025, aprova o presente protesto e exige coerência, justiça, equidade, igualdade de tratamento e imparcialidade nas políticas municipais, onde, entre outros, devem estar presentes os princípios constitucionais da igualdade e da imparcialidade, também referidos no Código do Procedimento Administrativo. --***

***Recomenda, ainda, que EM TODO O Concelho, no mínimo, se aplique um único passe intermodal, de 30 €, à semelhança do que se pratica nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, tendente***

**para a gratuidade já verificada na Região do Oeste, sem prejuízo dos regimes mais favoráveis já existentes para os jovens estudantes, detentores do cartão social municipal e dos antigos combatentes.” (Proposta do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU – PCP/PEV Doc.09)**-----

--- O Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** apresentou a proposta dizendo que “na minha intervenção inicial referi as questões da igualdade de tratamento no território da Covilhã e que ninguém deve ser discriminado pelo facto de, e aliás o princípio da igualdade o indica, residir numa freguesia rural. -----

Salientar que o texto da Moção de Protesto e da Recomendação à Câmara indica de forma clara a discriminação existente hoje. No aumento que houve em janeiro, se houve a reposição na chamada Grande Covilhã, não houve reposição dos aumentos nas freguesias rurais. Ou seja, a discriminação anterior ainda foi mais acentuada em janeiro com os aumentos verificados. -----

Só para terem uma ideia, e está no texto da Moção, um cidadão que reside em Casegas paga um bilhete para vir à Covilhã de 5€ e para regressar paga mais 5€. O passe são 115€. Isto é incomportável! -----

Com esta política, com esta falta de apoio, com esta pobreza extrema de mobilidade, como referi, aquilo que vamos fazer é despovoar as freguesias rurais, obrigar as pessoas por via do preço e do valor e do custo dos transportes a concentrarem-se na Covilhã ou na chamada Grande Covilhã porque aquilo que se verifica hoje é que, de facto, as pessoas têm o seu emprego de serviço em empresas na Covilhã e deslocam-se. Aquilo que se verifica em muitas freguesias é que esse fluxo, esta deslocação das populações para a cidade vem criar problemas também na cidade porque a pressão sobre a habitação é maior. A procura de habitação na cidade é maior. -----

Portanto, a Câmara deverá resolver isto até porque é um modelo que já vem do tempo da Câmara anterior, digamos esse tipo de financiamento, de organização e que, infelizmente, esta Câmara do Partido Socialista não alterou e permitiu que se acentuasse as diferenças e as desigualdades.” ----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “O Partido Socialista vai votar favoravelmente esta matéria e quero desde logo dar nota da circunstância de ser bem-vinda a questão da mobilidade e lamentar a circunstância desta moção não ir mais além daquilo que é a exigência que o Partido Socialista e o Executivo Municipal têm feito em matéria de mobilidade. -----

O Governo, todos eles, não só o atual, mas o anterior que era apoiado pelo Partido Socialista, que tome medidas que permitam resolver este problema grave, altamente penalizador de todos os cidadãos, nomeadamente os cidadãos que vivem no interior e na baixa densidade. -----

Já exigimos várias vezes que o Estado Central olhe para os territórios e para o problema da mobilidade, dotando os territórios de condições, nomeadamente meios financeiros para que essa resposta possa ser dada. -----

O Partido Comunista, ao apresentar este assunto, tem razão no seu problema que já foi identificado pelo Partido Socialista na Covilhã e pelo Executivo da Câmara Municipal da Covilhã, mas que olhando com honestidade para o assunto se percebe que é impossível ser resolvido exclusivamente pela Câmara Municipal da Covilhã. Ele não é um problema exclusivo do Município da Covilhã. Ele é um problema alargado a todo o território de baixa densidade, à exceção, de grosso modo, das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. -----

Aquilo que o Partido Comunista podia fazer era juntar-se ao Município da Covilhã e ao Partido Socialista da Covilhã para exigir do Estado Central melhores condições, mais meios financeiros para reivindicar para as nossas populações aquilo que temos reivindicado, que faz sentido e que é de direito.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, “depois desta intervenção do Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, que já aqui o apelidei de vereador da mobilidade, tenho que lhe dar a si as boas vindas às reivindicações da oposição durante estes anos sobre esta questão porque a acusação feita ao PCP é injusta, como aliás é injusta a todas as bancadas da oposição que várias vezes trouxeram a esta Assembleia moções deste género, em que de facto criticaram, chamaram à atenção para esta discriminação que não se justifica e o PS sempre votou contra. E agora, se calhar por a sondagem que foi feita por um membro do Partido Socialista dizer que o principal problema na Covilhã é o da mobilidade, mudam de posição e tentam atirar isto para o Governo, como se vocês não tivessem responsabilidade nenhuma nisto. -----

A questão que se coloca aqui e que se calhar é preciso perceber é que a moção do PCP vem exigir da Câmara o tratamento igual entre os cidadãos da Covilhã porque a Câmara tomou uma iniciativa relativamente à Covilhã Urbana que continua a discriminar e penaliza ainda mais os cidadãos que vivem nas zonas rurais. -----

Fazer esta cambalhota política que aqui foi feita de «agora é que vamos votar todos a favor desta moção»... Temos é que perceber que os Senhores estão a discriminar e continuam a discriminar ainda mais as pessoas que vivem nas zonas rurais deste Concelho e acho que vocês tinham que ter vergonha, desculpem o termo, de virem aqui fazer um jogo político a dizer que isto é do Governo quando vocês próprios têm a capacidade de fazer a redução e de abater os aumentos que fizeram na Covilhã urbana e não o fazem nas zonas rurais. Porquê?” -----

--- Colocada à votação, a presente ***Moção de Protesto - Transportes Públicos no Concelho da Covilhã*** foi ***aprovada por unanimidade***. -----

--- O Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** fez a seguinte Declaração de Voto: -----

“Dizer aqui que a redução tarifária - o Part – foi uma proposta do PCP na Assembleia da República no tempo do Governo da geringonça. -----

Segundo ponto: nos orçamentos posteriores, o PCP na Assembleia da República sempre propôs o reforço das verbas ao Part que o PS não aprovou. Aliás, uma das razões para não termos aprovado aquele célebre orçamento que levou às eleições. -----

A Câmara Municipal tem os meios. Numa sessão que foi feita no hotel Puralã, onde estava presente o Senhor Secretário Executivo da CIM, a uma pergunta que lhe foi feita “por que é que o Part não era aplicado nomeadamente no transporte para as freguesias”, o Senhor Secretário Executivo disse “se a Câmara quiser, essa redução será feita. E não disse mais nada. Talvez por isso é que a Mesa e a Câmara Municipal não trazem o Senhor Secretário Executivo a esta Assembleia Municipal para dizer aqui, em frente de todos nós, que de facto a responsabilidade é da Câmara e é do Governo porque não reforça as verbas, mas, entretanto, tem o mecanismo que referi há pouco do programa do *Circula PT*, em vigor a partir de janeiro, que é mais um mecanismo de reforço ao Part já existente. Portanto, aproveitem os meios que têm é deem de forma igual às populações rurais aquilo que dão na Covilhã.” -----

#### **2.5.7 – “Voto de Louvor - Mário Lino Barata Raposo -----**

*A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo reconhecimento e louvor ao Prof. Doutor Mário Raposo pelo seu percurso de dedicação e serviço à Universidade da Beira Interior (UBI) e, por extensão, à cidade e à região. -----*

*Mário Raposo, enquanto Reitor da UBI, pautou a sua liderança por um compromisso inabalável com a excelência académica, a inovação e a internacionalização da instituição. Durante o seu mandato, foram implementadas estratégias fundamentais para o crescimento da universidade, consolidando-a como uma referência no ensino superior em Portugal e reforçando a sua ligação à comunidade, ao sector empresarial e às dinâmicas de desenvolvimento da Beira Interior. -----*

*O seu anúncio de não se recandidatar ao cargo de Reitor para o mandato 2025- 2029 não diminui o seu legado, que se continuará a fazer sentir no futuro da universidade e da região, marcando uma era de progresso e reconhecimento. -----*

*Assim, os abaixo-assinados propõem que a Assembleia Municipal, reunida hoje, dia 26 de fevereiro de 2025, delibere aprovar este voto de louvor, dando conhecimento ao próprio, como forma deste órgão representativo de todos os covilhanenses manifestar a sua gratidão pelo trabalho desenvolvido e desejar ao Prof. Doutor Mário Raposo os maiores sucessos pessoais e profissionais nos desafios futuros que certamente terá pela frente.” (Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD Doc.10) -----*

#### **“Voto Louvor -----**

#### **Professor Mário Raposo -----**

*Mário Lino Barata Raposo é natural de Tortosendo, concelho da Covilhã e nasceu a 27 de maio de 1959. -----*

*É Licenciado, Doutor e Agregado em Gestão pela Universidade da Beira Interior. -----*

*Tem uma pós-Graduação em “Entrepreneurship and SMEs Mangament” pela Universidade Autónoma de Barcelona e iniciou a sua vida profissional em outubro de 1980 como contabilista. -- Em outubro de 1983 iniciou atividades docentes no ensino superior na Universidade da Beira Interior. -----*

*É professor Catedrático de Gestão da UBI desde julho de 2003. Leciona na área do Marketing, Estratégia, Competitividade, Empreendedorismo e Inovação. Ao longo do seu percurso foi Presidente de Departamento em Gestão e Economia. Fundador e Coordenador do NECE – Unidade de Investigação. Diretor dos cursos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento em Gestão e em Marketing e Estratégia. Foi Pró-Reitor da UBI de 1994 a 1998 e Vice-Reitor da mesma instituição de 1998 a 2009 e de 2013 a 2021. Tem publicados mais de noventa artigos e vários livros e capítulos de livros científicos. Os seus trabalhos científicos têm mais de dezasseis mil citações no Google Académico. Participou em vários estudos com interesse para o desenvolvimento do interior do país. Coordenou e participou em vários projetos de investigação, financiados por vários programas europeus. Foi membro dos painéis de avaliação dos cursos de Gestão e Marketing da A3Es entre 2009 e 2015 e é também membro Conselheiro da Ordem dos Economistas. -----*

*Em 2021 foi eleito o Reitor da Universidade da Beira Interior, o quinto da história da instituição num mandato que agora, em 2025, termina. -----*

*Entre várias realizações e concretizações do seu mandato destaca-se o alargamento das áreas de formação académica, a capacitação das infraestruturas, nomeadamente os investimentos nas condições de alojamentos de estudantes e o aprofundamento das relações da Universidade com a comunidade envolvente, nomeadamente com a Câmara Municipal da Covilhã e o tecido empresarial. -----*

***Como expressão de louvor, reconhecimento e gratidão pelo trabalho desenvolvido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 26 de fevereiro de 2025 aprova este Voto de Louvor, o qual deve ser enviado ao próprio e à Universidade da Beira Interior.” (Proposta do Grupo Municipal do PS Doc.11) -----***

***--- O Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo – Dr. David José Carriço Raposo da Silva – informou que a sua Junta de Freguesia tinha deliberado em reunião ordinária subscrever as duas propostas, pelo que, se não houvesse objeções, pretendia associar-se aos votos de louvor. -----***

***--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor ao Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo** foi **aprovado por unanimidade**. -----***

#### **2.5.8 – “Voto de Saudação – Passe Ferroviário Verde -----**

***A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária a 26 de fevereiro de 2025, expressa o seu reconhecimento pela implementação do Passe Ferroviário Verde (PFV), em vigor desde 21 de***

outubro de 2024. Esta iniciativa tem promovido a mobilidade sustentável e reforçado a coesão territorial em Portugal. -----

O PFV, disponível por 20 euros mensais para um período de 30 dias consecutivos, oferece também opções de 60 e 90 dias, a um custo de 40 e 60 euros, respetivamente. Este título de transporte permite viagens ilimitadas nos comboios Regionais, InterRegionais (2.ª classe), Urbanos de Lisboa e Porto (fora das áreas abrangidas pelos passes intermodais metropolitanos), Urbanos de Coimbra e nos Intercidades (2.ª classe), mediante reserva antecipada de lugar (<https://www.cp.pt/passageiros/pt/descontos-vantagens/descontos/ferroviarioverde>). -----

Contando com um desconto para estudantes na sua aquisição, desde a sua implementação, o PFV registou uma adesão significativa, com mais de 100 mil passes vendidos, a larga maioria correspondendo a novos clientes. Este sucesso reflete a eficácia da medida em tornar o transporte ferroviário mais acessível e atrativo para a população portuguesa. -----

Não sendo especificamente desenhado para a região, o PFV traz uma variedade de potenciais benefícios para o Interior e para a Covilhã e a Universidade da Beira Interior (UBI) em particular: -

1. **Redução do custo das deslocações**, tornando as viagens de e para a Covilhã mais acessíveis, o que é especialmente importante aqueles que se deslocam regularmente ao concelho — como é o caso de vários docentes e convidados da UBI — ou a grandes centros urbanos, como é o caso de cidadãos do concelho e da região para acesso a serviços não existentes no seu território. -----
2. **Promoção do turismo**, já que um passe acessível atrai mais visitantes à Covilhã e à Serra da Estrela, dinamizando a economia local. -----
3. **Sustentabilidade ambiental**, beneficiando regiões do interior onde a dependência do automóvel é elevada, reduzindo emissões de carbono e promovendo práticas sustentáveis. -----

Assim, os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã propõem que seja aprovado este voto de saudação, destacando o impacto positivo do PFV na promoção da mobilidade sustentável e na coesão territorial do país.” (Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD **Doc.12**) -----

--- Foi interveniente o Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** que fez “um pequeno apontamento. A medida parece-nos que foi positiva. Traz mais clientes e mais utentes na ferrovia.

Só que se coloca um problema que é a modernização do material circulante e a quantidade de carruagens existentes porque, com uma maior procura, terá que haver também mais equipamento e mais material circulante, sendo que aí é necessário que a compra de comboios seja, de facto, declarada de interesse público porque, infelizmente, não são produzidos em Portugal por decisões de governos anteriores. A única empresa que os produzia, enfim, foi vendida e deslocalizada para a Espanha. Mas a medida é positiva, daí o nosso voto favorável.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Saudação – Passe Ferroviário Verde** foi **aprovado por unanimidade**. -----

**2.5.9 – “Moção pela Modernização da Linha da Beira Baixa e Redução dos Tempos de Viagem de e até Lisboa e Porto** -----

Considerando que: -----

1. O Plano Ferroviário Nacional (PFN) do anterior governo do PS não prevê intervenções adequadas para garantir uma redução significativa dos tempos de viagem entre Covilhã e Lisboa, considerando que “o eixo da Cova da Beira, que liga as cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, é um eixo [cuja] densidade não é suficiente para justificar serviços ferroviários de elevada frequência” (p. 66 PFN). -----
2. O PFN reconhece que “[a Covilhã] não beneficia, no acesso a Lisboa, com a construção de nenhuma das novas linhas previstas neste Plano” (p. 67 PFN). -----
3. Não obstante, o PFN estabelece como objetivo um tempo de viagem inferior a 3 horas entre Lisboa e Covilhã, e menos de 2h15 entre Lisboa e Castelo Branco, para que a ferrovia seja minimamente competitiva face à rodovia. Alcançar esses tempos requer intervenções significativas no traçado atual da Linha da Beira Baixa (LBB; p. 66 PFN), que não estão previstas. -----
4. O Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), aprovado pelo governo do PSD e CDS-PP, também não contempla intervenções na LBB que visem a redução dos tempos de viagem. -----
5. Não obstante a recente modernização da LBB entre Covilhã e Guarda, o traçado manteve-se praticamente inalterado desde o século XIX. Mais do que a discussão de introdução de serviços de elevada frequência, a falta de atualização do traçado existente impede o aumento das velocidades médias de circulação, mantendo-as abaixo do necessário para uma operação eficiente. -----
6. O atual traçado da LBB apresenta deficiências graves, nomeadamente entre o Fundão e Castelo Branco (atravessamento da Gardunha), e entre Ródão e Belver, resultando em tempos de viagem excessivamente prolongados e uma manutenção dispendiosa e insuficiente em termos de segurança. -----
7. As intervenções no atual traçado, nomeadamente o reforço das encostas e colocação de sensores, são soluções paliativas, não resolvendo o problema estrutural que impede velocidades mais elevadas. -----
8. Melhorias na infraestrutura ferroviária terão impactos positivos no desenvolvimento económico, turístico e sustentável da região. -----
9. A construção de um túnel entre o Fundão e Alpedrinha poderia reduzir o tempo de viagem em aproximadamente 30 minutos, eliminando curvas e declives acentuados (<https://noticiasdacovilha.pt/o-grau-zero-da-linha-dabeira-baixa/>). -----
10. O troço Ródão-Belver apresenta desafios geotécnicos significativos. A sua requalificação, implementando túneis cegos ou em pala nas encostas instáveis aumentaria a segurança e permitiria velocidades de 100 a 120 km/h, reduzindo o tempo de viagem em cerca de 30 minutos (<https://noticiasdacovilha.pt/o-grau-zero-da-linha-da-beira-baixa/>). -----

E ainda que: -----

1. Com a conclusão da Linha da Beira Alta (LBA), “a estação da Guarda passará, a ser a principal interface ferroviária no interior Centro do país, concentrando as ligações de longo

curso através da nova linha Aveiro – Vilar Formoso, os serviços que permanecem na LBA e as ligações através da LBB, em direção à Covilhã ou a Castelo Branco” (p. 37 PFN). -----

2. “A oferta atualmente existente não explora todas as potencialidades deste eixo. A criação de serviços Intercidades Porto – Guarda cria uma oportunidade de incorporar nestes o serviço local, num modelo semelhante ao que existe hoje com os Intercidades Lisboa – Covilhã – Guarda, que asseguram a ligação rápida até à Covilhã e fazem serviço local entre a Covilhã e a Guarda” (p. 66 PFN). -----
3. A ligação direta entre a LBB e LBA, **sem transbordos**, “é uma forma eficiente de providenciar os serviços, já que evita a necessidade de ter serviços locais dedicados, com material circulante dedicado, ao mesmo tempo que evita transbordos” (p. 66 PFN) e as consequentes perdas de tempo para os utilizadores de um eixo que pode ser circular. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária a 26 de fevereiro de 2025, propõe ao Governo e às autoridades competentes a adoção das seguintes medidas: -----

1. **Construção urgente de um novo túnel sob a Serra da Gardunha**, entre o Fundão e Alpedrinha, permitindo uma redução imediata do tempo de viagem estimada em cerca de **30 minutos**. -----
2. **Requalificação integral do troço entre Ródão e Belver**, afastando a via do leito do rio e recorrendo à construção de túneis cegos ou em pala nas encostas mais instáveis, permitindo velocidades entre 100 e 120 km/h e uma redução adicional de cerca de **30 minutos** no tempo de viagem. -----
3. Correções pontuais adicionais ao traçado atual, nomeadamente na eliminação ou substituição de pontes obsoletas por viadutos, e a correção de curvas excessivas entre a Ponte de Corges e Caria. -----
4. **Criação de uma ligação direta entre a LBB e a LBA, sem transbordos na Guarda**, permitindo que um serviço proveniente de Lisboa siga o percurso direto — sem transbordos — até ao Porto, e vice-versa, reduzindo significativamente o tempo de viagem para o Porto por parte dos utilizadores da LBB e para Lisboa por parte dos utilizadores da LBA. -----

As intervenções propostas teriam benefícios ao nível do: -----

- **Aumento da Competitividade:** Reduzir os tempos de viagem tornará a ferrovia uma alternativa mais atraente em comparação com a rodovia, promovendo o uso do transporte ferroviário para passageiros e mercadorias. -----
- **Desenvolvimento Regional:** Impulsionar o turismo e a economia local, especialmente em áreas servidas pela LBB. -----
- **Sustentabilidade Ambiental:** A promoção do transporte ferroviário contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa, alinhando-se com as metas ambientais nacionais e europeias. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã apela ao Governo para que a região não seja penalizada pela falta de investimentos estruturantes, mesmo quando comparada com outras regiões vizinhas. As intervenções propostas são essenciais para modernizar a LBB, tornando-a mais eficiente e, tal como a região, mais competitiva. A implementação destas medidas não só beneficiará os

*utilizadores atuais, mas também promoverá o desenvolvimento económico e sustentável da região.” (Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD **Doc.13**) -----*

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “Concordo com aquilo que foi a última moção sobre a saudação do passe ferroviário, mas subscrevo aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado do PCP de que é necessário que o material circulante seja reforçado porque a procura será maior e, portanto, é necessário que se reforce o material circulante. Aliás, sou ainda do tempo em que nesta Assembleia, há muitos anos atrás (o que faz de mim um jovem já com alguma experiência), protestámos contra a substituição do material circulante daquilo que era o então comboio universitário. Isto para dizer que, e entrando nesta moção da modernização da Linha da Beira Baixa e redução dos tempos de viagem de e até Lisboa e Porto, quero saudar a chegada do PSD ao tema e quero relembrar que nesta Assembleia também, talvez em 2021 ou 2022 se não me falha a memória, o Partido Socialista propôs várias moções também noutros governos sobre a questão da ferrovia e propusemos exatamente como contributos para o Plano Nacional Ferroviário da Câmara Municipal e subscritos pela bancada do Partido Socialista vários objetivos, incluindo este que é central para nós que é a redução dos tempos de viagem de Covilhã até Lisboa e de Covilhã até ao Porto. Portanto assinalar e saudar a chegada do PSD a este tema. -----

É muito importante esperar que isto seja consequente agora que têm responsabilidades no Governo e esperar que tenham a oportunidade de consequentemente o fazer, dizendo até outra coisa: há aqui uma janela de oportunidade que se vai abrir para esta requalificação da linha da Beira Baixa que tem a ver com a circunstância de estar para relativamente breve a reabertura da linha da Beira Alta. -----

Ora, o encerramento atual da linha da Beira Alta tem feito com que a linha da Beira Baixa tenha uma sobreutilização que degrada e tem degradado muito as condições infraestruturais da via. ----

Parece-me inevitável que, no curto/médio prazo, essa linha da Beira Baixa vá ter que ser requalificada e vá ter que ser mantida porque a situação de sobrecarga que tem existido vem degradar as condições do serviço. -----

Esta é a janela de oportunidade para que a CP, as Infraestruturas de Portugal e o Governo da República possam pensar a requalificação da linha da Beira Baixa com o objetivo central de reduzir o tempo de viagem da Covilhã até Lisboa e, já agora, aproveitando a abertura da linha da Beira Alta, da Covilhã até ao norte, nomeadamente ao Porto. -----

Portanto aquilo que, do meu ponto de vista, também devemos fazer do ponto de vista político é exigir ao Governo soluções políticas, sendo que as soluções técnicas devem ser estudadas e elencadas por quem de direito, nomeadamente pelos técnicos, pela CP, pelas Infraestruturas de Portugal. Aquilo que, do meu ponto de vista, politicamente, devemos exigir ao Governo é este objetivo e terão que ser os técnicos e as entidades competentes a decidir como fazê-lo, se é com túnel, sem túnel, se é com correção de traçado, se não é. Isso é uma matéria que, do meu ponto de vista, devem ser os técnicos a definir qual a melhor solução. Nós, políticos, temos a obrigação

de exigir que isto aconteça. O Partido Socialista já o fez no passado. Saudamos e continuamos, naturalmente, a votar favoravelmente esta moção que o PSD agora apresenta.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “De facto, como sou mais jovem que o Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, não estou na Assembleia nem de perto há tantos anos como ele, mas na Assembleia de setembro de 2018, de abril de 2023 e de novembro de 2021, falei sobre a ferrovia e sobre algumas destas questões. Portanto, agradeço saudar a chegada do PSD ao tema, embora não seja, obviamente, um jovem menos jovem com a experiência do Senhor Deputado Hélio. ----

Gostava apenas de lembrar que, pessoalmente, fora as intervenções do resto da bancada, já falei sobre estas questões aqui várias vezes. -----

O que está aqui em causa são propostas concretas: a criação de um túnel na Gardunha para a ferrovia, um novo túnel, em vez de dar a volta; a requalificação do troço entre Ródão e Belver que, juntas, reduzem o tempo de viagem uma hora para cada lado. -----

Obviamente, pode haver outras soluções que reduzam o tempo ou que melhorem a qualidade do serviço. Sou utilizador frequente e devo dizer que, com todos os problemas que o serviço tem, e tem vários, a trepidação, obviamente, é chata para os usuários, mas o principal problema é o tempo de viagem. De resto, funciona bem, não há problemas de conforto, não há problemas de qualidade infraestrutural, de serviço. Os atrasos não são por aí além. Quer dizer, atrasa 15 minutos, mas não é por aí. -----

Portanto, acreditamos que estas serão boas propostas e agradeço também a chegada do PS a concordar com estas propostas.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção pela Modernização da Linha da Beira Baixa e Redução dos Tempos de Viagem de e até Lisboa e Porto** foi **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votou a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peraboa – Cristina Maria Conde de Campos Barata por se encontrar ausente da sala.** -----

#### **2.5.10 – “Voto Pesar** -----

##### **Maria Eugénia Gaiolas** -----

*Maria Eugénia Abrantes Cardona Gaiolas, nasceu a 7 de setembro de 1946 na Covilhã.* -----

*Frequentou o ensino primário na Escola do Rodrigo e o secundário no antigo Liceu Nacional da Covilhã.* -----

*Começou a trabalhar em 1966 passando pelo condicionamento e Laboratório Têxtil e Segurança Social, ingressando na Caixa Geral de Depósitos em 1973, onde desempenhou durante 8 anos a função de Subgerente na Agência de Xabregas.* -----

Mais tarde foi colocada na Agência do Fundão da Caixa Geral de Depósitos, sendo posteriormente convidada a assumir a Gerência da Agência do Teixoso desde a sua abertura, onde permaneceu durante 12 anos até à aposentação. -----

Em termos políticos desempenhou as funções de Primeira Secretária em dois mandatos, como independente, na Assembleia de Freguesia de S. Pedro da Covilhã. -----

No âmbito social foi durante mais de 20 anos membro do Clube de Serviços LIONS CLUB COVA DA BEIRA, onde exerceu duas vezes as funções de Presidente de Direcção e ainda Presidente de Divisão.

Cidadã ativa, exemplar, afável, generosa, de trato fácil e cuidadoso, dedicou os últimos anos da sua vida à família e à comunidade, sempre solidária e empenhada em ajudar os outros. -----

**Como expressão de reconhecimento e gratidão, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 26 de fevereiro de 2025, expressa o seu profundo pesar pelo seu falecimento e endereça à família, sentidas condolências.”** (Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.14**) -----

--- Foi interveniente o Deputado Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** que referiu que “a bancada do CDS associa-se a este Voto de Pesar pela postura, pela intervenção cívica, pela forma como esta Senhora viveu e procedeu também as atividades no Concelho de Covilhã. De facto, uma pessoa merecedora deste Voto de Pesar. Foi uma grande perda e obviamente endereçar os sentimentos públicos à família enlutada.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Maria Eugénia Abrantes Cardona Gaiolas** foi **aprovado por unanimidade**. -----

**Não votou a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peraboa – Cristina Maria Conde de Campos Barata por se encontrar ausente da sala.** -----

#### **2.5.11 – “Voto de Protesto** -----

**À postura da Iniciativa Liberal perante o processo de Desagregação de Freguesias** -----

No passado dia 17 de janeiro, a Assembleia da República aprovou a desagregação de 135 uniões de freguesia que haviam sido agregadas em 2013, pela denominada Lei Relvas, cumprindo assim o desejo manifestado pelas populações afetadas pela lei referida. No caso do concelho da Covilhã, esta deliberação do parlamento vem na sequência de aprovações, sempre por unanimidade, nas Assembleias de Freguesia de Barco e Coutada, Cantar-Galo e Vila do Carvalho, Casegas e Ourondo, e Peso e Vales do Rio, na Câmara Municipal da Covilhã e nesta própria Assembleia Municipal. -----

Na Assembleia da República, PS, PSD, CDS, PCP, BE, L e PAN, após um longo processo interno de análise dos pedidos recebidos, respeitaram a vontade das populações destas 135 uniões de freguesia e deliberaram o seu término. O CH absteve-se e a IL votou contra. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, embora discorde veementemente das tomadas de posição tanto da IL como do CH, respeita-as democraticamente. O que esta Assembleia Municipal da

*Covilhã não pode tolerar de ânimo leve é que, por forma a justificar o sentido de voto, a Iniciativa Liberal tenha posto a circular material publicitário demagógico sobre o assunto e, principalmente, tenha faltado ao respeito a tantos autarcas deste país, em que naturalmente se incluem os Presidentes de Junta e restantes membros dos órgãos executivos de freguesia do nosso concelho.*

*Os Presidentes de Junta de Freguesia, ainda mais em territórios do interior, prestam um serviço inestimável para com as suas comunidades, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento das suas vilas e aldeias, algumas delas muito distantes das sedes de concelho. Não é por isso aceitável que a Iniciativa Liberal, através das páginas oficiais, venha apelidar de “tachos” os órgãos de freguesia, num sinal claro de desrespeito para com o trabalho dedicado que os eleitos nas freguesias fazem em prol das populações.* -----

*A recuperação das 8 freguesias no concelho da Covilhã aprovadas pela Assembleia da República, às quais esperamos que se junte em breve a freguesia do Canhoso, não são “mais tachos” como a Iniciativa Liberal alega mais sim o cumprimento da vontade das populações, procurando um melhor serviço público, de maior proximidade, a bem do desenvolvimento do território.* -----

*É também digno de nota a divulgação de conteúdo enganoso por parte da Iniciativa Liberal, através de meias verdades, procurando criar ideias erradas sobre o processo de desagregação de freguesias. Por exemplo, divulgar massivamente a mensagem de que este processo criará 303 freguesias, escondendo que ao mesmo tempo são extintas 135, é estratégia comunicacional que apenas pode ser apelidada de demagogia.* -----

*Pelo referido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em Sessão Ordinária, aprova um voto de protesto à postura da Iniciativa Liberal perante o processo de desagregação de freguesias, evidenciada na enorme desconsideração demonstrada para com os eleitos nas freguesias portuguesas, nomeadamente para com os Presidentes de Junta e executivos de freguesia eleitos no nosso concelho, reconhecendo esta Assembleia a importância vital que estes têm na prestação de um serviço público digno às populações.” (Proposta do Grupo Municipal do PS e apresentada pelo Deputado Municipal **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves Doc.15)** -----*

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Entendo este texto enquanto declaração política que o PS eventualmente poderia fazer. -----

Compete a esta Assembleia Municipal pronunciar-se sobre o posicionamento dos vários partidos noutros órgãos, noutros momentos, pronunciar-se sobre o material publicitário dos partidos? Se a gente se pronuncia sobre este caso, vamos pronunciar-nos... “Ai Jesus” em Lisboa, cada vez que lá vou é cada insulto! -----

Não estou aqui para protestar contra a postura ou contra as opiniões. Vivemos em liberdade. Há exageros de alguns agentes políticos ou de alguns partidos, é verdade, mas não compete a uma Assembleia Municipal estar a protestar ou censurar seja quem for.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Não posso deixar de estar de acordo com aquilo que acabou de ser dito. -----

Vou falar aqui sobre três pontos que, aliás, se podem confundir, mas são totalmente diferentes. Uma foi a moção de protesto ao veto do Senhor Presidente da República que é um ato institucional e, portanto, obviamente existe legitimidade de um órgão autárquico se pronunciar sobre ele. -----

Outra coisa são votos de protesto sobre a atuação ou aquilo que é dito por A, B ou por C. Penso que o voto a seguir ou o ponto a seguir também era um voto de protesto de umas declarações do Ministro que, afinal de contas, parece que já foi alterado para uma moção. -----

Aquilo que estamos a dizer é, de facto, “bem prega Frei Tomás” relativamente às liberdades de expressão do PS porque estamos a falar que as pessoas são livres de expressarem e, obviamente, poderão ser censuradas e podemos não estar de acordo com elas, mas não é uma decisão de um órgão. É uma decisão política. É uma crítica política. -----

Aquilo que os senhores querem fazer é vincular uma Assembleia a um voto de protesto e a uma posição institucional que não é admissível sequer constitucionalmente porque constitucionalmente as pessoas têm liberdade de expressão e aquilo que estão a fazer é censura. Portanto, a Iniciativa Liberal tem todo o direito de dizer o que bem entender. Tem todo o direito de, dentro da lei, pôr os cartazes publicitários que entender. -----

O que os senhores não têm direito é de dizer ou apontar o dedo ou pôr o dedo no nariz das pessoas. Não podem fazer isto. Isto é que não é admissível numa democracia e os senhores estão a fazê-lo da mesma forma que os outros fazem, criticando os outros, exercendo os seus poderes autoritários de maioria e querendo impor a esta Assembleia uma coisa que não é admissível esta Assembleia deliberar. -----

Portanto, peço para reconsiderar e retirarem isto. Se quiserem pôr isto em termos de voto de protesto político, sou o primeiro a dizer que sim. Uma declaração política de protesto, sim senhor. Agora votar numa declaração deste género é, quanto a mim, ilegal e inconstitucional.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Este tipo de votos são inéditos nos meus dois mandatos que aqui estou (antes como suplente). Não é inédito, dizem-me aqui os mais experientes. Para mim, pelo menos, são inéditos nesta Assembleia Municipal. A bancada do PSD respeita democraticamente, mas acho que trazem aqui um perigo de contaminação para o debate democrático. Não obstante, respeito. -----

Mas, se vamos votar, gostava de apelar ao Partido Socialista para que isto fosse objeto de debate. Acho que mencionaram isso nas duas intervenções anteriores. Eu próprio, quando o PS estava no Governo, critiquei várias vezes o Partido Socialista aqui por algumas declarações políticas, etc., mas acho que propor um voto de protesto, condicionar um órgão das autarquias locais, como é a Assembleia Municipal, a declarações que não são políticas concretas (no caso do Senhor Presidente da República foi uma “política” entre aspas ou um veto, uma questão formal, há uma formalização de uma atividade política e, portanto, há uma consequência prática), neste caso são declarações, campanhas panfletárias, publicitárias de um partido político com a qual devo dizer

que também não fico agradado e o PSD também não porque não partilha dessa posição. Mas acho que faz parte do debate, do legítimo debate num Estado de direito democrático. -----

Se formos votar, não há problema em votar, mas gostava de fazer apenas um apelo a todos os elementos da Assembleia para tentarmos evitar a contaminação deste tipo de votos neste Órgão que não prestigia e que, posso falar com alguma propriedade porque não o fiz quando o PS estava no Governo, não o fiz a outros partidos também. Sujeitei-me apenas ao debate político na tribuna e à resposta.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “Este assunto da desagregação das freguesias, a mim, toca-me particularmente e confesso que passar por mim a propaganda que passa em relação a “*tachos*” e coisas do género relativamente aos presidentes de junta de freguesia incomoda-me e revolta-me. -----

Este voto de protesto para mim é essa revolta transformada em voto de protesto. É um documento. É uma forma de a gente ter de protestar contra. -----

O Senhor Deputado falou e fará como entender em relação ao voto de protesto. -----

O que fazemos aqui mais é criticar o que os outros partidos dizem e fazem na Assembleia da República. Isso é a coisa mais normal. -----

Se os Senhores Deputados quiserem que a Assembleia Municipal da Covilhã não proteste uma forma de agir, uma postura perante um assunto como a agregação de freguesias, uma falta de respeito perante os presidentes de junta, votem como entendem. O Partido Socialista votará como entende também. -----

Considero que esta atitude é merecedora de protesto. -----

Em relação ao voto do Presidente da República, é verdade. Também não gostei do que fez o Senhor Presidente da República em relação ao veto, mas aqui confesso que não é todos os dias que tenho a oportunidade de citar o ex-Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva, o que me apeteceu foi vamos ajudar o Senhor Presidente a acabar o mandato com dignidade. Portanto, por isso é que a gente não apresentou o voto de protesto ao Senhor Presidente, embora tenha votado a favor do outro.”

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Relativamente a esta questão, sou claramente a favor de protegermos a liberdade de expressão. No entanto, estamos na Casa da Democracia e até na democracia nem todas as expressões são aceitáveis. Porque qualificar-se os eleitos como os “*boys*” e as qualificações que a Iniciativa Liberal faz, não é de facto forma de debatermos em democracia. -----

É verdade que a Iniciativa Liberal não é por si uma instituição. Já discordo que o Ministro, nas declarações que faz, que não as faça enquanto Ministro. -----

Há coisas que em democracia não são aceitáveis e esta qualificação dos eleitos das freguesias, da forma que a Iniciativa Liberal faz, devem merecer o veto institucional da Assembleia Municipal da Covilhã. É isso que está em questão. -----

A liberdade de expressão é um direito, mas não é o direito último, inatacável e que não pode ser temperado com o resto dos direitos todos que temos. Em democracia não pode valer todo o tipo de expressões. Percebo o CDS, até porque algumas vezes uso aqui umas expressões que são menos próprias, que são dignas também de protesto e já o foram, que tudo valha em matéria de expressão democrática e liberdade de expressão em democracia. -----

Mas vamos lá ver. Isto não é aceitável e é sobre isto que estamos a falar. Não é de inibir porque até o protesto que possamos aqui aprovar em nada vai inibir a liberdade de expressão e a forma como a Iniciativa Liberal a executa. Não é disso que estamos a falar. Não é aceitável para a Casa da Democracia da Covilhã que a Iniciativa Liberal fale dos eleitos, até os da Covilhã, da forma em que o faz.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Tenho um conjunto grande de razões para poder criticar politicamente a Iniciativa Liberal e outros partidos do espectro político português. - Efetivamente, este é um caminho algo complexo porque senão também tínhamos que censurar provavelmente o cartaz do Partido Socialista que veio dizer que “foi por nossa conta que as portagens foram abolidas” quando tinha tido a oportunidade de as abolir durante não sei quantos anos no Governo. -----

Portanto, é um precedente grave para depois estarmos aqui não sei quanto tempo a criticar os cartazes uns dos outros. Não merece a pena. -----

Apelava à sensatez da retirada do ponto e que a liberdade de expressão fosse criticada politicamente neste órgão e noutros.” -----

--- Colocado à votação, o presente ***Voto de Protesto à postura da Iniciativa Liberal perante o processo de Desagregação de Freguesias*** foi ***aprovado por maioria com 28 votos a favor (PS e DMI's), 09 votos contra (PPD/PSD, CDS-PP e CDU – PCP/PEV) e 03 abstenções (Movimento “Covilhã Tem Força” e as Juntas de Freguesia do Tortosendo e de Orjais).*** -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Votei favoravelmente este ponto dado que presenciei no dia essa triste atuação do IL e dos senhores deputados quando classificaram os presidentes de junta de oportunistas e com outros adjetivos que me recuso aqui dizer. -----

Apesar de compreender o que o PSD, o CDS e a CDU fizeram, no entanto, há situações que não se devem ultrapassar e essa é uma delas. Há que haver respeito pelas pessoas. -----

E mais. Cada vez mais é difícil termos cidadãos a quererem ocupar os cargos nas juntas de Freguesia. Cada vez mais as juntas de freguesia têm mais responsabilidades, mais trabalho e, acima de tudo, ninguém está fora do controlo do Estado e de cumprir as regras que estão definidas. -----

Portanto, não se compreende aquela atuação, esperando que eles olhem para o umbigo deles e que vejam que se calhar eles é que estão mal.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “O Grupo Municipal do PSD votou contra esta proposta pelas razões obviamente aqui invocadas e porque acreditamos que isto ia ser objeto de debate político e censurado, criticado, repudiado no âmbito da natural discussão e debate político, mas não é um voto contra, digamos, ruidoso porque partilhamos em absoluto do sentimento de repúdio as declarações da IL que ficou aqui plasmada na intervenção do Senhor Deputado do Partido Socialista João Flores Casteleiro e agora do Senhor Deputado Rui Amaro. Repudiamos é de uma forma diferente. -----

Achamos que deve ser alvo de debate político e não de um voto institucional. Respeitamos a opinião divergente do Partido Socialista e, por isso, o ter trazido a votação, como certamente respeitarão a nossa. Mas é por esta razão meramente formal que votámos contra.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “A declaração de voto relativamente a esta matéria e da justificação do voto contra do CDS-PP contra este voto de protesto, que serve também para o outro a seguir, tem a ver exatamente com a questão – aliás, até agradeço a explicação do Senhor Deputado a seguir - de ser de mau gosto, que não gosto que isto seja feito assim e, portanto, assim eu não posso aceitar, nem o CDS pode aceitar que se utilize uma câmara como a Assembleia Municipal da Covilhã para vir tratar questões de gosto e, se fosse uma questão de gosto tão grave como aqui se quis passar, a própria Assembleia da República, onde isto aconteceu e foi feito, teria tido essa oportunidade e não houve pronuncia sequer. -----

Por último, digo que este voto é um voto sobre a censura da liberdade de expressão com que o CDS jamais poderá estar de acordo e que, por defeito profissional e pessoal, acho que não poderia ser discutido, nem votado nesta Assembleia por uma questão muito simples: é que não há sequer aqui direito ao contraditório. A questão de base é que acho que este voto não podia ser aqui feito sem ouvir os visados. -----

Portanto, aquilo que assistimos aqui é a violação total e clara pelo PS que vincula esta Câmara a um voto de censura da liberdade de expressão que não é admissível no nosso ordenamento jurídico.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Acho que está explicado exatamente por que é que não é uma moção de censura. Não somos a favor que se corte a palavra seja a quem for. O que estamos a dizer é que aquilo que foi dito é alvo de protesto. -----

Não podemos admitir que sejam qualificados os eleitos da forma como o foram. É tão simples quanto isso. É disso que estamos aqui a falar e, em política, a liberdade de expressão tem que se coadunar àquilo que é, de facto, o debate político. -----

Não podemos pactuar com este progressivo desnorte nas declarações que são feitas à conta de um populismo que hoje em dia engraça em Portugal e que cola no eleitorado. Temos a responsabilidade de nos exprimirmos de forma a que o debate político seja elevado e, sobretudo,

não ofender aqueles que exercem os cargos à conta do voto das populações. É disso que estamos a falar.” -----

#### **2.5.12 – “Moção”** -----

##### **Protesto às declarações do Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação relativas ao IC6** -----

*No passado dia 10 de janeiro, durante um jantar organizado pela concelhia do PSD do Fundão, o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, afirmou que o Itinerário Complementar 6 (IC6), que prevê a ligação da Covilhã a Coimbra, não está entre as prioridades do governo ao nível das infraestruturas rodoviárias para a região, considerando-a uma “prioridade secundária”.* -----

*Estas declarações proferidas pelo Senhor Ministro não podem deixar de merecer o total repúdio da Assembleia Municipal da Covilhã.* -----

*A conclusão do IC6 é uma necessidade premente para o desenvolvimento da Cova da Beira e da Serra da Estrela, traduzindo-se na única ligação eficiente entre estes territórios e o litoral do país, nomeadamente a cidade de Coimbra. Sendo reconhecido por todos que as alternativas atuais não são viáveis quer pelo critério de tempo de viagem, quer pela distância, e que a ausência desta ligação significa um gigantesco entrave à promoção de sinergias entre núcleos urbanos, não é compreensível que o ministro do governo português responsável pela pasta das infraestruturas não reconheça a absoluta prioridade que é o IC6.* -----

*As declarações do Senhor Ministro são ainda menos aceitáveis quando o próprio Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro, neste momento em fase de consultas, identifica o IC6 exatamente como uma prioridade absoluta para o desenvolvimento da Região Centro.* -----

*Acresce ainda o facto de constar do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, aprovado em Conselho de Ministro há cerca de um ano, o projeto de execução do troço do IC6 Covilhã-Folhadosa. Nesse sentido, o que seria de esperar do governo, nomeadamente do ministério das infraestruturas, é que desse sequência a essa deliberação empenhando-se ativamente no avanço imediato do projeto de execução mencionado por forma a que, em seguida, se possa avançar para a concretização desta obra que tão relevante é do ponto de vista da coesão territorial.* -----

*Desta forma, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em Sessão Ordinária, aprova esta moção como protesto às declarações do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação relativas ao IC6, proferidas no Fundão em janeiro de 2025, secundarizando a importância deste itinerário complementar, aproveitando para questionar diretamente o Sr. Ministro relativamente aos planos do governo para esta via essencial para as populações da Cova da Beira, Serra da Estrela, Beira Interior e toda a região Centro do país.* -----

*Por forma a que tenha oportunidade de esclarecer esta Assembleia, esta Moção deve ser endereçada ao Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação.” (Proposta do Grupo Municipal do PS e apresentada pelo Deputado Municipal Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves Doc.16)* -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Quer a declaração de voto, quer a posição que assumi anteriormente relativamente à questão das declarações do Senhor Primeiro-Ministro relativamente às prioridades, de facto, também não posso concordar com elas e o CDS também faz parte do Governo. -----

O que me admira é que, de facto, não tenha sido uma prioridade para o PS nos últimos 20 anos esta conclusão e, afinal de contas, agora passa a ser.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Gostava aqui de esclarecer, para quem não tenha ficado claro, que a bancada do PSD propôs ao PS, que amavelmente aceitou, porque acima de tudo está a Covilhã e os interesses dos Covilhanenses, transformar o seu voto de protesto numa moção às declarações do Ministro das Infraestruturas que disse, no Fundão, que o IC6 era uma prioridade secundária, para ser enviada em nome desta Assembleia Municipal ao Senhor Ministro das Infraestruturas e às entidades mais competentes na matéria, como é evidente, com o argumento que estava no voto inicialmente proposto. -----

Relembro aqui que não retirou do Programa de Ordenamento da Região Centro e do Programa de Revitalização do Parque Natural de Serra da Estrela a conclusão do IC6 entre a Covilhã e Folhadosa até Coimbra e, uma vez que não retirou, continua programada quer pelo programa do Governo do PS, quer pelo plano do Governo da AD PSD-CDS a conclusão do IC6 entre a Covilhã e Coimbra. ---

Tendo isto estado no novo plano aprovado por este Governo, questionar se pretende dar início às obras de conclusão do IC6 no corrente mandato e se a resposta for afirmativa quando, obrigando obviamente o Ministro a responder.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Transformando-se o protesto em moção nas conversações secretas que houve ali ao lado, concordamos e aceitamos esta alteração porque justifica-se. A moção é uma posição política que podemos tomar, decidir e exigir ao Governo o investimento e a concretização do IC6. -----

Sublinhar também que hoje, quem exige muito, exige e bem o investimento no IC6. Em anos e Orçamentos de Estado anteriores, quando o PCP propõe o investimento no IC6 votam desfavoravelmente ou votam contra na Assembleia da República. -----

Acho muito bem e como há pouco se disse “sejam bem-vindos à defesa do interior e à defesa desta infraestrutura essencial para o interior.”” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção “Protesto às declarações do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação relativas ao IC6”** foi **aprovada por unanimidade.** -----

**2.5.12 – “Voto Pesar** -----**Irmã Elvira da Ascensão Vaz** -----

A Ir. Elvira da Ascensão Vaz, nasceu a 5 de dezembro de 1928, na aldeia de Cerejo, do Concelho de Pinhel. Era filha de um agricultor da Rapa (Celorico da Beira) e cresceu numa grande quinta, cuidando de rebanhos que contavam com cerca de 40 cabeças de cabras e ovelhas. Desde pequena, ajudava na criação e produção de queijo. Uma vez, quando ainda não tinha 10 anos, expulsou dois lobos com um pau comprido e pedras, sem perceber o perigo que corria. Esta coragem infantil rendeu-lhe uma fotografia no jornal da época. -----

A mãe da Ir. Elvira, era natural de Cerejo, sendo queijeira o seu ofício, e a cada 15 dias, levava queijos para Celorico da Beira, de onde trazia pão, arroz, massa e dinheiro, sustentando assim a família. -----

Sua mãe de muito cedo, encaminhou-a para o Outeiro de São Miguel, onde o Sr. Capelo, amigo da família, era professor. Foi neste ambiente que a Ir. Elvira entrou para a Liga dos Servos de Jesus, fundada pelo Sr. D. João de Oliveira Matos, Bispo Auxiliar da Diocese da Guarda. -----

Aos 15 anos, a D. Palmira enviou-a para Manteigas, onde viveu a sua juventude, pedindo esmola nas ruas e nas fábricas locais. O seu trabalho empenhado garantiu tecidos para os uniformes das meninas, transportando painéis de feijão e contribuindo em várias casas da Liga dos Servos de Jesus. -----

Após um novo regresso ao Outeiro, a D. Palmira escreveu uma carta elogiando a Ir. Elvira como a "flor mais bonita" e enviando-a para a Cerdeira do Côa, onde trabalhou com esforço, como sempre. Também lá estavam como caseiros do colégio, os seus pais, cuja vida foi assim melhorando aos poucos. -----

Desejando sair da Cerdeira do Côa, a Ir. Elvira foi ouvida pelo Dr. Inácio, que a destinou à Covilhã. Contudo, devido à falta da 4.ª classe, fez uma nova passagem por Manteigas para adquirir alguma escolaridade. Durante esse tempo, lavava roupa, cozinhava, cuidava das galinhas, levava as meninas à missa e para a praia, sempre recebendo elogios pelo aprumo e apresentação das crianças a ela confiadas. -----

Finalmente, pelos seus 40 anos, estabeleceu-se na Covilhã, onde viveu até aos seus últimos dias, dedicando-se ao trabalho, mostrando uma liderança exemplar e um amor extraordinário pelos sacerdotes e pelos pobres. -----

Foram 56 anos, durante os quais acolheu a muitos com ternura e afeto. -----

A sua capacidade de bem receber e o carinho no serviço das refeições, tanto no Centro Cultural da Covilhã quanto numa casa na Serra - nas Penhas da Saúde, fizeram dela uma figura querida e admirada. -----

Durante a doença e no final da vida da Ir. Elvira, toda a comunidade local, sempre a admirava pela sua grande obra social que fez nesta cidade. -----

A 20 de novembro de 2024, falece no Fundão. -----

*A dedicação e amor ao próximo desta Serva de Jesus estão já a ser recompensados no céu, donde acreditamos que foi já acolhida com grande alegria por muitos santos que estiveram atentos à sua peregrinação na terra. -----*

*Em resumo, podemos dizer que marcaram na sua vida, os 56 anos, no Centro Cultural e Social da Covilhã, com o seu dinamismo que fez, em obra admirável, reformulando a estrutura da casa, dando condições condignas a quem habitava, fazendo mudanças estruturais, como quartos com casa de banho e um refeitório mais espaçoso, mudanças à vista que fizeram muita diferença a quem usufrui a casa. -----*

*A Ir. Elvira, fez do Centro Cultural, uma casa de acolhimento, onde sempre bateram à porta muitos necessitados e também acolheu pessoas que aqui quiseram viver neste Centro em vez de ir para os lares, fazendo desta a sua casa. -----*

*Tudo isto e muito mais, com a colaboração das Irmãs da Liga dos Servos de Jesus, de que ela foi a animadora, e “abelha-mestra”. -----*

*Teve sempre uma ligação grande com a Universidade da Beira Interior, acolhendo os estudantes, dando-lhe condições para Residência, onde poderiam estudar num ambiente, harmonioso e com valores. -----*

*Referimo-nos agora à Casa da Serra, nas Penhas da Saúde, casa que ela comprou, com dinheiro deixado por sua mãe. -----*

*Esta casa abriu as portas em 1984, foi comprada para acolher crianças que não podiam ir à praia e para as Irmãs que precisavam de respirar os ares da serra. -----*

*A “casa das Irmãs” como é carinhosamente conhecida passou a chamar-se também “Estrela da Manhã”, passou a receber pessoas de todo o país e do estrangeiro, que se deslocavam à Serra da Estrela. -----*

*Também com a cooperação das Irmãs, a Ir. Elvira, renovou as instalações, fazendo na altura uma camarata com 36 camas, com capacidade para 39 pessoas, 11 quartos de casal, 3 salas de refeições, uma sala de convívio e um bar. -----*

*Nesta linha de colaboração, a Ir. Elvira manteve também uma boa colaboração com a Câmara Municipal da Covilhã, que ajudou a sua ação de bem-fazer. -----*

*A Ir. Elvira, para além dos reconhecidos méritos religiosos, granjeou estima e respeito da comunidade Covilhanense, que ela amava e que lhe retribuía esse amor e carinho. -----*

**Como expressão de reconhecimento e gratidão, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 26 de fevereiro de 2025, expressa o seu profundo pesar pelo seu falecimento e endereça à família, ao Centro Cultural e Social da Covilhã e à Liga dos Servos de Jesus, sentidas condolências.” (Proposta do Grupo Municipal do PS Doc.17) -----**

**--- Colocado à votação, o presente Voto de Pesar pelo Falecimento da Irmã Elvira da Ascensão Vaz foi aprovado por unanimidade. -----**

### 3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do PPD/PSD indicou para discussão o tema “*Desporto e Associativismo*” e o Grupo Municipal do Partido Socialista indicou o tema “*Cultura como motor de afirmação, de identidade e de desenvolvimento social e económico dos territórios*”. -----

--- A Deputada Municipal **Mafalda Lourenço Nunes (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte apresentação do tema “***Desporto e Associativismo***”: -----

“Gostaria de começar por felicitar a Câmara Municipal da Covilhã pela requalificação do Pavilhão da Inatel, um espaço histórico e essencial para o desporto na cidade. Como primeiro pavilhão dedicado à prática desportiva, tem servido escolas e associações ao longo dos anos, mantendo-se crucial para a prática de várias modalidades. -----

Contudo, é importante reconhecer que, apesar das melhorias, ainda existem desafios significativos. Infelizmente, muitos dos nossos jovens continuam a praticar desporto em condições que são, no mínimo, vergonhosas. Um exemplo disso é o Complexo Desportivo. Onde estão os dois campos de relvado sintético prometidos há 12 anos? A pista de atletismo necessita de uma urgente requalificação e apesar das promessas de obras para um momento em que causam menos impacto nos clubes e atletas, não conseguimos perceber como, após 12 anos, ainda não foi possível encontrar esse período. Os atletas treinam sem iluminação adequada e, nos dias de chuva, o campo transforma-se num lamaçal. Para além disso, após o treino, não há água quente e os corredores e balneários continuam a ser invadidos pela chuva. Estas condições são inaceitáveis para os nossos jovens. -----

Relativamente ao Grupo Desportivo Teixosense, recebeu o financiamento da Federação Portuguesa de Futebol para a criação de um piso sintético no campo Maia Campos. A questão é: e os balneários? E as bancadas? Onde vai a Câmara Municipal garantir o restante financiamento para estas melhorias necessárias? -----

Ainda no que toca às infraestruturas desportivas, não podemos ignorar o estado da nossa piscina coberta já encerrada há dois anos. Isto limita a aprendizagem de natação para os nossos jovens e prejudica o bem-estar dos nossos idosos. Além disso, acarreta custos adicionais para a Câmara Municipal que tem de disponibilizar um autocarro para os alunos de Licenciatura em Ciências do Desporto para que possam ter aulas de natação na piscina coberta do Fundão. Mais uma vez, o concurso para a reabertura da piscina ficou deserto. Até quando vamos continuar sem esta infraestrutura essencial? -----

Também a Piscina Praia não passou pelas intervenções necessárias. Como podemos garantir que ela estará pronta para cumprir com a época balnear completa, sem comprometer a segurança e o conforto dos utilizadores? -----

Outra questão relevante é a ciclovia da Estrada Municipal Ferro – Quinta Branca que é reivindicada pela Junta de Freguesia há mais de 12 anos. Trata-se de um local onde se pratica muito atletismo e a construção desta ciclovia é fundamental para a segurança e mobilidade de todos. Quando é que finalmente teremos uma resposta para essa necessidade? -----

Em relação ao Campeonato Europeu de Andebol que vamos receber entre 22 e 28 de julho, a Câmara Municipal vai garantir que este grande evento não será prejudicado por outras festas ou romarias no concelho, visto que não tem de ajudar financeiramente? A nossa cidade merece que este evento seja tratado com a devida importância. -----

No que diz respeito ao desporto de Inverno, a Federação de Desportos de Inverno anunciou a construção de um pavilhão no Seixal. No entanto, a questão que se coloca é: foi levada em consideração a necessidade da nossa cidade? Este projeto seria uma honra para a Covilhã e o investimento no desporto de Inverno seria extremamente positivo para a nossa comunidade. ----

Em 2022, foi aprovada uma moção das bancadas do PSD e CDS nesta Assembleia Municipal onde se falava do reforço do apoio ao associativismo desportivo local e na criação de uma bolsa de estudo para atletas locais. Já foi cumprido? Se já, o que é que foi feito? -----

Por fim, gostaria de falar sobre o associativismo que é um pilar importante da nossa sociedade. Reconhecemos que houve melhorias com a criação do regulamento para as associações, embora ainda não seja um modelo perfeito. As associações continuam a necessitar de mais apoio financeiro. Sabemos que irão dizer que os apoios têm sido os maiores de sempre. Contudo, os custos de uma associação aumentaram consideravelmente nos últimos anos. No nosso Concelho temos cinco ranchos federados que preservam e divulgam a nossa cultura, levando o nome da Covilhã por todo o país. Não mereciam estes grupos mais apoio? As associações são fundamentais para a coesão social e muitas pessoas dedicam uma enorme quantidade de tempo e esforço a elas. Precisam de ajuda e de todos nós para poderem continuar o seu trabalho. -----

É imperativo que a Câmara Municipal olhe com a atenção para estas questões e continue a investir no bem-estar e no futuro das nossas crianças, jovens e idosos, bem como no fortalecimento das nossas associações e infraestruturas desportivas.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Sobre esta matéria, dizer três coisas. -----

A primeira é que, mais uma vez, esta oposição anda muito desatenta porque, de facto, todos os problemas aqui elencados, se repararem, não existem. Têm que perceber e temos que perceber enquanto oposição que, de facto, todos os problemas que aqui foram elencados à sociedade e que há muitos (há 12 anos) esperamos uma solução para eles no final não existem porque no mundo cor-de-rosa onde vive esta Câmara eles são postos de outra maneira. -----

Vai ser resolvido de certeza quando ouvimos aqui o Senhor Presidente dizer que, nestes seis meses que faltam até às eleições, muitas destas coisas serão resolvidas. O problema é que não aconteceu e, portanto, bem-haja pela lucidez e pela clareza com que, de facto, veio aqui dizer aquilo que, afinal de contas, sabemos e vemos e sentimos todos os dias. É que esta Câmara falha insistentemente naquilo que é essencial para a vida dos atletas sobretudo em que muitos deles

fazem sacrifícios. Quem já teve filhos a competir quase profissionalmente sabemos que isso acontece. Fazem imensos sacrifícios. As famílias fazem imensos sacrifícios porque a Câmara, pura e simplesmente, ignora o que é o básico e o essencial. Não só não se ignora o básico e o essencial para os cidadãos e, para aqueles que têm necessidades especializadas, essas nem sequer existem. É pena que assim aconteça e que assim seja. -----

Quanto ao associativismo e à forma como esta Câmara agarrou nesta questão do associativismo, tenho que felicitar a Câmara nesta medida: quando em 17 de novembro de 2017, numa reunião de Câmara, o então Vereador pelo CDS, Adolfo Mesquita Nunes, propôs a criação de um regulamento associativo que traga o mínimo de transparência na atribuição dos fundos e dos apoios associativos. Atenção que estamos a falar em 2017 e, portanto, desde 2014 e até antes disso, os apoios eram dados de forma discricionária. A Câmara demorou dois anos a fazer este regulamento e, ainda assim, com críticas desde o início. -----

Hoje, apesar dessas críticas que não são só políticas ao nível do CDS, mas das próprias associações, temos que perceber que, se calhar, temos que evoluir. Não podemos fazer uma coisa e depois acharmos que tudo cabe lá e tudo está feito e nada mais é alterado. É preciso percebermos isto sobretudo porque sabemos e falamos com as associações, o que não pode ser feito é o Pelouro do Associativismo e o Gabinete do Associativismo, principalmente nestas alturas em que se estão a pedir verbas, que estão a apresentar projetos e que estamos a discutir montantes que vão definir a vida das associações, nos digam “você pensam que isto aqui é a Santa Casa da Misericórdia ou a Casa do Povo”. Não é assim que se devem tratar as associações porque as associações fazem reivindicações, apresentam projetos que são projetos sérios na ótica deles e têm que ser tratados todos por igual. Não pode haver associações de primeira, nem associações de segunda quer ao nível do financiamento, quer ao nível do tratamento.” -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV):** “No desporto, o esforço e a dedicação de múltiplas entidades, em particular autarquias, movimento associativo, atletas e suas famílias, de que, com a sua ação e participação, projetam o desporto e ampliam a sua prática em contraste com uma política que desvaloriza e desinveste no desporto escolar de alto rendimento ao mesmo tempo que mercantiliza, privatiza, despreza a importância da Educação Física e da prática desportiva para o desenvolvimento das crianças e dos jovens, para a formação integral do indivíduo, para a saúde e o bem-estar da população. -----

No caso do Município da Covilhã, não se deslumbra uma política integrada e coordenada para o desenvolvimento da prática desportiva. O que se vê é um conjunto de medidas avulsas. Exemplo disso o caso da Piscina Municipal. -----

Assim, são propostas da CDU: -----

- Implementar um programa de quintais desportivos nos bairros de todo o Concelho; -----
- Realizar os primeiros jogos Cova da Beira com uma primeira fase para os alunos do 1.º e 2.º ciclos; -----
- Desenvolver programas de dinamização desportiva nas freguesias do Concelho; -----

- Conservação e manutenção de equipamentos e estruturas existentes que permitam aos jovens e à população em geral praticar desporto e obter resultados desportivos motivadores; -----
- Apoiar atletas do Concelho através das suas associações; -----
- Apoiar o desporto escolar e universitário; -----
- Programa Municipal para o Incremento do Desporto Adaptado; -----
- Programa de Incremento do Desporto Feminino; -----
- Requalificar o campo de futebol do Complexo Desportivo; -----
- Construção de uma estrutura específica para o atletismo; -----
- Construção do Pavilhão Multiusos; -----
- Construção de uma piscina coberta de 50 metros; -----
- Assegurar a requalificação do Pavilhão do Inatel; -----
- E, tendo em conta que o Programa Estratégico de Desenvolvimento Desportivo foi aprovado em 2020, existe a clara necessidade de proceder à sua avaliação e o que é que foi realizado desse programa. -----

O movimento associativo popular profundamente enraizado no território, com uma imensa atividade, nomeadamente recreativa, desportiva e cultural sob diversas formas, constitui um exemplo de vida democrática e participação coletiva de que são exemplos os milhares de dirigentes que neles intervêm com a promoção de valores de cooperação e de valores e conceções progressistas. -----

Assim, são propostas da CDU: -----

- Criar o Conselho Municipal do Associativismo; -----
- Melhorar o Regulamento Municipal de Apoio; -----
- Reforçar o Gabinete Municipal de Apoio Técnico às Associações; -----
- Definir zonas de cooperação, associações – Escolas; -----
- Devolver o IMI e reduzir a fatura da água às associações; -----
- Aprofundar o trabalho com a Confederação Portuguesa das Coletividades, Cultura, Recreio e Desporto.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo, “numa fase inicial, antes da minha intervenção propriamente dita, tendo em conta que tenha sido a Deputada Mafalda a fazer intervenção sobre esta área, dar os parabéns à Mafalda pela eleição como responsável da JSD da Covilhã e desejar-lhe os maiores sucessos, como é lógico em campos políticos diferentes, mas que é importante haver esse dinamismo. -----

Houve um tema levantado na sua intervenção relativamente ao Europeu de Andebol e eu, sendo parte da organização deste mesmo Europeu de Andebol, tenho que despir de alguma forma a minha função de Deputado nesta Assembleia por breves momentos e dar-lhe a garantia que aquilo que é a colaboração entre a organização e o Executivo Municipal é uma colaboração exemplar. É exemplar e pode ser testada, dou-lhe também agora essa sugestão enquanto líder da JSD, até por militantes da própria JSD que fazem parte da organização. -----

Desporto pressupõe atividade desportiva, seja ela de competição ou de lazer. É por isso redutor centrar o debate político sobre o desporto em infraestruturas desportivas. É redutor e relativiza o trabalho desenvolvido pelos agentes desportivos que diariamente garantem uma oferta cada vez mais diversificada no Concelho da Covilhã. -----

Em boa verdade, Senhoras e Senhores Deputados, já lá vai o tempo em que a Covilhã vivia uma cultura de quase mono modalidade. A diversidade da oferta e cada vez mais a maior procura de uma atividade física regular por parte dos Covilhanenses são certamente as maiores conquistas na área do desporto que a Covilhã teve nos últimos anos. Conquistas apenas possíveis através de uma ação governativa centrada na igualdade de oportunidades, promoção de hábitos saudáveis e bem-estar do cidadão, bem como pelos critérios de apoio bem definidos e transparentes que conferem uma realidade desportiva no Concelho centrada não só na prática desportiva de competição, mas também na prática desportiva de recreação e lazer, centrada na habilidade individual na obtenção de resultados desportivos, mas acima de tudo centrada no bem-estar e saúde dos Covilhanenses.

Exemplo desta dinâmica ao serviço dos Covilhanenses é o reconhecimento regular que hoje é dado ao trabalho desenvolvido no município, em que temos como exemplos o Prémio de Excelência Autárquica na área do Desporto e o Selo de Qualidade de Programa Atividade Física Sénior atribuído pelo Observatório Dinâmico das Autarquias, as boas práticas da Bandeira da Ética atribuído pelo próprio IPDJ onde o Município da Covilhã foi premiado na categoria “Melhor Projeto dos Municípios” com o projeto “Semana da Ética no Desporto” ou ainda o reconhecimento de evento Desportivo Municipal do Ano devido à Iniciativa Covilhã Desportiva e poderíamos ainda somar muitos outros prémios, selos de qualidade, galardões, entre outros reconhecimentos de conhecimento público atribuídos por diversas entidades, associações e federações desportivas nacionais ao trabalho desenvolvido que valorizam e dão nota da qualidade desportiva que hoje existe no Concelho. Uma qualidade desportiva não só garantida pelos diversos clubes e associações, mas acima de tudo resultado de uma estratégia eficiente e inovadora posta em prática por parte do Executivo Municipal, através de atividades, iniciativas e programas que visam promover o bem-estar e melhoria da qualidade de vida da comunidade. -----

Esta realidade é sentida no dia-a-dia dos Covilhanenses, não só através de diversas iniciativas pontuais ao longo do ano (e poderia destacar a Covilhã Desportiva, como há pouco referi, o regresso do Torneio Inter Freguesias da cidade da Covilhã ou ainda os programas Verão Ativo e Verão em Família), mas também através de atividades regulares de excelência que têm cativado cada vez mais Covilhanenses para a prática desportiva. -----

Entre diversos exemplos que poderia apresentar a esta Assembleia, destaco três: o Programa de Desporto Sénior destinado a pessoas com mais de 60 anos e que, em 2014, tinha 70 participantes. Atualmente tem mais de 140. Ou seja, o Executivo conseguiu duplicar a participação neste

programa específico; o Programa Desporto para Todos que, em 2014, tinha cerca de 50 participantes. É um programa destinado à população com mais de 15 anos e atualmente tem cerca de 140 participantes: ou seja, quase que triplicou a sua participação; o mais recente que é um programa que me parece aqui ser necessário louvar com especial ênfase, o Programa MAIS “Movimento e Autonomia para Idosos com Saúde”, um programa desenvolvido em parceria com as associações e Juntas de Freguesias que procura dar resposta a pessoas com mais de 65 anos residentes em freguesias fora do perímetro urbano da cidade e que hoje é uma realidade na Erada, em Verdelhos e que, muito em breve, vai ser também uma realidade em Orjais. Um programa que conta com mais de 40 participantes ao longo do Concelho. -----

A qualidade do trabalho desenvolvido pelos diversos agentes desportivos é ainda mais valorizada quando cada vez mais a Covilhã é escolhida como palco para diversos eventos desportivos nacionais e internacionais nas mais diversas modalidades. -----

Esta dinâmica, crescente na procura e atividade que vivemos, acarreta naturais necessidades do ponto de vista de infraestruturas desportivas as quais não podemos deixar de identificar, mas também salientar o investimento feito. -----

As dinâmicas desportivas resultantes do investimento feito na requalificação e capacitação de infraestruturas como são exemplo não só o Pavilhão Municipal do INATEL, como foi a requalificação do Pavilhão das Águias do Dominguizo ou ainda o apoio do Executivo Municipal para a requalificação dos pavilhões da Universidade da Beira Interior essencial para que o Europeu de Andebol seja concretizado na Covilhã, deverão ser entendidas como apostas ganhas por parte do Município ao serviço da Covilhã e dos Covilhanenses através do desporto. -----

É por isso, Senhor Presidente, necessário prosseguir o caminho de investimento na requalificação e criação de instalações desportivas na Covilhã, nomeadamente através da requalificação da pista tartan do Complexo Desportivo, da requalificação do campo n.º 2 do Complexo Desportivo, tendo ele capacidade para dar resposta à elevada procura por parte dos clubes e, portanto, adaptada àquilo que é a sua necessidade e o desenvolvimento do projeto para a construção de um pavilhão multiusos municipal. -----

Nesta minha intervenção, não poderia deixar de louvar e agradecer, em nome da bancada do Partido Socialista, todo o trabalho desenvolvido por clubes e associações, os seus dirigentes, treinadores e atletas que diariamente trabalham em prol do desporto da Covilhã, mas também o reconhecimento especial aos técnicos da Divisão de Desporto e Associativismo pelo seu profissionalismo, compromisso e competência demonstrada ao longo dos últimos anos que estão, com toda a certeza, na base do sucesso alcançado e na certeza que estarão também nas conquistas do futuro. -----

No âmbito do associativismo é importante ainda referir que Executivo Municipal do Partido Socialista, ao longo da sua ação governativa, criou o Gabinete de Apoio ao Associativismo, bem como estabeleceu um conjunto de critérios que permitem que a cooperação entre autarquias e diferentes coletividades se pautasse por princípios fundamentais de gestão pública, nomeadamente na prossecução do interesse público, da igualdade de tratamento, da proporcionalidade, da sua imparcialidade e da boa-fé da sua participação. -----

Já lá vai o tempo em que essa igualdade de tratamento não existia no associativismo da Covilhã ou seria necessária uma bandeira laranja, naquele caso, para que houvesse apoio. -----

Exemplo deste modelo de relação com o movimento associativo, o Regulamento de Apoio ao Associativismo assume particular relevância e dinamismo para o associativismo hoje vivido. Depois de ter entrado em 2018, com efeitos práticos em 2019 até ao presente ano, este Regulamento possibilitou a apresentação de 637 candidaturas à Linha de Apoio da Atividade Regular, 485 candidaturas à Linha de Apoio de Investimento à Aquisição de Equipamentos, 105 candidaturas à Linha de Apoio à Atividade Pontual e de Caráter Supra Concelhio, num apoio global de 2.5 milhões de euros em 6 anos de existência. -----

Para além deste mecanismo, é ainda de salientar o apoio prestado pelo Executivo Municipal a clubes e associações que desenvolvem a sua atividade no âmbito profissional e semiprofissional nas áreas desportivas e culturais, num valor anual de cerca de 620.000€. Esta parceria efetiva entre o Executivo Municipal e o Movimento Associativo é ainda mais visível através da criação dos condomínios do associativismo ou de plataformas digitais de apoio, mas, acima de tudo, na prioridade dada às pessoas e aos dirigentes associativos, a prioridade na capacitação dos dirigentes associativos através de iniciativas como o Fórum Associativismo ou ainda a Academia de Formação e Associativismo “A Tecer o Futuro”. -----

É, com toda a certeza, um caminho a continuar e a reforçar no futuro. -----

Nesse sentido, e quando refiro este sentido é centrado naquilo que é o dirigente associativo, a bancada municipal do Partido Socialista associa-se ao Manifesto Público da parte do Senhor Presidente da Câmara para a criação de um monumento de homenagem a todos os homens e mulheres dirigentes associativos que, de forma abnegada, tiveram e têm um contributo inegável para a Covilhã.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Agradecemos os esclarecimentos aqui prestados, muitos deles muito interessantes, as intervenções das restantes bancadas e também da oposição que fizeram propostas ao Executivo. Creio que o Senhor Presidente e a Câmara Municipal terão retirado daqui, certamente, sumo de políticas a aplicar. -----

Gostava de agradecer também alguns esclarecimentos prestados agora pelo Partido Socialista em particular sobre alguns dos apoios concedidos que são úteis e que me fizeram lembrar, Senhor Presidente da Câmara, um requerimento que submetemos aqui há dois anos em que questionámos a Câmara Municipal qual o número de candidaturas feitas no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo e em cada linha de apoio, no apoio ordinário ou no apoio pontual que está previsto creio que no artigo 5.º e não nos foi respondido o número de candidaturas por linha de apoio. Portanto, voltamos a apelar para a resposta a esse requerimento feito aqui (se não estou em erro, há mais de 2 anos), porque foram apresentados aqui dados importantes e bons, mas dados a que os eleitos desta Assembleia Municipal não tiveram acesso, ou pelo menos a bancada do PSD não teve acesso. -----

Agradecendo mais uma vez essa clarificação, gostava de terminar este ponto apenas reforçando o apelo ao Senhor Presidente da Câmara para o apoio nos balneários das bancadas do piso sintético

do campo Maia Campos do Grupo Desportivo Teixosense, que foi aqui mencionado pela minha colega de bancada, para uma resolução tão célere quanto possível do problema da piscina coberta da Covilhã, para a resolução das questões da Piscina Praia e também para a reivindicação da Junta de Freguesia para a ciclovía na Estrada Municipal entre o Ferro e a Quinta Branca. -----

Todos os Covilhanenses beneficiarão certamente com a conclusão e o cumprimento destas promessas feitas pelo PS.” -----

--- O Deputado Municipal **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** fez a seguinte apresentação do tema **“Cultura como motor de afirmação, de identidade e de desenvolvimento social e económico dos territórios”**: -----

“É com um gosto especial que o Partido Socialista propõe, neste modelo de debates dos grupos municipais, a questão da cultura, que é um tema tão importante, tão central e tantas vezes esquecido naquilo que são os debates políticos. -----

De acordo com um dos mais brilhantes pensadores e filósofos portugueses do século XX, Eduardo Lourenço define a cultura como a expressão mais alta da vida humana, o conjunto de todas as formas de arte, de amor e de pensamento que, ao longo dos séculos, os homens foram criando para dar sentido à sua existência para comunicar uns com os outros. -----

A cultura desempenha um papel fundamental como motor de afirmação, identidade e desenvolvimento social e económico dos territórios e a cultura, como motor de afirmação, permite que as comunidades e os territórios afirmem a sua singularidade e riqueza histórica. -----

Os eventos culturais, os festivais, as tradições e as práticas artísticas são formas de expressão e de reforço da identidade local, proporcionando um sentido de pertença, de orgulho dos seus habitantes. Mas é também um fator de identidade. A identidade cultural é essencial para a coesão social. Através da cultura, as comunidades podem preservar e transmitir valores, crenças e práticas às novas gerações e definir uma identidade única. Isto é particularmente importante nos tempos que correm de globalização, onde a manutenção de uma identidade cultural distinta pode ajudar a reforçar a solidariedade e a resiliência comunitária. -----

Mas a cultura é também um motor de desenvolvimento social. A cultura contribui significativamente para o desenvolvimento social e promoção da inclusão e da participação cívica dos indivíduos. Os acessos às atividades culturais podem fomentar o entendimento mútuo, a tolerância, a coesão social. Além disso, a educação cultural pode ajudar a elevar o nível de alfabetização cultural, contribuindo para uma sociedade mais informada e, por isso, mais participativa. -----

A cultura é também um motor de desenvolvimento económico para aqueles que falam sobretudo a linguagem dos números. A cultura cria emprego. A cultura cria riqueza. A cultura gera desenvolvimento, desde logo as indústrias criativas, como os sectores do cinema, da música, do design, da moda, enfim, vários, mas também do ponto de vista turístico: o turismo cultural que arrasta multidões e gera empregos e desenvolvimento local. -----

A revitalização urbana é também determinante à componente cultural para revitalizar o tecido urbano, acabando com os espaços degradados e acabando com espaços menos cuidados, promovendo iniciativas culturais e infraestruturas de cultura. Um bom exemplo disso, todos conhecemos, porventura, e alguns até pessoalmente, a cidade de Bilbao, em Espanha. Uma cidade cujo motor do seu desenvolvimento foi, até aos anos 80, a indústria naval e a indústria siderúrgica. Com a crise dessa indústria, a comunidade viu-se com um desafio de como ultrapassar esses problemas e como dar um salto qualitativo. E foi através da cultura, nomeadamente através da construção do Museu Guggenheim e toda a política integrada de desenvolvimento cultural que hoje Bilbao é muito mais conhecida pela parte cultural e as atividades culturais e de indústrias criativas que tem do que propriamente pelo seu histórico e passado industrial. -----

O impacto da cultura em termos económicos é determinante. Na União Europeia, em 2019, 4.2% do PIB era dedicado ao sector da cultura. Na União Europeia, 7,4 milhões de pessoas estavam empregadas no setor da cultura e em Portugal, em 2021, mais de 128.000 portugueses tinham emprego na área da cultura, que representava um total de 2.6% na área dos empregos nacionais.

A cultura promove a coesão social e proporciona espaços de eventos onde as pessoas se podem reunir, onde podem partilhar experiências, fortalecer os seus dados comunitários e sociais, promovendo experiências e criando raízes. -----

Senhoras e Senhores, a Covilhã é uma cidade com grande felicidade. Este Executivo Municipal tem responsabilidade também no momento cultural que vivemos. Temos a felicidade de termos conseguido, nestes 12 anos, requalificar um conjunto de infraestruturas, como seja o Teatro Municipal, as salas de exposições. Não há hoje um dia que os Covilhanenses ou quem nos visita não tenham uma atividade cultural, e isso é de salientar. É devido, em muito, ao trabalho municipal, mas também às infraestruturas de cultura e não posso deixar de destacar as companhias de teatro: a ASTA; a Quarta Parede; o Teatro das Beiras; o Kayzer Ballet; o coletivo WOOL, e um conjunto de entidades e de associações, como já há pouco referenciava, como o Oriental, que criam dinâmica cultural. Ela é determinante para a afirmação e identidade dos nossos territórios e espero que ela cada vez mais esteja na ordem do dia.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV):** “A política de direita trava um processo de democratização da cultura, aberto pela Revolução de Abril. O subfinanciamento e desresponsabilização do Estado conjugam-se para uma crescente influência do capital, visando a mercantilização, elitização e apropriação e instrumentalização da cultura ao serviço das classes dominantes. -----

O direito à livre criação e fruição cultural, no qual se empenham milhares de artistas e outros profissionais, bem como múltiplas organizações e entidades como o poder local, é profundamente limitado. Registam-se insuficiências no apoio às artes, ao movimento associativo popular em todo o território nacional, na gestão, na preservação, na divulgação do património cultural, material e imaterial, no ensino artístico, no papel atribuído à língua portuguesa, nas condições de trabalho generalizadamente precárias. Dos que se dedicam à produção e criação culturais, acentuam-se a

tentativa de homogeneização a partir de padrões e concepções estéticas impostas pelos centros de decisão do grande capital e ao serviço da ideologia dominante. -----

Assim, propomos: -----

- A redinamização da atividade cultural do Município da Covilhã a dois níveis: ao nível dos agentes que lhe estão associados, nomeadamente associações, instituições e particulares, mediante protocolos claramente definidos; e ao nível dos diferentes domínios culturais, como as artes plásticas, cénicas, cinematográficas, musicais, a literatura, arquitetura, etnografia, museologia e gastronomia, promover o acesso generalizado das populações à fruição dos bens e das atividades culturais; -----
- Promover a captação de apoios e projetos com elevado impacto nas áreas da cultura e juventude; -----
- Estabelecer políticas de apoio dirigidas à criação, promoção e difusão culturais; -----
- Prosseguir e reforçar o apoio e a promoção das associações recreativas, culturais e desportivas; -----
- Elaborar, através do Conselho Municipal de Cultura a criar, o Plano Estratégico Cultural; --
- Reforçar de forma participada e transparente os apoios à atividade cultural; -----
- Potenciar o Teatro Municipal, finalmente devolvido à cidade e ao Concelho, assegurando a sua gestão pública e municipal, uma programação regular, a consolidação dos equipamentos, referência cultural e influência, tendo em vista a democratização e a criação de produção culturais locais e a formação de públicos, a rejeição de qualquer estética oficial e a insubmissão aos critérios mercantilistas, ao diálogo e à pluralidade das formas de expressão; -----
- Apoiar e concretizar a cidade criativa; -----
- Criar um sistema integrado de equipamentos culturais, bibliotecas, casas da cultura, centros cívicos destinados ao conhecimento, ao fomento e à difusão da cultura, estimulando a participação; -----
- Criar incentivos e contratualizar a aquisição de produtores artísticos locais; -----
- Articular as várias esferas (educação, ensino, ciência e tecnologia, artes, comunicação e informação, além da política) da cultura para a formação de públicos; -----
- Acesso à cultura, espaços e valências, publicação e agendamento; -----
- Revitalizar centros históricos mediante um plano integrado, criando espaços para o desenvolvimento de atividades culturais e outras alternativas, mercados de intercâmbio, centros de formação, laboratórios criativos, artesanato e potenciar a habitação jovem nestes locais; -----
- Desenvolvimento de programas de dinamização cultural nas freguesias do concelho; -----
- Criar o roteiro de museus; -----

- Apoiar a realização de festivais de teatro no Concelho; -----
- Dotar a Covilhã de uma oferta cinematográfica pública; -----
- Estimular a revitalização do Cineclube da Beira Interior, em articulação com a Licenciatura de Cinema da Universidade da Beira Interior, bem como com a Associação Académica da Universidade da Beira Interior; -----
- Iniciar a realização do Festival de Cinema da Covilhã; -----
- Criar a Semana de Dança em parceria com as instituições e coletividades; -----
- Criar um projeto “Música na Rua” em parceria com as coletividades, Conservatório e EPABI;
- Aumentar o acesso de todos os munícipes às ofertas musicais diversificadas em diálogo com as instituições ligadas ao setor cultural; -----
- Promover a realização de uma Bienal de Artes Plásticas; -----
- Revitalizar os laços com a Casa Museu Marmelo e Silva (Paul) de modo a dinamizar ainda mais esse espaço museológico e bibliográfico; -----
- Criar o roteiro “Ferreira de Castro - A Lã e a Neve”, estabelecendo sinalética local e criando informação e um sistema de visitas guiadas de modo a revitalizar a memória patrimonial ligada aos textos da região. Na criação deste roteiro, estabelecer uma parceria com o Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior; -----
- Criar rotas imateriais de sentidos, sons, imagens, cheiros e texturas, em parceria com a Universidade da Beira Interior e outros agentes culturais do Concelho; -----
- Desenvolver a realização de visitas teatralizadas às zonas históricas do Concelho; -----
- Aumentar o acervo bibliotecário da Biblioteca Municipal da Covilhã e dinamizar um plano de atividades; -----
- Apoiar talentos literários em formação ao nível do ensino escolar e universitário; -----
- Criar um roteiro de gastronomia regional; -----
- Dinamizar festivais temáticos, fomentando a sua divulgação a nível regional, nacional e internacional; -----
- Dotar o Arquivo Municipal de espaço e meios adequados à sua função.” -----

- **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP):** “Dar nota de que estamos obviamente de acordo com aquilo que foi a avaliação e a introdução do Partido Socialista relativamente a este tópico. Todos reconhecemos a importância da cultura naquilo que é o desenvolvimento económico das sociedades e também naquilo que é o próprio desenvolvimento das cidades na ótica da sustentabilidade, na ótica da recuperação do imobiliário, etc. e, portanto, estamos absolutamente de acordo com aquilo que foi a introdução que o Partido Socialista aqui fez. -----

Acrescentávamos também, à semelhança daquilo que aconteceu por essa Europa fora, um bom exemplo disso à semelhança de uma cidade industrial é Bilbao, que com a cultura e a introdução da cultura na vida quotidiana da cidade recuperaram e tornaram uma cidade afastada do meio económico (recordemos que passou por uma crise bastante significativa) e na verdade hoje é centro cultural espanhol e é centro cultural da nossa Europa. -----

Achamos e acreditamos que a nossa cultura, olhando aquilo que é a tradição têxtil da nossa cidade, poderá porventura aqui também acrescentar algum valor e algum dinamismo no próprio investimento económico, no desenvolvimento económico e na criação de novas empresas e de novas respostas económicas na nossa cidade. -----

No entanto, concordando com esta parte introdutória que o Partido Socialista fez, compete-nos também questionar sobre o investimento na adaptação e reabilitação dos museus que temos atualmente. Na verdade, aquilo que sentimos é que, com exceção dos museus da cidade, os museus mais afastados da periferia necessitam urgentemente de investimentos e, portanto, julgo que fará sentido também aqui debatermos investimentos na ótica de os adaptar às novas necessidades e acesso, mas também àquilo que é as novas tecnologias. Não podemos ter museus da nossa cidade, cuja fatura vai ser enviada por *email* porque não têm impressora para emitir a fatura. Portanto, acho que isso não poderá acontecer ou pelo menos encontra-se forma *online* de o fazer. -----

Depois, sugerir a questão dos encontros da criatividade com escritores, músicos, investigadores, numa relação muito direta com a nossa Universidade que aqui possam divulgar também as tradições e dinamizem as ações culturais. -----

Por outro lado, questionar na ótica deste ponto onde está o programador cultural e a estratégia que estava definida para 4 anos a este nível. Na verdade, quando tentamos consultar esta estratégia cultural e a própria opinião do programador cultural para este fim, não conseguimos ter acesso a essa informação e parece-nos pertinente que, neste tópico, o abordemos. -----

Por fim, Senhor Presidente e demais Deputados, dar nota de que achamos que também a este nível cultural faz todo o sentido que criemos uma estratégia comum com os municípios vizinhos de forma a conseguirmos alavancar, se quiserem, esta nossa região com também esta oportunidade que é a oportunidade do investimento cultural.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou “saudando o Partido Socialista pelo tema que trouxe à discussão nesta Assembleia Municipal e dizer que subscrevo na íntegra a intervenção do Senhor Deputado Hélio Fazendeiro naquela que foi a apresentação do tema. Felizmente neste ponto, e tendo em conta tudo o que já ouvi de todas as bancadas neste ponto, estamos todos do mesmo lado e é de saudar isso. -----

Mas vamos a factos. Na última década, o Concelho da Covilhã tem testemunhado uma evolução no panorama cultural marcada por novas iniciativas públicas, mas também privadas que revitalizaram algumas tradições e promoveram novas expressões artísticas. Senão, vejamos: -----

- Novas iniciativas da responsabilidade da autarquia -----

- A reabertura do Teatro Municipal da Covilhã, em novembro de 2021 após duas décadas encerrado, foi um marco importante. Este espaço renovado trouxe com ele a promessa de descentralização da programação cultural local. -----
- O Museu da Covilhã, inaugurado em agosto de 2020, refletiu o compromisso do Município com a valorização do património cultural, material e imaterial. -----
- Iniciativas da responsabilidade de terceiros -----
  - Companhias como o Teatro das Beiras, a ASTA, a Quarta Parede, o Coro Misto da Covilhã, o Kayzer Ballet, só para mencionar algumas, continuam a desempenhar um papel crucial na cena cultural local e são exemplos que contribuem para uma programação diversificada, abrangendo teatro, dança, música e outras formas de expressão artística. -----
  - A cidade tem-se destacado pela promoção da arte urbana, especialmente através do Festival Wool, que trouxe novas cores e vida às ruas da Covilhã. Este festival tem sido fundamental na transformação da paisagem urbana, tornando-a mais vibrante e atraente, tanto a nós que cá residimos como aos seus visitantes. -----
  - Os vários festivais, feiras e romarias promovidos por associações locais da cidade e pelas Juntas de Freguesia tentam revitalizar as tradições culturais, levando a cultura mais ancestral às populações mais distantes da sede do Concelho. -----

Mas, apesar de algum dinamismo cultural, a Covilhã continua a assistir a um progressivo esvaziamento da identidade cultural. O que deveria ser um motor de dinamismo, inclusão e projeção da Covilhã para fora das suas fronteiras tem sido negligenciado, descaracterizado e instrumentalizado para fins meramente propagandistas. A saber: -----

- 1.º Falta de estratégia e planeamento cultural. O Partido Socialista prometeu uma nova era cultural para a Covilhã. O que é que temos hoje? Um conjunto disperso de eventos, sem uma estratégia coerente, sem uma ligação clara à história e tradições do Concelho e sem um verdadeiro impacto na economia e no turismo local.
- 2.º Desvalorização dos equipamentos culturais – o Teatro Municipal da Covilhã, que poderia ser um palco de referência para a região, continua subaproveitado, sem uma programação de excelência que atraia públicos diversos e potencie o talento local. O Museu de Lanifícios, que deveria ser um ex-libris da identidade industrial da Covilhã, não recebe a atenção nem os investimentos devidos e a lista continua com vários outros espaços culturais que se encontram estagnados, sem inovação ou aposta real na sua revitalização. -----
- 3.º Apoio irregular e insuficiente aos agentes culturais. Os artistas e associações culturais locais têm sido relegados para segundo plano. O apoio financeiro é errático e arbitrário, deixando muitos projetos ao abandono. A cultura não pode depender de favoritismos nem de subsídios esporádicos. Precisa de um plano estruturado, transparente e equitativo para apoiar quem realmente promove a identidade e a criatividade local. -----
- 4.º Fracasso na aposta na cultura como vetor económico. Em várias cidades do país a cultura tem sido um motor essencial para o desenvolvimento económico e turístico. Mas na

Covilhã o PS falhou redondamente em aproveitar este potencial. Onde está um verdadeiro roteiro cultural para atrair visitantes? Onde estão as sinergias entre a cultura e o sector turístico? Onde estão os incentivos para que as empresas invistam na cultura como um ativo diferenciador da nossa região? -----

- 5.º Política cultural refém da propaganda. Por fim, mas não menos importante, não podemos ignorar a utilização da cultura como mera ferramenta de propaganda política. O que vemos são eventos esporádicos usados como palco para campanhas mediáticas do executivo socialista, sem uma verdadeira preocupação com a sustentabilidade e a qualidade do que é oferecido à população. -----

O PSD defende uma cultura viva, participativa e inclusiva que valorize os novos artistas, que impulsionam a nossa história e que seja o motor de crescimento para a Covilhã. -----

Defendemos um verdadeiro plano estratégico para a cultura com programação consistente, apoio estruturado aos agentes culturais e uma integração efetiva da cultura na economia e turismo local.

Precisamos de uma nova visão para a cultura na Covilhã e, por isso, propomos: -----

- Criação de um festival anual de cultura e tradição; -----
- Programa de Residências artísticas para atrair criadores nacionais e internacionais; -----
- Requalificação e dinamização dos espaços culturais; -----
- Incentivos à formação e ensino artístico; -----
- Criação de circuitos culturais e históricos nas freguesias, explorando o património local e promovendo o turismo cultural; -----
- Apoio estruturado e transparente aos agentes culturais, associações locais para assegurar a continuidade do crescimento dos projetos existentes. -----

A Covilhã tem um património cultural único e uma riqueza criativa imensa, mas precisa de uma governação que realmente acredite e invista nela de forma séria e não a veja somente como instrumento de promoção política. -----

Em suma, a última década na Covilhã tem sido marcada por um esforço de revitalização cultural. É verdade. Mas também não é menos verdade que estamos muito aquém de outros concelhos vizinhos nesta matéria. Por isso, é urgente uma aposta mais global, mais integrada na cultura, não só como forma de promover o concelho, mas de estimular e incentivar os Covilhanenses a consumir cultura.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Não resisto a fazer algumas considerações sobre aquilo que foi dito e começo, desde logo, pela última intervenção. Sem me querer alongar muito, mas imagino todas as centenas ou milhares de pessoas que no nosso Concelho, das mais diversas naturezas, desde as companhias de teatro que já referenciei da ASTA, da Quarta Parede, do Teatro das Beiras, do Kayzer Ballet, do WOOL, das Filarmónicas, dos Ranchos, das Associações, do Orfeão, da Associação Cultural, todas aquelas dezenas de entidades e centenas ou milhares de pessoas

que diariamente, com a sua atividade, produzem cultura no nosso Concelho, o que é que elas sentiram perante a intervenção do PSD que faz um cenário tão negro e tão catastrófico da política cultural no nosso Concelho? -----

Quero dizer-lhes que o Partido Socialista tem muito orgulho no seu trabalho e tem procurado, com a sua ação na Câmara Municipal, apoiar a sua atividade, robustecer aquilo que é o ponto de vista das infraestruturas municipais nesta área e incentivar e continuar a incentivar a sua ação. -----

Depois não podemos escamotear, de facto, aquilo que tem sido o sucesso das nossas iniciativas, de todos os agentes culturais, mas também da Câmara Municipal. -----

O Museu da Covilhã, Senhora Deputada, caso não se lembre, foi eleito pela Associação Portuguesa de Museus o Museu do Ano em 2022, sucedâneo da Casa Fernando Pessoa. Era uma sala de exposições que, quando chegámos à Câmara Municipal em 2013, deixava entrar água e tivemos que a fechar meio ano depois. É este trabalho que o Município tem feito e é este trabalho que tenho a certeza que vai continuar a ser feito no futuro. Aliás, foi este trabalho que permitiu, Senhora Deputada, a Covilhã ter a distinção de cidade criativa da UNESCO na categoria de Design.

É este trabalho contínuo que é feito e que é reconhecido pelos outros que os Senhores, infelizmente, não veem que tem produzido resultados e que vai continuar a produzir resultados. -

A cultura é absolutamente determinante em todas as sociedades, especialmente no tempo obscuro e cinzento que o mundo vive. Já vivemos isto noutros tempos. A história do mundo é feita destes altos e baixos e vivemos num tempo obscuro e a história também nos ensina que é através da cultura que a humanidade consegue ultrapassar estes momentos e este vai ser o foco, a resiliência e a luz de esperança para o futuro. Será através da cultura e da promoção das nossas tradições, dos nossos hábitos, da nossa identidade local e nos tempos que o mundo vive (absolutamente escuros, estranhos e perigosos) que a humanidade encontrará uma luz de esperança no futuro e é nessa luz de esperança que a Covilhã está a liderar e vai continuar a liderar também nestas políticas.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu “os temas aqui trazidos. São temas importantes. Começo pelo último e termino depois no associativismo e no desporto. -----

Dar nota que, relativamente à cultura, temos política, temos estratégias e temos atividades culturais. A Covilhã é um grande polo de irradiação de cultura na Beira Interior e no interior de Portugal. Disso ninguém tenha dúvida. Desde logo agarrámos nos nossos pressupostos, naquilo que está na origem, naquilo que puxamos em termos culturais. Puxamos pela nossa história local, pela cidade fábrica, pelo nosso orgulho relativamente a um passado de vanguardismo na indústria têxtil e na indústria dos lanifícios. Esse é o nosso ADN. É o ADN da cidade e fomos pioneiros e inovadores neste domínio. Andamos e damos ao design, por isso também, um papel preponderante. -----

A proximidade à Serra da Estrela, cidade de Montanha, de facto, não há dúvida nenhuma que a Serra é um inspirador e um móbil do ponto de vista cultural. Digo isto porque temos um Parque Natural da Serra da Estrela, uma Reserva da Biosfera Natura 2000 e o Geoparque da UNESCO que

justificam, no fundo, a priorização de políticas de desenvolvimento alicerçadas na sustentabilidade, nomeadamente na redução do desperdício têxtil. Desde logo, casamos aqui a cultura com o ambiente, a gestão responsável de recursos através de processos criativos contemporâneos que evidenciam a relação entre a arte, o design e a cultura. -----

O cosmopolitismo que tem a ver com o facto de sermos uma cidade universitária. A Universidade da Beira Interior é atualmente uma referência internacional, todos o sabemos, no ensino e na investigação, apresentando uma das mais abrangentes ofertas académicas do país em design, multimédia e comunicação têxtil, moda e indústria, produtos, jogos digitais, complementada com cursos afins em media artes, artes visuais, cinema, arquitetura e potenciando a cultura e a criatividade. Tiramos partido desta boa instituição que temos sediada na Covilhã, mas que é da Beira Interior. Portanto, acompanhamos esta instituição como motor de desenvolvimento de cidade aberta, de cidade tolerante, de cidade inclusiva que nós somos. -----

Por outro lado, a incontornável criatividade tem a ver com o nosso ADN, neste caso na vertente do design. Como Cidade Criativa da Rede UNESCO que já referi, tem a missão de promover o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo. A criatividade e a cultura aferida pelos 17 objetivos da Agenda 2030 da ONU implica fomentar o talento das pessoas que a habitam, criar políticas de atração e fixação de outros habitantes. -----

Quais são as nossas orientações estratégicas, perguntarão. Assumir a cultura e a criatividade como motores de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Envolver transversalmente a comunidade nos projetos e nas iniciativas culturais - e fazemo-lo -. Ligar a cultura à educação, à ação social e à saúde, materializando uma visão e uma estratégia integrada e mais consistente. Promover a inclusão pela arte, pelo design e pela cultura. -----

Depois das orientações estratégicas, estratégias e atividades. Temo-las e muitas. -----

- Criação de novos espaços com projetos socioeducativos e artísticos, culturais e específicos.
- Projeto *Tecer* onde se ensinam centenas de crianças a tecer, aplicando a metodologia introduzida pela designer Ana Gonçalo, de boa memória, além de outras manualidades com base na lã; -----
- *C3D Makerspace*. Tive a oportunidade de apresentar na Coreia do Sul e foi aplaudido este nosso projeto onde estavam representantes de cidades de todo o mundo. Este é, de facto, um projeto de incentivo que promove o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão, do espírito crítico nos âmbitos da cidadania ativa, na educação não formal, despertando o interesse pela estética, pelo património, pela história local, através de aprendizagens diferenciadas e técnicas de medição inovadoras; -----
- Próximo espaço a abrir – o primeiro núcleo do hub criativo Portas do Sol, no âmbito da 1.ª edição da Trienal Internacional de Design da Covilhã. -----

Para quem diz que nada acontece na Covilhã, do ponto de vista cultural, tem aqui muita coisa. E estaríamos aqui o resto do dia. -----

Conceção de novos projetos: -----

- Este Zêzere que nos une, que promoveu o conhecimento e a valorização do rio e dos territórios através das artes e da cultura; -----
- Residências artísticas e cocriação que ligaram artes ao design; -----
- Programa de oficinas que colocaram artesãos e designers em interação; -----
- Desafios criativos entre empresas e designers, escolas e alunos; -----
- Design em caixa; -----
- Projeto ITI Cidades Criativas do Centro, que envolve o Turismo do Centro e as seis cidades criativas da região de que o Município da Covilhã, vá-se lá saber porquê, é o líder e é aquele que efetivamente está à frente deste projeto; -----
- Projeto *Resotex* – É o projeto POCTEC que liga parceiros de Espanha e de Portugal, entre eles e o Município da Covilhã, visando a diminuição do impacto ambiental da indústria têxtil também em desenvolvimento; -----
- Renovação e revitalização da marca evento tradicional Carnaval da Neve – Foi completamente revolucionado, envolvendo as associações do Concelho, promovendo diálogos intergeracionais, a criatividade, a multiculturalidade; -----
- Agenda cultural diversificada e distribuída equilibradamente ao longo do ano com iniciativas do Município e apoiadas pelo mesmo (exposições, conferências, espetáculos, ciclos de cinema, festivais de teatro, arte urbana, como já aqui também foi referido), conferindo a tal centralidade que a Covilhã inegavelmente tem, por mais que alguém queira desmenti-la; -----
- Criação de novos eventos: Natal com Arte no Centro, Verão no Centro Histórico, Industrial, Encontros com a cidade fábrica, Diafragma – Festival Internacional de Fotografia e Artes Visuais, a FIADA – Feira Nacional de Artesanato e Design, o CCW – Covilhã Creative Week...

Os próximos eventos, temos: -----

- A Trama – Semana de Literatura e Design, já agora em maio, entre 13 e 17; -----
- Concurso Internacional de Música Júlio Cardona, de 25 a 28 de junho; -----
- 1.ª Trienal Internacional de Design da Covilhã, de 21 de março a 22 de junho; -----
- Trienal Internacional de Design, no âmbito do Design Bioregional; -----
- Instituição e Conferência Internacional com 15 projetos e 13 países; -----
- Instituições de Cidades Criativas da UNESCO em participação com 11 cidades do Design; -
- Exposições, Programa “Saber Fazer” - âmbito nacional e regional; -----
- Laboratório de Intervenção Territorial Urbana; -----
- Exposição Contexto dois Módulos UBI e Museu de Lanifícios; -----

- Residências Experimentais Teias Criativas no âmbito daquilo que é a participação com o New Hand Lab; -----
- Residência nas fábricas Burel Factory, a transformadora e a J. Gomes; -----
- Oficinas e voluntariado com escolas, universidades e população sénior; -----
- Intervenções experimentais no território por Cindy Steiler; -----
- Guia de design regional, incluindo os municípios da CIM... -----

Estaríamos aqui o resto do dia a enumerar aquilo que está feito, qual é a estratégia, quais são as visões e aquilo que está a acontecer e o que vai acontecer. -----

Mas, para terminar, há aqui duas ou três questões que não queria deixar passar relativamente à questão do desporto, designadamente no que diz respeito às infraestruturas. Não é verdade que estejamos a ser negligentes relativamente à questão do Campo Maia Campos. Estamos a aguardar há 2 meses que nos chegue o orçamento que nos disponibilizámos a custear para levar a efeito as obras que são necessárias no campo Maia Campos. Isto que fique clarinho como água. Portanto, que não haja aqui deturpações da realidade. Inicialmente havia um projeto com determinadas exigências. Decidiu-se que ele passaria para outro patamar. Acompanhámos e dissemos “sim, senhor, vamos a isso”, até porque o campo Maia Campos vai estar à disposição não só do Teixosense, mas também da nossa comunidade desportiva, de todas as associações que possam usá-la e, portanto, temos essa obrigação, mas não podemos fazer coisas se não chegar o orçamento para que as obras avancem. -----

Sobre a piscina municipal: como sabem, havia uma empreitada para remodelar a piscina. Aquela piscina não foi criada, não foi vocacionada para ser uma piscina coberta, e foi transformada. Não vamos chover no molhado, se foi bem ou se foi mal. Está feito e temos é que reparar e adaptá-la à realidade. Estava em curso uma empreitada quando se constatou que as fundações estavam em perigo e, portanto, não queríamos que os nossos concidadãos utilizassem aquela piscina correndo perigos, desde logo desde a base de sustentação ao muro de sustentação e, aquando das obras de remodelação, constatou-se por técnicos altamente credenciados que era preciso reforçar essas fundações. É preciso, como sabem, uma nova empreitada para esse efeito. Ou seja, suspendeu-se a anterior empreitada para começar uma outra. Uma boa notícia é que está para a assinatura do empreiteiro esta segunda empreitada das fundações. -----

Portanto, há realidades que são incontornáveis. Há dificuldades que não podíamos prever. Íamos nós prever que as fundações daquela piscina estariam em perigo e poriam em perigo a piscina e quem a utilizasse? Não. E, portanto, tivemos que cuidar e fazer as obras necessárias, que é aquilo que estamos a fazer. Que isso causa transtornos, causa. Que isso é desagradável, é. Que gostávamos que já estivesse feito, também. Mas há regras, há concursos, há imprevistos, há imponderáveis e temos, de facto, que prosseguir nesse caminho. -----

Não é verdade que tenhamos prometido há dez anos 2 campos de sintético, nem a pista de tartan. Foi com o Plano Estratégico de 2020 que se avançou nesse domínio. Várias prioridades, várias dificuldades. Neste momento, o campo n.º 2 está em péssimo estado porque tem 15 horas, sensivelmente, de carga de trabalho semanal quando devia ter apenas 8 a 10, que são as

recomendações de quem entende e sabe destas coisas. Portanto, é inevitável que o campo esteja assim. Perguntarão “então mas por que é que, ainda assim, lá continuam a treinar e a trabalhar? Tem que ser mesmo porque estamos a aguardar o campo Maia Campos. Isto é um pouco estarmos aqui nesta dependência, mas o campo Maia Campos não vem o orçamento para concluirmos as obras. Milagres ainda não sabemos fazer. Sendo certo que, como poderão ver mais adiante, ainda durante esta reunião, existem verbas nesta Alteração Modificativa Orçamental que visam exatamente ir ao encontro destas pretensões que é pista de tartan, obras no campo n.º 2 e por aí fora. -----

Quanto ao associativismo, não há dúvida nenhuma que somos um exemplo paradigmático e, falando em resultados e no requerimento que falava há pouco o Senhor Deputado, entre 2019 e 2025 foram apresentadas 637 candidaturas à Linha de Apoio à Atividade Regular, 485 candidaturas à Linha de Apoio ao Investimento e Aquisição de Equipamento, 105 candidaturas à Linha de Apoio à Atividade Pontual de carácter supraconcelhio, traduzindo-se num apoio global de 2.499.332€. Acho que isto fala por si relativamente àquilo que é o movimento porque sobre tudo o resto o Senhor Deputado Pedro Bernardo deu uma panorâmica muito fidedigna daquilo que exatamente acontece no domínio do desporto e do associativismo na Covilhã.” -----

--- A presente sessão foi interrompida pelas 13:00 horas para almoço. -----

--- A sessão reiniciou pelas 15:25 horas, não estando presente o Senhor Deputado **Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso)**. -----

### 3.2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** abdicou do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. David José Carriço Raposa da Silva (Tortosendo)**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dando “boa nota de que foi com satisfação que já vimos o início das obras do futuro Posto da GNR do Tortosendo e não podia deixar de aqui manifestar esse agradecimento. -----

Porque na passada semana fomos questionados pelos serviços técnicos da Câmara Municipal da Covilhã sobre questões técnicas do projeto da obra da Avenida Montes Hermínios e uma vez que o projeto ainda está em fase de execução, gostaríamos de saber se efetivamente vamos conseguir cumprir a promessa de que a obra vai iniciar até final deste mandato. -----

Por último, queria deixar aqui uma palavra ao ex-Deputado Municipal Jorge Vaz que suspendeu o mandato. As razões porque o fez a ele dizem respeito, mas era uma pessoa que, para além de ser Deputado Municipal do Partido Social Democrata, foi sempre um defensor da Freguesia do Tortosendo e queria deixar aqui publicamente um agradecimento ao Jorge Vaz por tal facto.” ----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Fazer duas ou três perguntas. -----

A primeira, perguntar sobre a situação do protocolo que pedimos para a Zona de Lazer da Canada, no Peso, que esperamos ainda inaugurar antes do mês de maio e precisamos mesmo desse protocolo para finalizar a obra. -----

Voltar a perguntar sobre a situação das IPSS's que têm as obras a decorrer. É que já há algum tempo temos vindo a conversar e espero que hoje, nesta Assembleia, seja o ponto final nesse caso e que se resolva a situação de uma vez por todas porque o apoio da Câmara é necessário para obras de grande monta. Possivelmente será a obra pública com mais vulto que estará a decorrer no Concelho da Covilhã, no Peso, que tem um investimento de 2.500.000,00€ e também em Vales do Rio com mais 1.900.000,00€. -----

Somos uma freguesia pequena, mas que tem cerca de 5 milhões de euros a decorrer de investimento. Portanto, é importante que também haja um apoio da Câmara Municipal para que as coisas corram melhor e que as IPSS's estejam mais desafogadas dado que, tanto uma como a outra, recorreram a avultados valores junto da banca de crédito para servir as suas populações. --

Sabendo que já existem finalmente propostas para a obra de Vales do Rio, espero que na escola seja rapidamente iniciada e resolvido o problema para se acabarem os baldes espalhados pelas salas. -----

Agradecer o empenho do serviço e do Senhor Presidente da Câmara que nunca descurou a situação e sempre foi reforçando a verba. Esperamos que seja agora finalmente a conclusão e o início das obras.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Juntar-me à saudação que foi feita pelo David ao Deputado Jorge Vaz, uma vez que sempre aqui estive com cordialidade e juntar-me também a esta questão que o Rui Amaro, Presidente de Peso e Vales do Rio, aqui coloca sobre a questão das IPSS e, juntando todos os investimentos que estão a ser feitos nos cinco equipamentos, efetivamente estamos a falar de uma grande obra no Concelho, com muita importância, e a que é preciso, naturalmente, dar a todo o apoio. -----

Congratular-me pela retificação das lombas da Rua do Centro Paroquial. Finalmente! Um ano e meio após, a Câmara Municipal da Covilhã veio corrigir um problema que tinha criado e, portanto, essa congratulação em nome da Freguesia da Boidobra e de todos os moradores. -----

Congratular-me também pela assinatura do protocolo que estabeleceu com a Freguesia, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias, que tínhamos apresentado a 30 de setembro de 2023. E já agora, recordar-lhe que apresentámos também outro a 30 de setembro de 2024 e que esperamos resolução. -----

Congratular-me também com as obras do Parque Infantil Duppigheim. -----

Feitas estas congratulações, recordo um *email* que lhe enviei em junho de 2021, que era na altura um ponto de situação de compromissos assumidos para o mandato, mas que ainda era o anterior. Trago aqui este *email* há quatro anos e, portanto, as perguntas são exatamente as mesmas. Tente apontar com certeza que é para depois me responder, Senhor Presidente, assim com clareza que, às vezes, esquece-se de algumas coisas, que é: o espaço público da Praceta Conde José Calheiros, o cruzamento do Eixo TCT com a Estrada Municipal 507 e a eliminação do estrangulamento na passagem de nível da Estrada Municipal 507. -----

Já de manhã lhe coloquei o assunto desta missiva que também enviámos à Câmara Municipal a 5 de junho de 2024 com a alteração das áreas de zonas verdes e terrenos municipais, a que não obtivemos qualquer resposta até ao momento. Fizemos o trabalho de casa. Apresentámo-lo à Câmara. Era uma questão de verificação dos terrenos porque, no fundamental, estamos a ser prejudicados em cerca de 12.000 m<sup>2</sup> que tratamos, cuidamos, limpamos e a que era preciso dar atenção e também de acordo com aquilo que está no contrato de que todos os anos se pode fazer esta atualização. -----

Dar-lhe ainda uma última nota sobre a questão do jardim de Infância e da Escola da Boidobra. Por informação do Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã, tivemos no ano letivo de 2024/2025 vinte e duas matrículas no pré-escolar e não obtiveram vaga nove crianças. Portanto cinco ficaram em lista de espera, duas foram para o Rodrigo, uma para São Silvestre e outra para o Tortosendo. Foram nove crianças, portanto, que procuraram esta pré-escola e que não obtiveram vaga e, nas matrículas de primeiro ano, outras quatro não obtiveram também. Portanto, a escola da Boidobra tem três salas e depois há uma sala de pré-escolar. Acho que era importante que a Câmara Municipal começasse rapidamente a pensar, aliás, está colocado o assunto em cima da mesa com as notícias todas públicas que sabemos que já esteve previsto um centro escolar nos terrenos que depois foram cedidos à Academia do Sporting da Covilhã e à UBI. Há outros terrenos do domínio público em loteamentos da Freguesia onde, se calhar, é possível implantar uma infraestrutura desta natureza e a ideia da criação de duas salas de jardim-de-infância, desocupando uma sala de jardim-de-infância para ficar a escola com quatro salas, parecia-nos uma solução interessante e, desde já, fica o contributo da Freguesia para essa solução.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou respondendo que, “relativamente à Avenida dos Montes Hermínios, obviamente que é para começar neste mandato, embora o projeto tenha atrasado um pouco, mas a verdade é que temos que a começar já. -----

Já lhe disse que as pessoas todas querem sempre obras e gostamos de as fazer, mas depois ninguém quer incómodos. Portanto, meu amigo, vai lá ficar de plantão a aguentar o embate de

quem estiver descontente e tiver dificuldades em circular depois na via, mas isso é tarefa do Senhor Presidente da Junta. -----

Escola EB1 de Vales do Rio – Teve três propostas válidas e, portanto, prevê-se que no espaço de um mês seja celebrado o contrato de empreitada para que, finalmente, consigamos que a obra avance. -----

Entretanto, dar-lhe nota relativamente ao apoio às IPSS's, como terão a oportunidade de ver mais à frente no que diz respeito à alteração modificativa com a incorporação do saldo de gerência, que está lá uma rubrica que, embora seja genérica, destina-se às IPSS's, mas obviamente está também prevista uma fatia significativa para fazer face às vossas dificuldades. Era para ser um bocadinho maior. Vai ser um bocadinho mais pequena porque temos aí o problema do Colégio das Freiras e, portanto, temos que ser todos solidários com quem tem dificuldades. Vamos ter que apoiar assim que se concretize aquilo que temos em vista. Vamos ter que apoiar financeiramente a manutenção deste projeto educativo e religioso, enfim, com o cariz que tem. Dei a minha palavra que iria ajudar e vou, em vosso nome e em nome de todos nós. Portanto, isso significará uma redução, uma pequena compressão na verba global que estava prevista ou está prevista, mas que havemos de reunir, relativamente àquelas IPSS's que beneficiaram do PRR para fazerem obras de requalificação e de ampliação dessas infraestruturas que são importantíssimas nos sítios onde se encontrem, seja na Vila do Carvalho, em Vales do Rio, no Peso e também noutras paragens, não querendo ser aqui exaustivo. Iremos distribuir parcimoniosamente, equilibradamente, equitativamente, proporcionalmente também às dificuldades, essas verbas, com essa finalidade. -

Como não de calcular, o apoio social é diário. Todos os dias surgem dificuldades. Todos os dias temos que fazer face a elas, mesmo algumas que não estavam no nosso horizonte, como era o caso do Colégio das Freiras, e temos que ajudar estas famílias. Portanto, estamos nessa senda e temos que ajudar e apoiar. -----

Entretanto, no que diz respeito às lombas, Senhor Presidente, sabe que a intenção com que elas lá foram colocadas e os nossos serviços foram rigorosos para evitar que ali houvesse danos maiores para pessoas. Elas destinavam-se, com aquela altura que tinham, a evitar que lá se circulasse a grande velocidade. Infelizmente há concidadãos nossos que, enfim, ainda veem no veículo uma espécie de arma ou de prolongamento, enfim, de muitas outras coisas que lhes passam pela cabeça que não vêm agora ao caso, e as lombas mais altas visam exatamente isso – a pessoa pensar “não. Se eu passar ali com velocidade, vou partir o carro.” Entre alguém partir um carro ou salvar uma vida, eu salvo a vida e o carro, enfim, fica para último plano. Também já lá passei para experimentar. Acho que estão razoavelmente dissuasoras dos aceleras, que é isso que efetivamente se pretende com a colocação de lombas. Lá haverá o dia em que nós consigamos ver aquilo que eu e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal vimos há dois meses numa cidade modelo a nível mundial que é Pontevedra, na Galiza, onde a velocidade é 10 km/h e 30 km/h. Vimos crianças de triciclo a andar no meio da estrada, jovens com skate, crianças a sair da escola sem o afã dos pais preocupados que atravessassem abruptamente a rua ou coisa do género e lá estavam elas sozinhas. Iam sozinhas para casa. Todas as vias dentro daquela cidade têm três metros de largura e o passeio tem cinco. Enfim, é uma coisa extraordinária. Acrescentar o seguinte: uma questão que coloquei ao meu colega, o Alcalde de Pontevedra, foi “há quanto tempo é que começaste a fazer isso?” E ele disse “há 25 anos.” E teve a oposição feroz de todos os comerciantes,

de todos os moradores, ... Uma coisa terrível. Descreveu-nos a todos (estávamos lá vários presidentes de câmara e presidentes de assembleias municipais do Minho ao Algarve) e pudemos testemunhar aquilo que é um modelo de organização urbana onde não há grandes superfícies – uma coisa interessante. Cada comércio é uma loja de uma grande superfície, coisa especializada. Há médias superfícies, não vou referir os nomes, mas tipo daquela que existe ali no Canhoso, um pouco mais pequena. É o máximo que lá se encontra e estão lá umas duas dentro da cidade. Têm três parques em sítios estratégicos da cidade. Mas isso leva tempo e é também uma questão de mentalidade. Contou-nos o percurso e não foi nada fácil chegar aos dias de hoje. -----

Esta conversa vem a propósito das lombas. É tão importante este modelo organizacional urbano! Estou a fazer a pedagogia das lombas. Quando existe um atropelamento toda a gente fica preocupada e indignada e, se calhar, até ficam zangados com a Câmara. “Devia estar cá uma lomba.” Quando a gente lá põe uma lomba, a lomba é grande – o problema é esse. -----

Temos que dar primazia aos peões. As cidades devem ser organizações sociais autênticas. -----

Praceta Conde José Calheiros – têm a oportunidade de ver no documento que vai ser discutido e apreciado mais à frente que está lá, tal como está lá o Cruzamento da 507. Atenção que há algumas obras que, estando convencionadas com os senhores presidentes de junta, não estão lá especificadamente mencionadas, mas isso não significa que não estejam previstas e não vão ser feitas. O que está combinado com os senhores presidente de Junta é para fazer e, portanto, não sermos exaustivos porque, às tantas, há ali a necessidade de fazer ajustes e isso não significa que não se faça. -----

O problema da passagem de nível também lá está. -----

No que diz respeito à questão da delegação de competências, como o Senhor Presidente e os Senhores Presidentes, pelo menos aqueles que à época estavam a acompanhar e ao leme das respetivas juntas ou uniões de freguesia, lembrar-se-ão que a Câmara foi com total boa-fé que vos pediu os dados relativos àquilo que são espaços públicos que deviam ser tratados pela Câmara e os Senhores iriam tratar e iriam ser ressarcidos para o poderem fazer. A Câmara não questionou ninguém. Não foi fiscalizar. Confiámos totalmente e integralmente porque consideramos que os Senhores Presidentes de Junta são pessoas de bem, honestas e íntegras. O que não significa que havendo, às vezes, desfasamentos isso diminua a integridade ou honestidade de cada Senhor Presidente de Junta. Às vezes, há lapsos e há discrepâncias a medir. Basta receber-se um telefonema quando se está a fazer uma medição e depois o número já aparece outro ou coisa que o valha, mas dou isso como natural. É com esta boa-fé que também estamos a trabalhar. Para além da Junta de Freguesia da Boidobra, há outras juntas de freguesia que solicitaram o mesmo. Temos um grupo de trabalho a analisar. Os nossos serviços estão a analisar essas situações. Estão a atualizar a informação. Logo que seja atualizada, será tudo uniformizado e adaptado e, portanto, as juntas não podem ser prejudicadas nem beneficiadas porque uns e outros merecem tratamento igual já que hoje se falou aqui tanto, e bem, sobre tratamento igual. Estamos a atualizar esses dados para que tudo corra com normalidade. Obviamente que, com a atualização que vamos fazer dos 5% em termos das verbas que vão ser alocadas às juntas para efeitos de descentralização de competências, ocorrerá o seguinte: hoje iremos votar favoravelmente, se assim o entenderem todos, esta alteração modificativa orçamental e só depois disto é que estamos habilitados a

celebrar os 21 protocolos porque é preciso celebrar um novo protocolo com todas as Juntas e Uniões de Freguesia. Esse protocolo irá aos respetivos executivos, depois às Assembleias de Freguesia e então estaremos em condições de fazer as transferências que estão aprazadas, mais ainda com retroativos ao mês de janeiro. O facto de elas serem pagas em durante o mês de março, com toda a probabilidade, não significa que deixem de receber os meses de janeiro e de fevereiro que serão integralmente pagos. -----

Relativamente às duas salas de jardim-de-infância e ao problema concreto que o Senhor Presidente Marco aqui referencia, tomei toda a nota que é preciso tomar para o efeito e encaminharei para os serviços de educação e falarei com a Senhora Vereadora no sentido de vermos até que ponto é que conseguimos ir ao encontro dessa pretensão que coloca.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Confesso que não li este relatório, que o Senhor Presidente é obrigado a remeter à Assembleia Municipal, tão extenso, mas o Movimento a que pertenço não deixa de reiterar-lhe os agradecimentos pela obra extraordinária que está a fazer no parque de estacionamento do Refúgio. É uma obra estruturante para aquela zona de território e, portanto, mais uma vez lhe deixo os agradecimentos aqui e até lhe dou a proposta de, no 25 de Abril, inaugurarmos aquilo. Quer o Rancho, quer o Grupo Refugiense (estou mandatado para dizer isso), quer o restaurante ali existente (que é o Sopas), quer a Escola Básica, estamos interessados de, no 25 de Abril, se possa inaugurar. Isto também é uma pressão para que se continue e acabem as obras. -----

Mas não queria deixar a oportunidade para lhe transmitir aqui uma *preocupação crescente e urgente que tem sido expressa por inúmeros comerciantes da nossa cidade. O comércio tradicional da Covilhã, que durante gerações representou a alma e a vitalidade das nossas ruas, encontra se hoje numa encruzilhada crítica que exige a nossa atenção imediata.* -----

*São muitos, os comerciantes que nos têm manifestado o seu profundo desalento face à falta de políticas concretas e eficazes de promoção do comércio local. Esta ausência de estratégia está agora a ser agravada sempre que há autorização, por parte da Câmara, da conversão de espaços comerciais em habitações.* -----

*Esta política aparentemente inofensiva, está a provocar danos significativos no tecido comercial da nossa cidade. Estou a referir-me ali à zona centro da nossa cidade. Ao permitir a reconversão de estabelecimentos comerciais em habitações, estamos a criar descontinuidades nas nossas ruas comerciais, transformando o que deveria ser um percurso contínuo e atrativo de lojas numa experiência fragmentada, entre lojas fechadas e casas de habitação.* -----

*Os comerciantes que investiram as suas poupanças, o seu tempo e a sua energia nos seus negócios veem agora o seu futuro ameaçado por uma política que, involuntariamente ou não, ameaça descaracterizar as nossas zonas comerciais tradicionais.* -----

**Transformar os rés-do-chão dos nossos edifícios em ruas comerciais em habitações, não resolverá o problema habitacional da Covilhã.** Para nós, agrava as condições do nosso comércio tradicional, já tão severamente afetado pela concorrência das grandes superfícies, e vêm aí mais algumas, cujo número, como todos sabemos, continua a crescer. -----

*A habitação é, sem dúvida, uma prioridade. Mas existem outras formas de aumentar a oferta habitacional sem sacrificar o pouco que resta do nosso comércio tradicional. -----*

*O que propomos, em nome dos comerciantes, enfim, que nos elegeram e que representamos, é que haja uma moratória imediata sobre as autorizações de conversão de espaços comerciais em habitações, acompanhada pela criação de um grupo de trabalho que reúna representantes da Câmara Municipal, dos comerciantes, dos proprietários imobiliários e dos especialistas em planeamento urbano, para desenvolver esta tal estratégia integrada de revitalização do comércio local. -----*

*O que está em causa não é apenas não é apenas o futuro económico de algumas dezenas de comerciantes. O que está em jogo é a própria identidade da Covilhã como cidade viva, dinâmica e comercialmente acolhedora. -----*

*Contamos com a sua sensibilidade e o sentido de responsabilidade para que esta questão seja tratada com seriedade e a urgência que merece.” (Doc.18 com as alterações feitas durante a sua leitura) -----*

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Esta questão do comércio tradicional levanta uma outra questão, que já foi colocada na intervenção do público e que alguns já me colocaram, que é a questão do estacionamento dos próprios lojistas, daqueles que se deslocam das freguesias e depois chegam à cidade, têm que andar aí à procura de um local para colocar o carro, deixar o carro, para além destas preocupações que o Vítor Tomás Ferreira trouxe aqui e muito bem. -----

Li a informação escrita e retirei da mesma, sem prejuízo de outras áreas, o trabalho realizado na área do desporto com atividades pontuais, sem planos de desenvolvimento e sem ligação ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal, aprovado em 2021 por esta Assembleia Municipal. A questão que coloco é: quando é que nos apresenta deste plano e de outros planos aprovados a avaliação da sua execução. É simples: aprovámos planos; é necessário avaliá-los periodicamente, com avaliações intermédias que não foram feitas, mas pelo menos que seja possível fazer a avaliação final destes planos. Como exemplo, questionar e verificar no Plano se o pavilhão da Boidobra previsto no Plano Estratégico está em projeto, se está em desenvolvimento, se está em execução. -----

Como é que pensa concretizar em seis meses, Senhor Presidente, a requalificação do Parque Desportivo Municipal, da Piscina Municipal, da rede viária a Sul e Norte do concelho e a requalificação das vias da cidade, levando em conta que o argumento, muitas vezes aqui colocado na Assembleia Municipal, é que não há empreiteiros, não há empresas, não há mão-de-obra. Vamos ver como é que, de facto, consegue resolver esta equação. -----

Saúdo o facto de os serviços estarem a elaborar o projeto para a execução e conclusão da estrada do Ourondo à Ribeira do Bodelhão e questionar se ainda a executa ou se é executável em 2025, a pavimentação do troço Casegas – Sobral de São Miguel que, não sendo totalmente executado, mas o Senhor Presidente da Câmara prometeu pelo menos iniciar a obra em 2025 e a sempre prometida pavimentação da nossa ligação à Pampilhosa que o Senhor Presidente da Câmara considerou como sendo ponto de honra “vamos ligar o nosso Concelho aos outros concelhos”, etc.

Quando é que se inicia? É que faltam seis meses e, de facto, é difícil em seis meses pôr isto tudo em movimento. Espero bem que sim, que seja possível. A esperança não morre! -----

Depois questionar o Senhor Presidente sobre como é que foi possível tentar passar a ideia de que o aumento dos 25% da comparticipação do passe de transportes públicos maiores de 65 anos foi uma iniciativa da Câmara ou foi uma tradução da publicação da Portaria n.º 322, com efeitos a 1 de janeiro de 2005... Não teve nada a ver com o assunto. É que antes da publicação desta portaria, havia a Associação de Municípios e o Senhor Presidente da Câmara tinha conhecimento desta iniciativa governamental. -----

No Desporto e na Cultura, o objetivo da Câmara Municipal, penso eu, quando investe na cultura e no desporto, não é para aumentar o número daqueles que usufruem da cultura e daqueles que são espetadores que assistem aos espetáculos. Penso que o mais importante na atividade cultural e desportiva no Concelho é aumentar o número de praticantes, é aumentar o número de pessoas que praticam e que são criadores. Daí perguntar se não concorda que, em vez do verbo, em vez do anúncio, em vez de dizer que “fizemos isto, fizemos tantas iniciativas”, não deveríamos conhecer os números concretos? Ou seja, os números que, como muitas vezes o Senhor Presidente da Câmara diz que não enganam, que são como “o algodão que não engana”. Ou seja, o investimento do Município no desporto e cultura traduziu-se num mandato; comparando com o seu início, quantos praticantes nas diferentes modalidades tínhamos em 2021 e quantos temos em 2025? Quantos equipamentos desportivos temos em funcionamento e qual é a taxa da sua utilização? É que vi aí uma informação do pavilhão do Inatel e não sei se aquilo está correto ou não. Mas se a taxa de utilização é aquela que está na informação, não sei se justificou o investimento! Uns encontros ao fim de semana e depois não nos dá ali mais informação. Gostaria de ter um mapa com a utilização de manhã, tarde e noite para verificar se, de facto, o investimento foi eficaz e eficiente. Quantos grupos de teatro tínhamos em 2021 e quantos temos em 2025? É um critério. Parece que temos os mesmos. Quantos ranchos, bandas, grupos de música tínhamos em 2021 e quantos temos em 2025? -----

Portanto, no fundamental, fazendo a comparação, se o investimento municipal possibilitou à população do Concelho o usufruto e a prática das atividades culturais e desportivas. -----

Quanto aos auxílios económicos às crianças do 1.º Ciclo, alterou ou não os procedimentos para acesso ao apoio? Fiz aqui várias intervenções nesse sentido. Alertei a Câmara e gostaria de saber se o procedimento se alterou ou não para possibilitar que mais crianças tenham, de facto, este apoio. -----

-

Quanto à minha proximidade à freguesia onde resido, por que razão a Freguesia do Paul não tem um posto de carregamento elétrico? Vou ao Barco, que tem, vou a outras freguesias, que têm, e o Paul não tem. Possivelmente porque não deve ter carros elétricos ou não se prevê a aquisição, ou quem nos visita também não vem de carro elétrico! -----

Na chamada Rua do Mercado, a Rua Dr. José Carvalho, e estou a falar na área urbana do Paul, tem buracos. Está completamente degradada. O Senhor Presidente da Câmara prevê a sua requalificação ou não em 2025? -----

Também ainda quanto à Freguesia do Paul, há lixo urbano. Os candeeiros que existem na Avenida Padre José Santiago, na Rua da Igreja, são hoje lixo urbano. Quando é que manda retirar os mesmos?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, “relativamente à questão suscitada pelo Dr. Vítor Tomás Ferreira de, no fundo, travar, mitigar ou arranjar forma de evitar que as zonas comerciais tradicionais se transformem em habitação, de repente e com toda a franqueza, acho de duvidosa legalidade no que diz respeito à Câmara travar uma situação dessas a não ser em sede, porventura, de Plano Diretor Municipal. No fundo, estamos a violar aquilo que é a iniciativa privada. Estamos a cercear um direito que é o dos nossos concidadãos, das nossas empresas. Não leve como 100% certa esta resposta que lhe estou a dar. No fundo, estou a pensar em voz alta, como se costuma dizer, relativamente a esta matéria. Obviamente que nos preocupa essa conversão porque não gostamos de ver o comércio tradicional a perecer. Gostaríamos que ele continuasse com a áurea que já teve. Verdade seja dita que hoje a competição feroz das grandes superfícies vem, no fundo, também precipitar essas conversões. Ou seja, quem tem esses espaços parte do pressuposto que não terá ali nova oportunidade.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “Só para lhe dizer que Pontevedra é um ponto de paragem para quem vai para Santiago de Compostela e conheço muito bem essa cidade. O exemplo que apresentou é fantástico. É mesmo isso e Pontevedra faz isso, Senhor Presidente. As zonas comerciais estão todas ao nível do rés-do-chão. Não há *Mercadonas*, não há *Continentes*. Não há nada disso.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “a lei espanhola é diferente da nossa. Relativamente às questões suscitadas pelo Senhor Deputado Vítor Reis Silva, não sei de que portaria está a falar. Sinceramente e com toda a franqueza, já disse o número, mas não a conheço e agora não tenho tempo para a ler, como é natural, pela economia de tempo que temos aqui para tratar o assunto. Irei analisá-la e mandarei analisá-la, sendo certo que as nossas iniciativas são genuínas, autênticas, sinceras, acompanhando muitas vezes aquilo que a sociedade civil e as mais diversas organizações também vêm reclamar e vêm, no fundo, clamar por justiça e nós limitamo-nos a acompanhar também, muitas vezes, aquilo que é justo, sendo certo que o impulso que damos a estas nossas iniciativas é para beneficiar os nossos concidadãos. -----

Estrada do Ourondo – Bodelhão – Estamos a falar da conclusão de uma empreitada inacabada já com muitos anos. A estrada está lá. Falta-lhe a camada de desgaste e rails de proteção, entre outras coisas, mas enfim, aquilo que é mais clamoroso é isso. A estrada não está esburacada. Não está ainda num estado de degradação tal que lhe demos prioridade porque então, se queremos fazer tudo, depois não fazemos nada. Queremos fazer sobretudo aquilo que é mais prioritário. ---

Falou, desde logo, na entrada do acesso ou da ligação à Pampilhosa da Serra. Já concluímos e arranjámos muito bem a que estava junto a Peraboa. A que está junto a Sobral de São Miguel, em direção às Pedras Lavradas, também vai ser concluída. Esta não terá o problema de ficar deserta a obra porque vai ser feita com meios próprios da Câmara Municipal da Covilhã, pretendendo

também, ao mesmo tempo, acudir aquela outra estrada que tem cerca de dois quilómetros e qualquer coisa que liga a uma parte mais altaneira de São Jorge da Beira a essa mesma estrada e, portanto, também há essa pretensão. Nem essa estava no nosso programa e vamos envidar todos os esforços para que também ela seja concluída. -----

A questão relativamente aos seis meses – Pois em seis meses não se consegue fazer tudo. Obviamente que o problema das obras desertas é o vosso dia-a-dia. É falar aqui com alguns dos Senhores Presidentes de Junta que estão sentados atrás de si e perguntar-lhe quantas vezes ficaram desertas obras que eles estão a levar a efeito. Acontece às Juntas de Freguesia o mesmo que acontece à Câmara Municipal. Ainda há pouco falávamos aqui na Escola Básica de Peso e Vales do Rio. Podemos falar na IPSS do Peso e Vales do Rio. Podemos falar no Centro Interpretativo do Brulhão. Podemos falar em obras de outra natureza onde constatámos que, ou porque os empreiteiros não estão interessados ou porque o preço não é apelativo, mas não vamos duplicar o valor de uma obra só para a fazer e dizer que a fazemos, sacrificando o interesse público. Isso é prejudicar duplamente o interesse público. Temos que cumprir regras de racionalidade económica e financeira. Não vamos por uma obra que custa, em regra, segundo um critério de normalidade, meio milhão de euros e fazê-la por 1 milhão só para dizer que fizemos a obra e para gáudio, a menos que seja daquelas situações de vida ou morte, como se costuma dizer, de força maior. Portanto, temos que ser muito prudentes nisso. -----

Fala-me em números. Posso-lhe falar em muitos números. Falava, por exemplo, nos museus e sítios de cultura. O Museu de Arte Sacra, em 2024, teve 6651 visitantes. O da Covilhã teve 9512. A Biblioteca Municipal foi frequentada por 48.930 pessoas. O Teatro Municipal teve 14.396 espectadores. A Galeria António Lopes teve 2806 visitas. -----

Desporto Sénior: em 2014 havia três turmas, 70 pessoas. Em 2015, quatro turmas, 100 pessoas. Em 2024, cinco turmas, 141 pessoas. Tem aqui dez anos. Duplicou o número de pessoas no Desporto Sénior. -----

Desporto para todos: em 2014 havia duas turmas, 50 pessoas. Agora são cinco turmas, 138 pessoas. Nem todos os anos são computados. -----

Centro de Atividades: de 2015 a 2018, 20 pessoas; de 2019 a 2022, 30 pessoas; de 2023 a 2024, 61 pessoas. -----

Programa Mais Movimento e Autonomia para Idosos com Saúde para maiores de 65 anos: em 2022, na Erada, havia 20 pessoas; em 2023/2024 (é um caso paradigmático e específico) havia 26 pessoas. Em Verdelhos, 20 pessoas. -----

Diabetes em Movimento, que é um programa comunitário que visa pessoas que são portadoras da diabetes tipo dois: em 2023, 27 pessoas; 2024, 29 pessoas, 2025, 30 pessoas. -----

Projeto “A Hora do Super Kinas”: é um programa de desenvolvimento motor proposto pela Federação Portuguesa de Futebol e que em 2023 tinha duas turmas (50 alunos); em 2024, 19 turmas (450 alunos). -----

Walking Football: é uma iniciativa nacional promovida também pela Federação Portuguesa de Futebol e que visa estimular a prática da atividade física em pessoas com mais de 50 anos. Estamos

a falar de iniciativas com parcerias com IPSS's, Juntas de Freguesia, Misericórdia, Clubes e Associações. Em 2014, tínhamos 13 pessoas e, em 2025, 18 pessoas. -----

Termino só com o Inatel. O Inatel, em 2022, teve 31h30 e 17 atividades pontuais. Em 2023, 40 horas e 19 atividades pontuais. Desde outubro de 2024 a fevereiro de 2025, e há aqui o interregno das obras e é preciso levarmos isso em conta, 51 horas regulares e 30 atividades pontuais. Utilização semanal. Números: Temos aqui muitos e bons. Estamos a trabalhar.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Depois de ouvir o Senhor Presidente da Câmara, tenho que lhe dizer que fico com pena que só tenha ido a Pontevedra agora no final do mandato porque, se tivesse sido no princípio e tivesse aprendido com o Alcade de Pontevedra que é preciso fazer estratégias e desenvolver as coisas a longo prazo, se calhar hoje estávamos melhor do que estamos hoje. -----

Ao ouvi-lo falar das lombas na Boidobra e depois de o ouvir dizer neste púlpito que a culpa dos acidentes era dos motoristas e das motas que não sabiam andar, vir dizer que, afinal de contas, tinha que ser corrigido é no mínimo caricato e faz-me lembrar a questão da iluminação pública que depois de, em 2020, se dizer que se deixavam uns milhões de euros para se pôr a iluminação e a cidade bem iluminada, afinal de contas teve que se fazer novo concurso agora porque, afinal de contas, aquilo que a oposição disse ao longo destes anos não estava mesmo a correr bem. -----

Sobre a informação escrita em concreto, tenho aqui três questões. Já aqui foi falada a extensão da informação escrita. Efetivamente, durante muitos anos, aqui questionámos, e o CDS foi um deles, sobre a quantidade da informação escrita. As coisas foram evoluindo e foram-se cumprindo alguns requisitos legais. Mas, neste momento, aquilo que tenho que falar é sobre a qualidade da informação escrita porque não se pode confundir o trabalho de fiscalização desta Assembleia com o trabalho, com todo o mérito, dos chefes de gabinete, dos chefes das divisões ou dos departamentos da Câmara. Não estamos aqui para fiscalizar o trabalho dos técnicos. Estamos aqui para fiscalizar o trabalho da Câmara e, portanto, quando vi esta esta informação escrita que, segundo o que está no documento, vai desde o dia 12 de dezembro até ao dia de hoje, li atentamente ou pelo menos tentei ler as várias coisas (é quase impossível ler tudo) e chamou-me aqui a atenção que, afinal de contas, não aconteceu nada de relevante na Câmara. Foi a vida normal da Câmara. -----

Pois, mas depois comecei a ver e, afinal de contas, nas vésperas de Natal não foi exonerado, não foi demitido o Vice-Presidente da Câmara?! Afinal de contas, não foram retirados os pelouros ao Vereador do Urbanismo?! Não houve uma revolução dentro do Executivo Municipal?! Esta Assembleia não merece ser informada sobre isso?! Não merece ser informada sobre a razão pela qual isto aconteceu?! É para isso que cá estamos, Senhor Presidente. Não é para estar a dizer ou para estar aqui a ver se o gabinete X fez isto ou aquilo. -----

Estamos aqui para fiscalizar, para ver e para saber o que é que se passa na vida municipal. E mais uma vez se constata que, relativamente ao Vereador Serra dos Reis, neste momento vereador sem pelouros e note-se bem que era o Vice-Presidente da Câmara, de um momento para o outro passa a vereador sem pelouros sem justificação pública para o efeito e sem justificação a esta Assembleia para o efeito. Temos que questionar o porquê. Já o conhecemos, Senhor Presidente. Já é useiro e

vezeiro nisto. Não é a primeira vez que isto acontece. Sabemos o que é que aconteceu com o antigo Vereador Carlos Martins. Aquilo que sabemos é que o Senhor Presidente é alérgico às pessoas competentes e que trabalham.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interrompeu o Senhor Deputado Municipal dizendo que tinha que se cingir ao ponto da Informação Escrita da Câmara Municipal. “Está a perder demasiado tempo e não fala no essencial.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** respondeu que era o que estava a fazer. “Na Informação Escrita não está nada disto.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referiu que o Senhor Deputado Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo “está a usar do tempo que tem disponível no Regimento e, portanto, o Senhor Presidente acho que o deve deixar dizer aquilo que quer dizer.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que “isso é a sua opinião e não a minha.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Não é a minha opinião. É a opinião do Regimento. O Senhor não tem que estar a impor o que cada Deputado diz em cada ponto.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que “aqui ainda há um presidente da Mesa. O que lhe estou a dizer é que depois não tem tempo para o assunto que estamos a tratar. Só por isso. Só estou a tentar que não estejamos aqui até à meia-noite. Mais nada. A minha tolerância, como sabem, é quase ilimitada, mas não ilimitada.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Fiquei preocupado porque depois daquilo que assistimos aqui de manhã da parte do Deputado João Casteleiro “Júnior” a dizer e a querer estar contra a intervenção de alguém, fico preocupado com o “Sénior” também querer censurar a minha Intervenção. Não sei bem para que lado é que me hei de virar. -----

Aquilo que estava aqui a dizer é que estou a falar da informação escrita e sobretudo sobre aquilo que não está na informação escrita, que deveria estar e é obrigatório estar. Esta Assembleia merece ser informada disto e o Senhor Presidente faz de conta que nada aconteceu. Aconteceu e queremos saber por que é que isto aconteceu. Pior do que aquilo que foi feito e da forma como foi feito, é não vir aqui dizer às pessoas e explicar aos deputados que aqui estão, que foram eleitos pelos Covilhanenses, por que razão é que isto aconteceu porque senão ficamos aqui na dúvida. Afinal de contas, o Senhor Vereador portou-se mal?! Foi desleal?! Foi incompetente?! -----

Não, Senhor Presidente. Conheço o Vereador Serra dos Reis. Trabalhei com ele nesta Assembleia e vou-lhe aqui dizer uma coisa que se calhar devia ter aprendido com ele: é que ele, de facto, era leal com as pessoas, com os grupos municipais. Não marcava assembleias sem consultar os grupos municipais, sem primeiro consensualizar as datas, sem consensualizar os temas. Isto era o trabalho que foi aqui feito nesta Assembleia durante alguns anos e foi bem feito pelo Senhor Vereador Serra dos Reis. Ninguém se queixa do trabalho dele no Urbanismo como Vereador do Urbanismo, pelo menos que eu tenha conhecimento. Então por que razão ele é corrido, enxotado pela maneira como foi enxotado? -----

Peço desculpa, Senhor Presidente, mas estava a fazer o paralelo com outra situação semelhante que aconteceu há uns anos atrás e que acontece exatamente com pessoas que trabalham, que fazem coisas na Câmara. Foi o caso do, neste momento, Presidente da Junta de Freguesia da Covilhã e Canhoso que se queixa da Câmara e que a Câmara nem sequer lhe responde. O Senhor também foi corrido e foi corrido exatamente por quê? Porque era competente, fazia coisas e o Senhor Presidente tem alergia às pessoas que fazem coisas. Isto tem que ser explicado aos Covilhanenses, Senhor Presidente. -----

Para além de que continuo a achar estranho que, depois da última Assembleia Extraordinária que aqui tivemos, em que tive que sair por uma questão legal, o Senhor Presidente disse que ia fazer uma ratificação de um ato que não praticou e, no entanto, nesta informação escrita também não vem cá nada sobre isso, como também não vem, apesar de ser quase público e o Senhor Presidente já tinha assumido isso inclusivamente em reunião de Câmara, que já existe uma ação judicial sobre esta matéria e também não veio na informação escrita. -----

O que é que o Presidente está a fazer? Está a ocultar informação aos Covilhanenses? Está a “fugir com o rabo à seringa”, desculpem o termo? O Senhor tem que prestar contas disto. Tem que dizer o que é que está a acontecer aos Covilhanenses e não pode estar a esconder-se sempre atrás da sua aparente bonomia que está tudo bem e que logo não se pode fazer tudo em seis meses. -----

Senhor Presidente, fica-lhe mal não ter resposta ou querer esconder isto nos documentos públicos que tem obrigação de fazer.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou falando sobre a “intervenção das lombas e iluminação. Convém dizer, olhos nos olhos, aos Covilhanenses que o concurso que foi feito para substituição de luminárias, onde o Município da Covilhã foi precursor, foi dos primeiros, foi uma experiência piloto onde apenas foram substituídas cerca de 3000 luminárias. Primeiro ponto. Claro que quem não está a par da vida municipal não sabe destas coisas, anda desatento, não estuda, não trabalha e depois vem aqui dizer asneiras. É que não substituímos todas as luminárias de todo o Concelho. Fizemos uma experiência piloto dentro do espaço urbano da Covilhã e não mais do que isso. -----

Agora, as que vêm são para todo o Concelho e foi aqui discutido, analisado e votado na última Assembleia Municipal. -----

Informação escrita – Temos que nos entender sobre isto. Ora é de menos, ora é demais. Se é muita, é porque é muita; se é pouca, é porque é pouca. Se a informação é mais comprimida e mais diminuta é porque é pouca e insuficiente. -----

Relativamente à providência cautelar, o Município da Covilhã foi informado pelas Águas da Serra que iria ou que estava pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco uma providência cautelar. Se fomos hoje de manhã citados de uma ação, não podíamos a ter trazido aqui. Estão a ver o que é boa-fé e o que é chica na política?! Ora, se não fomos citados a não ser hoje de manhã, obviamente que, na economia do tempo que temos para cumprir a lei e de fazer chegar às Senhoras e Senhores Deputados Municipais a informação, ela não podia cá vir porque fomos citados hoje de manhã. Ainda não a li. Sei que é muito volumosa. Lá está a qualidade e a quantidade. Não sou administrativo e, portanto, não sei aquilatar da bondade jurídica desta providência cautelar. Lá estão os nossos Advogados que estiveram aqui para dar continuidade a este trabalho. Aliás, não é nenhuma novidade. Tinha aqui previsto que isto podia acontecer e aconteceu. É a coisa mais natural do mundo. Por isso é que existem tribunais.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Quanto ao documento, limito-me a citar uma colega desta Câmara. Por mim pode ter as páginas que quiser que eu leio. Quero é que cumpra a lei com que o documento deve constar e ainda há coisas que a lei obriga que não constam aqui, nomeadamente no que toca à demonstração financeira. -----

Mas gostava hoje de lhe fazer questões sobre outras matérias relacionadas com a informação escrita. -----

- 1.º Falou-se aqui de postos de carregamento elétrico. Tenho ideia que há dias a Câmara da Covilhã entregou duas viaturas elétricas ou híbridas ao Centro de Saúde, se não estou em erro. Já tem posto de carregamento para as viaturas elétricas? -----
- 2.º Já que o Senhor Presidente falou aqui na Galeria António Lopes, gostava de perguntar o que é que aconteceu à Galeria da Tinturaria. Ao criar a Galeria António Lopes, ficando o edifício sem alojamento de serviços quando existe a tinturaria, em que situação ficamos agora com uma galeria a funcionar onde antes havia serviços e uma infraestrutura que era uma galeria de sucesso que agora está fechada ou semifechada? -----
- 3.º Já há solução para os alunos do Colégio das Freiras? Para onde vão no próximo ano letivo?
- 4.º O Senhor Presidente da Câmara anunciou a intenção de comprar o silo do Sporting que concordamos, como foi dito, dependendo do valor. O Sporting da Covilhã já disse que não está disponível a vender o silo à Câmara Municipal, segundo li. Vai a Câmara na mesma suportar as obras que é preciso fazer no silo? Por um lado serve também a população, por outro lado, a Câmara não é a Madre Teresa de Calcutá! Portanto, é uma questão que pergunto ao Senhor Presidente para a qual não tenho resposta também. -----
- 5.º Garagem de São João – Edifício histórico que o Senhor Presidente quis, e bem, vender que continua sem um fim à vista. Em abril do ano passado, o Senhor Presidente disse que havia um projeto aprovado. Já não foi a primeira vez que disse algo do género. No entanto, no último dia 20 de fevereiro, há seis dias, voltou a ser anunciado que o edifício continua à

venda. Há alguma estratégia sobre o que fazer a um edifício desta envergadura, com esta centralidade e que pode servir muitos Covilhanenses? -----

6.º Senhor Presidente, já conseguiu junto da empresa concessionária solução para uma questão que já foi aqui discutida várias vezes que tem que ver com os abrigos de passageiros que regularmente, quando temos condições climatéricas adversas, ou caiem ou ficam todos partidos? Tenho aqui fotografias do da Garagem de São João e aquele em frente à Biblioteca Municipal. Nestes dois já aconteceu. Temos já a solução para esta situação? O Inverno está quase a acabar e acho que convinha resolver-se antes que acabasse.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou respondendo que, relativamente aos “abrigos de passageiros, já tinha dito na última reunião pública de Câmara de janeiro, se não estou em erro, que estive reunido com o senhor responsável desta empresa e lhe dei nota de várias situações que vinham sendo reportadas quer por concidadãos nossos, os próprios Senhores Vereadores da oposição, os Senhores Vereadores da posição, funcionários nossos,... situações onde, infelizmente, a água, quando vem puxada com muito vento, entra dentro dos abrigos de passageiros, noutros não há sequer cobertura lateral e tem que ser colocada; noutros locais existe a paragem, mas não existe abrigo ou porque não é possível lá colocar um abrigo ou porque ainda não foi levado a efeito. O que acertei com o senhor responsável da empresa foi que os nossos serviços fizessem um levantamento que é o que estão a fazer e vão reportando. Fui reportando alguns. Nessa mesma reunião já levava algum reporte de situações muito concretas, designadamente das que acabou de referir. Claro que, quando há um fenómeno meteorológico extremo, pode estar lá o melhor abrigo do mundo, mas se o vento for de rajadas de cento e tal quilómetros/hora, de 80 ou 90, não há abrigo que resista. Mas isso é outra questão. -----

Garagem de São João – Efetivamente, ela foi alienada. O privado que a comprou apresentou um projeto em devido tempo no Município. É uma iniciativa privada e não é a Câmara que anda a fazer mediação imobiliária a dizer se vende, se não vende, a quem vende, quando vende, por quanto vende... porque isso é estarmos a intrometer-nos onde não nos devemos intrometer. Isso diz respeito aos privados. Neste momento, o conhecimento que tenho é que está à venda por cerca de 3 milhões €. Não quero fazer juízos de valor relativamente àquilo que é o preço de mercado, mas o Município, neste momento face ao estado em que se encontra o edifício e àquilo que ele pode comportar, não está interessado em adquiri-lo por esse preço. No futuro, quem sabe, se ele descer substancialmente... e depois tem que ser feita uma avaliação muito importante porque, como disse, o edifício está muito degradado e carece de obras profundas. Estamos aqui a falar de milhões e milhões de euros e, portanto, temos que ser prudentes e equilibrados na abordagem que fazemos a este tipo de assuntos. -----

Silo – Nunca disse que tinha a intenção de comprar o silo. Disse que o Município equacionava a possibilidade de o adquirir face a uma proposta razoável e a uma avaliação feita pelos nossos peritos desse mesmo silo auto. Portanto, não é bem a mesma coisa. Ou seja, a Câmara não tomou a iniciativa. Pelo contrário, foi o Senhor Presidente do Sporting Clube da Covilhã que falou nessa possibilidade. -----

Indo já ao encontro da outra questão que lhe está conexas, que é a do investimento para a ventilação, para a segurança, para a iluminação e sinalização do silo, para o tornar utilizável, com o contrato de arrendamento que temos em vigor, não tomarei nunca a iniciativa de concretizar este investimento de realizar obras de aproximadamente 300.000€, sem que haja uma contrapartida de interesse público. E qual é essa contrapartida? É assegurar que pelo menos durante 20, 25 anos,... este espaço esteja arrendado à Câmara para amortizarmos este investimento e para que o interesse público seja salvaguardado. -----

Portanto, não prosseguiremos com estas obras enquanto não tivermos essa premissa que, aliás, se me afigura que será, com toda a probabilidade, realizado um contrato com essa finalidade. Mas, ficámos de nos sentar à mesa porque, neste mesmo lugar, foi levada a efeito uma Assembleia Geral do Sporting Clube da Covilhã e, portanto, nessa sequência sentar-me-ei à mesa com o Senhor Presidente e depois dar-lhes-ei nota do que resultar. -----

Colégio das Freiras – Como hão de perceber, há soluções e há sobretudo uma solução que está quase a ser conseguida, mas por razões que tem a ver com a defesa dos interesses em causa, não devo publicitá-la. Não é ocultar informação, é apenas defender a instituição ou, melhor dizendo, os legítimos interesses dos pais das crianças que estavam no Colégio das Freiras e, portanto, permitam-me que não vos dê todos os pormenores ou não vos dê os pormenores. Apenas dizer-vos que há um esboço de uma solução onde a câmara irá com toda a probabilidade investir, apoiando estas crianças e pais. Logo que tenhamos uma solução concreta e definitiva, terei todo o gosto em a divulgar, designadamente às Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

Tinturaria – A Tinturaria está a aguardar obras – uma empreitada de requalificação. Aguardamos a decisão de abrir o concurso. São 265.000€ que estão aqui em jogo porque chove lá dentro. É um edifício bonito, emblemático, mas é também problemático sob esse ponto de vista.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Relembra que faltou a resposta à primeira questão sobre os postos de carregamento elétrico para as duas viaturas que creio que doou ou entregou esta semana.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “tenho um molho de documentos para assinar com o meu nome completo, conforme o BI, das viaturas que nos foram distribuídas para a ULS da Cova da Beira. Portanto, vão ter várias destinações. Se não estou em erro, são cinco viaturas. Demorou bastante tempo a vir o auto de transferência e só com o auto de transferência devidamente assinado pela ARS é que podíamos registar a favor do Município as viaturas e depois serem distribuídas. Ainda não foram distribuídas. Vão ser distribuídas. Temos uma rede concelhia e julgo que no Centro de Saúde existe esta solução. São viaturas que, se a memória não me atraiçoa e daquilo que me foi referido, não precisam de especiais carregadores daqueles que tenham os postos XPTO. Uma simples ligação carrega este tipo de viaturas. É a informação que tenho. Não a leve a 100% certa, mas é a informação que tenho. -----

Dar nota que essas duas viaturas não foram compradas pelo Município, mas pela ARS. Foi uma candidatura. A Senhora Ministra da Saúde teve a honestidade intelectual de, na intervenção que

fez, dizer que reconhecia e agradecia o facto de a ARS do Centro, ainda no âmbito do anterior Governo, ter candidatado a aquisição destas viaturas e que ela estava ali, como lhe compete, a ter o gosto e o prazer de entregar as viaturas aos autarcas e aos representantes das respetivas ULS's.

Como digo, há várias formas de carregamento e elas podem ser carregadas na instalação elétrica dos edifícios sem a necessidade de postos especiais e dedicados para o efeito.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Há cerca de três anos, o Grupo Municipal do PSD e também o do CDS emitiu aqui nesta Casa um requerimento quando o Senhor Presidente falou sobre um estudo para a criação do aeroporto aqui na região e tinha um estudo que dizia que a melhor região, se não estou em erro, era a zona ali junto a Terlamonte. Fizemos esse requerimento a pedir acesso a esse estudo. Passam agora mesmo nesta Assembleia três anos e gostava de lhe pedir que respondesse e que nos enviasse o estudo. -----

No início deste mandato, em 2021, o Senhor Presidente anunciou a criação de um novo lar que iria criar 60 postos de trabalho, um investimento de 10 milhões. Gostava de lhe perguntar quando é que este novo lar vai começar a laborar. -----

Em 2020, anunciou também um investimento de milhões que iria criar centenas de postos de trabalho na cidade da Covilhã. Perguntar também qual é esse investimento e em que fase está (se se pode dar esta informação). -----

Gostava de lhe perguntar também sobre o pavilhão Multiusos. Já foi questionado e creio que não deu resposta. Relembrar essa questão feita na parte da manhã. -----

Terminando e sobre a empresa Águas da Covilhã, o Senhor Presidente disse, em 2020 se não estou em erro, que queria resgatar as Águas da Covilhã para domínio público da Covilhã, mesmo que fosse à força. Tenho a notícia aqui, Senhor Presidente.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** interrompeu dizendo que “confundiram Águas da Covilhã com Águas da Serra.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Então se calhar confundiu, se calhar foram os jornalistas ou uma gafe quando falou... então vou passar essa questão. A Câmara tem entre 9 a 10 milhões € de indemnizações compensatórias por pagar à AdC. Gostava de questionar como e quando é que isso vai ser pago. -----

Uma última questão, também sobre a AdC, a Lei n.º 50/2012 proíbe relações indiretas entre empresas municipais. Os 49% do Município na AdC são detidos pela ICOVI que é uma empresa detida a 100% pela Câmara da Covilhã. Isto é proibido, segundo a Lei n.º 50/2012. Está ilegal. O Senhor Presidente pretende alterar isto, ficando legal, ou não?” -----

-

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “o lar que está a referir era um investimento de uma empresa francesa que iria ser instalado naquela zona que está toda em obras, que é um estaleiro autêntico ali à entrada da Covilhã ou à saída da Covilhã, conforme quiserem entender. Era uma residência sénior para cidadãos com muitas posses. No mercado há vários segmentos e, portanto, esse era um. Esta empresa decidiu, porque entretanto houve mudanças dos acionistas em França, que em vez do lar vai lá nascer um hotel. Vamos ter ali três hotéis, entre os quais um EPIC SANA. Contamos, a muito breve trecho, dar mais pormenores sobre esses investimentos. -----

A empresa e os postos de trabalho que eu falava em 2020 e que eram centenas, efetivamente são. Recordam-se que existe uma empresa na Covilhã que se chama Mepisurfaces e que em 2013, quando cheguei à Câmara, tinha 22 trabalhadores e estava no Canhoso. Nessa altura comunicaram-me que tinham intenção de construir uma nova unidade, que já lá está atrás do edifício do Parque de Ciência e Tecnologia, onde iriam ser criadas centenas de postos de trabalho e só lá estão quase 500. Estão a ver?! São quase 500 postos de trabalho. Era esse que eu me referia. Na altura nem revelei qual é que era a empresa porque havia ainda negociações com o terreno, com o empreiteiro e também houve mudanças de acionistas, etc. Portanto, era essa a empresa que me referia. -----

Existia no Parque Industrial e na altura tinha cerca de 80 e poucos postos de trabalho. Criaram um outro edifício XPTO. Já o visitei várias vezes e vale a pena ser visto e visitado. A verdade é que estão lá cerca de 500 trabalhadores, portanto, não me enganei, nem vos enganei quando disse que isso iria acontecer. -----

Multiusos – Está na fase de contratação do projeto. Queremos contratar o projeto que é importante. Não temos, neste momento, dinheiro disponível para avançar com a obra. Era um desígnio e uma vontade. Todos nós que estamos nesta sala de certeza que queremos ter um multiusos à altura daquilo que a Covilhã e a região precisam e a ideia, como resulta do próprio nome, tem várias finalidades, desde realizações de congressos, de grandes eventos desportivos, espetáculos musicais, etc. -----

Nunca disse em tempo algum que a AdC iria ser resgatada fosse a bem ou fosse a mal. O que acontece muitas vezes, até a quem escreve, é confundir a AdC com a ADS e é fácil haver um engano até porque estamos a falar aí de muito dinheiro e fui sempre dizendo outra coisa: que a AdC, até ao momento, é uma parceria virtuosa. Não sou grande fã de parcerias público-privadas, mas tenho que reconhecer que esta está a funcionar bem. Uma coisa é o preço da fatura (que tem a ver com aquele peso que tem o tratamento dos efluentes e daí irmos resgatar as Águas da Serra) e outra coisa é a AdC. Obviamente que esta alteração da participação social só não foi feita ainda por razões de natureza técnica, mas estamos a envidar esforços para que se concretize o mais rapidamente possível. -----

O dinheiro que está em dívida são os contratos programa e os contratos programa têm regras. Tudo está a ser tratado de acordo com as regras que é preciso seguir para que este pagamento seja feito, sendo certo e não é preciso ser-se economista para entender, que se lá está uma dívida de 9 milhões, sensivelmente metade é nosso. Portanto, não temos que pagar a nós próprios. ----

O importante aqui não é um problema financeiro. É um problema de natureza técnica ou jurídica e, portanto, essa situação está a ser objeto do respetivo tratamento para que as coisas fiquem regularizadas definitivamente.” -----

**3.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO DAS DECLARAÇÕES AO ABRIGO DAS ALÍNEAS A) E B) DO N.º 1 DO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELAS LEIS N.OS 20/2012, DE 14 DE MAIO, 64/2012, DE 20 DE DEZEMBRO, 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO, E 22/2015, DE 17 DE MARÇO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de janeiro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 820 de 28.01.2025 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** abdicou do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “O que a lei prevê é a tomada de conhecimento das declarações e aquilo que nos diz a lei é que, até 31 de janeiro, o Município deve declarar todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro. Depois diz-nos também a lei que o que deve identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro. -----

Notamos que, relativamente à declaração que nos é apresentada, nos diz de forma nominal, mas que depois não é apresentada essa informação. -----

Aquilo que perguntamos é se esta declaração está a cumprir escrupulosamente a lei ou se devia vir discriminado nominalmente, como a lei diz, e ser presente à Assembleia Municipal. Essa é a nossa questão.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “relativamente a essa questão, ela não é nominal quando está em causa pessoas individuais ou entidades coletivas de valores inferiores a 5.000€. Só aí é que não é nominal. -----

O resto está a ser cumprido. Estamos a cumprir a lei, mas a cumprir a lei nas duas circunstâncias. Apenas não se referem a estes valores inferiores a 5.000€.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Ou seja, não existe nenhum devedor, nem credor à Câmara Municipal com mais de 5.000 € porque não nos é aqui apresentado os outros. Não há nenhum credor, nem devedor que tenha o montante em dívida ou em crédito acima de 5.000 € que não tenha que ser considerada nesta listagem?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “há que considerar os pagamentos em atraso, que é acima de 90 dias de atraso. Temos que levar em conta esses 90 dias e há efetivamente pagamentos nessas condições que terão que vir na próxima vez e cá estaremos com eles. É sempre obrigatório. Cumprimos a lei sempre rigorosamente. -----

Como hão de calcular, isto não é contabilidade de gaveta, nem de bolso. Estamos a falar de coisas muito sérias e altamente organizadas. Enfim, vocês conhecem o responsável que temos pelas finanças municipais que é uma pessoa de rigor, que cumpre a lei e cumpre as mais elementares regras neste domínio.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Salientar o facto de que, comparando com o mapa de 2023, os devedores à Câmara passaram de 1.467.000 para 1.495.000. Portanto, estamos aqui numa espiral de subida. Num total destas 30 rubricas, há uma subida dos valores em 15, portanto, em 50%; há uma descida aqui em 5 a 16%; e há uma situação semelhante, igual em 33%.

As receitas da Câmara são sempre importantes para a obra que é necessário fazer e para a resolução dos problemas. Portanto, captar dinheiro, captar verbas, ter receita, penso que é uma função também que a Câmara se deve preocupar com esse pormenor, salvaguardando, como é evidente e o Senhor Presidente da Câmara referiu em anos anteriores, aqui questões sociais. Mas há aqui outras questões que não são sociais. Analisa-se aqui as várias rubricas e a ocupação da via pública não tem nada a ver com problemas sociais. Publicidade, possivelmente não. Multas e penalidades, rendimentos de propriedade... Já não falo das rendas de habitação, mas rendas diversas, possivelmente edifícios ou serviços que o Município tem a renda e depois os tipos não pagam. -----

Portanto, acho que são estas situações que a Câmara Municipal, através do seu serviço, deve tentar rentabilizar ao máximo aquilo que é a receita do Município para fazer face às necessidades do Concelho, talvez para pagar lá a tal coisa da mobilidade da zona Sul e da Zona Norte.” -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento das Declarações ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março.** -----

**3.4 – TOMADA DE CONHECIMENTO DAS ISENÇÕES CONCEDIDAS E APROVADAS NO ANO DE 2024 – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E DE RECONHECIMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DA COVILHÃ – ARTIGO 38.º**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de janeiro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 825 de 28.01.2025 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** abdicou do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Deputado Municipal **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** que, “não tendo ficado esclarecido no ponto anterior se estamos a cumprir rigorosamente a lei e até já houve outras justificações aqui nesta Assembleia que nos disseram que não podia ser feito e depois verificámos que podia ser feito, estou-me a lembrar de uma questão que agora aqui vamos discutir. -----

Ou seja, relativamente ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais, o n.º 38 prevê que ela deve ser dado conhecimento de todos os benefícios durante o ano ao abrigo deste Regulamento. Ora, este Regulamento estipula que existem quatro tipos de incentivos: o incentivo a reabilitação urbana, à atividade económica, o apoio às famílias e o apoio ao associativismo. -----

Dentro destas, as várias tipologias: isenção parcial ou total do IMI, do IMT quando localizados em ARU's, isenção total ou parcial da Derrama, os projetos de investimento municipal, a redução da taxa de IMI parcial ou total, por exemplo, aos prédios afetos e destinados à prossecução dos fins estatutários de associações de cultura, desporto e recreio e, portanto, está contemplado no artigo 10.º. É necessário fazer um requerimento inicial e, constatando esta pequena informação de todos os benefícios atribuídos pelo Município em 2024, que nos parece escassa, aquilo que perguntamos é, por exemplo, onde é que estão os benefícios que as associações tiveram direito por via da isenção de IMI: se não requereram esta isenção, se esta informação não está partilhada depois com o Departamento de Finanças, porque é que não aparecem aqui e se esta informação não pode ser agilizada rapidamente através do Gabinete de Apoio ao Associativismo que faz a isenção. Uma questão grave é se as associações não estão a beneficiar desta isenção que está prevista no Regulamento Municipal. Outra diferente é se falta aqui informação. Portanto, gostaríamos de ser esclarecidos quanto a isto.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “os valores foram os que outros serviços forneceram. Portanto, a questão é exatamente essa. -----

Agora a questão da isenção de IMI, julgo que ela é requerida à Autoridade Tributária e não ao Município. Não temos competências nessa área. De qualquer forma, em termos daquilo que é o Regulamento, estamos a trabalhar no seu aperfeiçoamento. Os regulamentos, tal como as leis em geral, não são perfeitos. Tentam prever todas as situações e nem sempre o conseguem fazer. Ajustamos a realidade àquilo que temos em sede regulamentar e essa adaptação é feita ao longo do tempo porque é dinâmica e a realidade também é dinâmica, daí que muitas vezes já foram dadas aqui outras justificações. Também há alterações legislativas e temos que acompanhar as alterações que ocorrem, que são muitas. Em Portugal, temos uma selva de legislação a propósito de tudo e mais alguma coisa. É bem-intencionada, mas a verdade é que é demasiada e aquilo que ontem estava regulamentado de uma maneira, por força da lei, passa a ser regulamentado de outra e temos que cumpri-la. Se não a cumprimos, depois temos as consequências que sabemos quais são.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Em termos de informação, seria importante isto vir aqui até porque foi um assunto que aqui foi debatido. O que precisávamos era que, deste Regulamento Municipal e depois do processo de aprovação do Regulamento Municipal, percebermos e o Concelho perceber qual é que é o montante que o Município não está a receber de receita de IMI e que, no fundamental, são valores que não saem dos cofres das entidades sem fins lucrativos e isso constitui um apoio direto do Município a estas instituições. -----

Portanto, pensamos que é informação relevante que deve ser acrescentada a esta informação numa próxima vez.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** concordou dizendo que “não tenho nenhuma objeção. Pelo contrário, quanto mais informação tiverem, melhor, tanto mais que estamos a falar de dinheiros públicos e os dinheiros públicos devem ser muito bem esclarecidos para que não haja dúvidas e não restem dúvidas a quem quer que seja e, sobretudo, se aquilo que se está a fazer está a ser feito de harmonia com a lei.” -----

--- ***A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento das isenções concedidas e aprovadas no ano de 2024 ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e de Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal no Município da Covilhã – Artigo 38.º.*** -----

### **3.5 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de fevereiro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 1278 de 17.02.2025 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- **Ausentou-se da sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, não participando na apreciação e na votação do assunto.** -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a apresentação do assunto dizendo que, “da análise feita aos números e eles são, como digo e como diziam há pouco os Senhores Deputados, como *o algodão não engana*.” -----

Estamos perante a maior taxa de execução de sempre: 97%. Repito 97%. Acho que isto diz tudo sobre o desempenho orçamental. A receita total é de 61.103.619,38€; a despesa total de 44.507.201,24 €. E repito, esta taxa de execução é a maior de sempre, com 97%. Estamos a falar de desempenho orçamental.” -----

--- Submetido à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “A pergunta é simples: na mesma lógica de guardarmos este saldo todo durante estes últimos quatro anos deste mandato, o próximo Executivo Municipal irá ter um saldo de mais ou menos na mesma ordem ou se, efetivamente, vamos ver a obra a ser concretizada no Concelho?” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Também ia fazer só uma questão porque efetivamente esta questão dos 97% não está aqui explicada. Enfim, também não estamos a falar nas contas, nem na execução orçamental doutra maneira, mas perguntava: se esta é uma execução tão grande, por que é que o Concelho está como está?” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Fez um ponto de ordem à Mesa dizendo que “na ordem de trabalhos diz *“Discussão e Deliberação sobre Demonstração de Desempenho Orçamental”* e a minha questão, não sendo jurista, é a seguinte: vamos deliberar sobre o desempenho orçamental da Câmara Municipal. Qual é a consequência de uma eventual reprovação, de um chumbo deste desempenho orçamental? É nula! Estou correto? Ou seja, estive a ver a lei e do que vi não encontrei necessidade ou obrigatoriedade de deliberação sobre isto. Posso estar enganado e peço esta clarificação: porque é que, em vez de estarmos a discutir isto, vamos deliberar. Para deliberar

tem que haver uma consequência da deliberação, como a do Orçamento, das contas consolidadas e por aí fora.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “Somos hoje chamados a pronunciarmo-nos sobre o mapa de desempenho orçamental que cumpre o básico da informação. Na verdade, não há forma de analisar com detalhe o rigor que seria desejável, para não dizer exigível, o documento que apenas serve para validar o ponto em que se decide a aprovação ou não da transferência do saldo de gerência. Tem sido hábito que assim seja, não sendo clara qual a percentagem de execução orçamental rubrica a rubrica. -----

O mapa de execução orçamental não vinha nos documentos e não tem percentagem de execução.

Comparamos os valores com o ano de 2023, mas perceber que percentagem de execução o Executivo apresenta, face ao Orçamento que aprovou, fica sempre para contas e análise posteriores. -----

O que sabemos, e é muito claro, é que o saldo de gerência é superior a 16 milhões de euros, deixando também muito claro para os Covilhanenses o que temos dito já em anos anteriores é que este ano de 2025 é um ano de eleições autárquicas e isto diz muito. Diz-nos, em primeiro lugar, que um município como o da Covilhã, que tem um enorme défice em obras infraestruturais e chegou a ter diminuição em despesas de capital e investimento, deixa tudo isto para os últimos seis meses de mandato. Diz-nos que essas obras afinal não foram feitas por falta de verbas para as fazer, mas sim por incapacidade de gestão e, confirma-se agora, por gestão do período eleitoral.

Ainda nos diz que 2025 é o ano do alcatrão, mas o facto de estarmos no final de fevereiro obriga que as obras que não passam de promessas assim vão ficar por não haver tempo para as fazer, mesmo quando essas obras são tão necessárias. -----

Por tudo isto, percebemos, e esperamos que os Covilhanenses também o façam, a estratégia e visão que o Partido Socialista tem para o Concelho da Covilhã.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Dentro daquela que é a demonstração de resultados apresentada, permitam-me destacar, inicialmente e comparativamente com o ano de 2023, a redução de 3% daquela que é a receita fiscal que o Município teve ao longo de 2024. -----

Sabendo ou penso eu que é do conhecimento de todos, é fruto da manutenção da taxa mínima de IMI e da isenção da Derrama, bem como outras decisões e benefícios concedidos pelo Executivo Municipal, esta redução da receita fiscal tem um impacto direto de 800.000 € em benefício do orçamento das famílias e empresas covilhanenses quando comparada à receita fiscal do Município entre 2022 e 2024. -----

Saliento e relembro que esta política de redução de impostos às famílias e empresas covilhanenses apenas é possível porque hoje a saúde financeira do Município da Covilhã é estável e consolidada, resultado de uma boa e eficiente gestão financeira que não se reduz ao ano de 2024, mas a toda

a gestão financeira liderada pelo Executivo do Partido Socialista, desde a sua entrada em funções no ano de 2013. -----

Aos resultados financeiros devemos ainda destacar que os mesmos são acompanhados de obra, do progresso no Concelho da Covilhã. Num contexto em que existe uma manifesta incapacidade de preencher os concursos públicos decorridos por todo o país, na Covilhã continua a haver obra. São disso exemplos a inauguração do Pavilhão Municipal da Inatel, a requalificação dos parques infantis no Concelho, as diversas obras executadas e em execução no âmbito da Estratégia Local de Local de Habitação, a requalificação da Avenida da Universidade, a requalificação da estrada Ourondo-Casegas, entre outros exemplos de investimento e obra destinados à melhoria de vida de todos os Covilhanenses em todo o território que o Partido Socialista fez, faz e fará sempre que liderar o Executivo Municipal. -----

Por estes motivos, o Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta apresentada.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dando “uma resposta muito rápida, direta, objetiva, clara e inequívoca ao Senhor Deputado Hugo Ferrinho. A aprovação deste desempenho permite fazer a incorporação do saldo de gerência. Caso contrário, teríamos que esperar pelas contas de gerência para fazermos a incorporação. Ou seja, queremos realizar, e o mais depressa possível, e usar este dinheiro que não foi guardado, não foi metido no cofre ou na gaveta para estarmos aqui com este volume de dinheiro. -----

Isto não se cinge ao Município. Não se cinge às freguesias do Município. Aliás, o Senhor Ministro da Coesão, responsável pela gestão do PRR, o senhor Dr. Castro Almeida, dizia que quase todos os dias lhe eram reportados bastantes casos de presidentes de câmara, sem fazer referência aos partidos, que se queixavam que as obras por todo o país, de norte a sul, de leste a oeste, e como temos na Covilhã, infelizmente ficam desertas. Já aqui disse, de duas uma: ou gastamos o dinheiro por gastar e acho que isso não o devemos fazer. Não devemos colocar no mercado uma obra que vale, como disse há pouco a título de exemplo, meio milhão com o dobro do valor ou com mais um terço do valor, ou com mais um quarto do valor. Devemos é proteger o Município e não malbaratar dinheiro público. O que diriam ou o que dirão se isto acontecesse? O ano passado não estávamos em ano de eleições e também tivemos uma incorporação volumosa de saldo exatamente porque, na maior parte dos casos, é o problema da mão-de-obra, é o problema de haver muita obra por todo o país em tudo quanto é sítio. O PRR pede-nos a todos para acelerarmos. Pedem da Europa ao Governo Português. O Governo português pede aos municípios e às empresas que acelerem a sua execução. Quando o mercado está desta forma, quem pode realizar as obras podendo ganhar 100 e não ganhar 20... E, portanto, deixam as obras desertas. --

Já aqui falei que já ouvi alguns empresários da construção civil dizer que empresários que antigamente faziam obras de 80.000 € agora só vão a obras de 800.000 ou de 1 milhão. Estamos neste patamar e, portanto, não peçam ao Presidente da Câmara nem ao Executivo que, a toda a força, coloque no mercado uma obra pelo dobro do valor ou por um valor que não corresponde ao real valor das obras. Aproximado, obviamente. -----

Sabemos que quem realiza obras, tem que lucrar. As empresas existem porque têm uma finalidade, entre outras, que é a de obter lucro. Portugal também é um dos únicos países da Europa onde na construção civil se chegam a ganhar 500% numa obra e estou a falar de obras privadas e não de obras públicas. É um escândalo, mas é o que temos e temos que lidar com o que temos. Lidando com o que temos, temos que ser cautelosos. Temos que proteger o Município. ---

A título de exemplo, o Quartel da Guarda Republicana, tentativa após tentativa, dentro de poucos dias vão começar as obras; a Unidade de Saúde Familiar, foi assinado há poucos dias o contrato; o pavilhão da INATEL andou uma eternidade também contra a nossa vontade. O que queríamos era que o pavilhão estivesse à disposição das associações, das famílias, enfim, dos jovens, de quem, na prática, o pretende usar. -----

Agora não íamos pôr muito dinheiro ali em cima malbaratando fundos públicos. O que é que as Senhoras e Senhores Deputados me diriam se fizéssemos isso? Estávamos hoje aqui a ter uma conversa ao contrário da que estamos a ter. -----

Portanto, é preferível defendermos e haver esta transição de saldos. Atenção que nem todo este valor corresponde a obras que ficaram desertas. Muito desse valor está para dar cobertura, está alocado a obras que têm fundos comunitários e, por conseguinte, temos que assegurar em primeira linha havendo um compromisso e havendo um cabimento desse dinheiro que tem de estar salvaguardado para uma eventualidade. -----

Por conseguinte, defendemos a Câmara como defendemos os nossos interesses pessoais. É o que devemos fazer. -----

Dar nota que também, a nível da Estratégia Local de Habitação, tivemos casos de inúmeras tentativas para adjudicação de obra. Aliás, um dia destes convidá-los-ei para nos darem o prazer, conjuntamente com os senhores jornalistas e com a Senhora Vereadora, de irmos ver o que já fizemos e olhem que não é pouco. Vão ficar espantados quando virem o que já fizemos no domínio da habitação, mas isso é para outras núpcias. -----

Aquilo que conseguirmos gastar de forma racional e equilibrada, protegendo o interesse público, será gasto; aquilo que só seria gasto se fosse mal gasto, claro que deve ficar para saldo e deve ser utilizado a bem do Concelho da Covilhã. Não é uma questão de egocentrismo, nem é para meu gáudio pessoal ou político. É para defender os interesses dos Covilhanenses. É assim que estamos exatamente a gerir a Câmara da Covilhã e foi assim que conseguimos levá-la a este patamar de execução orçamental, de saldo de performance em termos de desempenho e quem vier não vai ter, de certeza absoluta, problemas com as finanças do Concelho da Covilhã. -----

Portanto, o que aqui se trata é exatamente disso e não de outra coisa. Acho que estou a responder com a clareza suficiente relativamente a esta matéria.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Há aqui alguma coisa que não quadra quando dizem que têm uma execução de 97% e têm saldos de gerência acumulados são 16 milhões. Não quero estar aqui enganado, mas aquilo que me aparece aqui são 4 milhões de saldo de gerência. Não? Então qual é que é o valor de saldo de gerência? Estamos a apresentar as contas de 2024,

qual é que é o saldo de gerência deste último? 16 milhões é a totalidade. Queria saber é quanto é que a Câmara não gastou neste último ano de 2024.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “são exatamente 16.596.000€. O saldo de gerência é aquilo que transita de um ano para o outro.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Aquilo que lhe pergunto é que, de facto, aquilo que não consigo perceber é que sejam 1 milhão, sejam 4 milhões, sejam 16 milhões, se o Senhor me diz que tem uma execução de 97%, qual é que foi o Orçamento da Câmara? -----

Se não executou 16 milhões não pode ser 97%. Se está a dizer que tem uma execução de 97%, aquilo que diz refere-se à despesa relativamente ao orçamento total, não chega a um milhão de euros. Estamos a falar de 16 milhões. -----

Ou o Senhor Presidente se enganou na execução dos 97%... se me disser que gastou 97% da despesa corrente, admito. Mas se me diz que há um saldo de gerência de não sei quantos milhões é porque não executou despesa de capital.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu “receita total são 61.103.619,38€. Despesa total 44.507.201, 24€. -----

Como é que se mede a taxa de execução? É uma pergunta legítima. A taxa de execução é medida pela cobrança de receita relativamente à previsão. Regras são regras. Não as inventei. É uma regra das finanças públicas.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Gostava de pegar na questão feita pelo Senhor Deputado, creio que Marco Gabriel. É preciso que as pessoas que nos estão a acompanhar e que não são especialistas nisto percebam o que está aqui em causa com esta demonstração do desempenho orçamental. -----

A Assembleia Municipal, por força da lei, em abril de cada ano aprova o saldo de gerência e o relatório de gestão. O que é que isto significa? Que aprova as contas da Câmara, não as das empresas municipais, e por essa razão creio que ninguém aqui está impedido de votar porque isto engloba-se ao Orçamento da Câmara Municipal e não das empresas que têm orçamento próprio e que depois é integrado nas contas consolidadas em junho. -----

O artigo 145.º da Lei do Orçamento de Estado fala na integração do saldo de execução orçamental que é o que estamos aqui a fazer hoje. O que é que isto é então? Foi esta questão que eu fiz ao Senhor Presidente. É antecipar a votação de abril para agora, em parte, para não ter que se esperar por abril. Há uma votação na mesma em abril, mas a Câmara Municipal pode, a partir de amanhã, gastar o saldo que transita do ano passado, que pode transitar dos anos anteriores, que de outra forma não poderia até à votação de abril. E isto liga com a questão do Deputado Marco Gabriel. -

Senhor Presidente, obviamente, creio eu, que aqui ninguém está contra isto de integrar os 16 milhões no Orçamento deste ano. Mas esta alínea do número do artigo do Orçamento de Estado está em vigor em todos os orçamentos desde 2020, ainda desde o Partido Socialista. E é a primeira vez, nos meus oito anos que participo nesta Casa, que me lembro que o Senhor está a fazer isso. -

Não? Muito bem, fez no ano passado. Transitam 16 milhões para este ano. Pelo mapa de desempenho Orçamental, conseguimos aferir que, de 2023 para 2024, as despesas de capital reduziram em cerca de 1,6 milhões €. Isto quer dizer que se 2023 foi mau em termos de investimentos na Covilhã, despesa, obra, etc. pelas razões que o Senhor Presidente explicou, 2024 foi ainda pior. -----

Acho que as pessoas têm que perceber que isto é dinheiro que não foi gasto no passado. Vou-lhe dizer isto com todo o respeito e com toda a sinceridade, acho que é chocante termos um saldo de gerência agora a aprovar de 16,5 milhões €. Isto é, carência de investimentos. Ninguém aqui desconfia que haja concursos que ficam desertos e das razões pelas quais ficam. Mas 16,5 milhões € que estamos a integrar é sensivelmente um quarto quase do Orçamento da Câmara. Se são 60 e tal, isto é, mais sensivelmente um quarto. -----

Queria dizer, Senhor Presidente, que me parece normal, mas não obstante chocante estarmos a integrar 16.500.000,00 € em ano eleitoral, em fevereiro, para agora tentar fazer a obra que não se conseguiu fazer no passado. -----

O Senhor Presidente da Câmara não é Presidente da Câmara só neste mandato. O Senhor Presidente da Câmara está em exercício há 11 anos e 5 meses desde que tomou posse. Acho que isto é chocante. Estamos em ano eleitoral. As pessoas costumam dizer, e já foi feita aqui esta crítica que vai guardar dinheiro para ano eleitoral, que as pessoas deviam ter autárquicas todos os anos para terem alcatrão, que devíamos ter eleições a toda a hora para as estradas estarem arrançadas. -----

Senhor Presidente, diz que não e vai responder que não. Mas isto é chocante. Como é que nos podemos queixar que as pessoas não confiam nos políticos quando isto está a acontecer? Obviamente, aqui ninguém vai votar contra, volto a dizer, mas termino voltando que gostava de tentar perceber quanto é que vai sobrar para o seu sucessor. Já disse que depende do que conseguir executar. Se conseguir executar mais este ano, ainda bem, mas quer dizer que então alguma coisa de mal aconteceu nos anos passados. Se não conseguir executar é mal e sobra para o sucessor e não sabemos o que aí vem ainda. Em todo o caso, senhor Presidente, resumo numa palavra: chocante.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “*chocante* seria que não utilizássemos o saldo desta forma. Não foi por prazer, nem foi por estar a pensar que é ano de eleições que este saldo transita com este volume para este ano. Chamo a atenção que de 2023 para 2024 já tinha havido um saldo volumoso e não estávamos em ano de eleições. Portanto, não tente fazer a colagem de que este volume de saldo é para fins eleitorais. Então, por que cargas de água no ano passado, que não era ano de eleições, tivemos um saldo parecido? Os pressupostos e as dificuldades que existem no mercado persistem. São as mesmas.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Não teve um saldo parecido como disse. Perdeu 1.6 milhões de euros em despesa. Por este documento é referido que, de 2023 para 2024, as despesas de capital reduziram 1.6 milhões de euros.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “há outros valores que, se calhar, os Senhores nem levam em linha de conta. Tivemos, por exemplo, há pouco tempo um estorno de um valor muito considerável, muito, muito elevado. Um estorno, para quem não está familiarizado com a expressão, é quando se põe termo a um contrato ou quando um contrato é finalizado, é encerrado e a Câmara tem dinheiro a haver. Recentemente, tivemos um estorno da EDP de cerca de 3 milhões de euros e já está aqui incorporado. Deixámos de ser clientes da EDP para passar a sermos clientes da Endesa. Encerramos o contrato com a EDP e, feito o acerto de contas, tivemos a haver 3 milhões de euros. Somos tão maus gestores que até temos dinheiro a haver nestas situações. -----

Para os nossos concidadãos que nos acompanham, não serem confundidos e não estarmos aqui a tentar baralhar aquilo que é o objetivo, que é claro. Não conseguimos aplicar toda esta verba no ano anterior porque as obras foram ficando sistematicamente desertas e já vos dei aqui exemplos de umas que já vinham de 2021, de 2022 e de 2023 que andávamos a desejar ardentemente que elas fossem adjudicadas. -----

Conforme vamos conseguindo, assim vão sendo realizadas. O Quartel da Guarda Republicana do Tortosendo é o exemplo. A USF é outro exemplo. O Pavilhão da INATEL é outro exemplo. A Estratégia Local de Habitação tem muitos exemplos. Não dissemos aos senhores empreiteiros e às empresas de construção civil “não concorram porque a gente quer guardar o dinheiro para o último ano que é ano de eleições e vamos tentar fazer o máximo possível para conquistar votos!” Isso uma visão maquiavélica e maniqueísta destas coisas. Com todo o respeito que lhes tenho, isso não tem o mínimo de adesão à realidade. -----

Já agora, respondendo a uma questão que foi colocada, não estamos aqui a aprovar a conta de gerência. A conta de gerência vai ser aprovada na devida altura. O que estamos a aprovar é a incorporação do saldo de gerência no Orçamento para 2025, daí estar aí a proposta de alteração orçamental modificativo n.º 1. Estamos a alterar o Orçamento, agarrando no dinheiro que transitou do ano anterior para este ano. -----

Finalizando, temos também que nos entender. Ou bem que utilizamos o dinheiro para aquilo que todos desejamos ou então não se incorpora o saldo, guarda-se em carteira, mete-se no banco e pronto trabalhamos com o que temos e não se realizam obras importantes como aquelas que todos os senhores presidentes de Junta e os senhores deputados municipais desejam e almejam, como eu. Portanto, é tão simples quanto isto. Não estamos aqui a inventar a roda, nem a fazer nenhum exercício de ilusionismo financeiro.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** Referiu que, “se estivermos a falar de 44 milhões de euros, o Senhor Presidente referiu-se à despesa que dá uma execução de 97%. Portanto, 3% deste valor daria um saldo de 1.300.000 € e aquilo que estamos a falar é que o

Município da Covilhã teve este ano de 2024, esquecendo os anteriores, disponível 61 milhões de euros. Destes 61 milhões de euros, executou 73%. Temos que ser claros na mensagem que passamos e destes 73% sobrou um saldo de 16.5 milhões de euros que é o que agora se analisa. As contas são assim. -----

O que está mais do que à vista é que deixámos muita coisa para cima do joelho. Primeiro foi a guerra, depois foi o aumento dos preços, a seguir foram os projetos que podiam ter sido resolvidos com 50.000€. O caso da Conde José Calheiros, se calhar, podia ter sido resolvido no início com 50.000€, já vai em 160.000€ e isso também está a custar aos cofres da Câmara Municipal. -----

É evidente que foi feita muita coisa ao longo destes 12 anos. Isso não está em causa. E foi muita coisa feita por aquilo que não tinha sido feito há 20 anos atrás. Também lhe reconheço isso, nomeadamente ao nível das infraestruturas. Sou justo a esse ponto de reconhecer que esta Câmara Municipal e este Executivo teve que resolver muitos problemas de infraestruturas que não estavam resolvidos nos últimos 20 anos: o Teatro Municipal, a piscina, a piscina praia, o Centro de Artes que nunca chegou a ser resolvido (“é só um jardim”). Portanto, teve que resolver muitas questões, efetivamente. Aliás, o Complexo Desportivo que no *site* da Proeja continua a ser um projeto maravilhoso e fantástico no ano de 2003... Não foi nada feito, nem nos 20 nem nos 12. ---

Reconheço que foi preciso fazer muita coisa que já devia estar feita. Agora, a questão que acontece aqui é que, nestes 12 anos, deixámos muita coisa para cima do joelho. Podíamos ter resolvido muitos problemas nas freguesias. Podíamos ter resolvido muitas questões que os presidentes de junta colocam e que não têm resposta, que ainda não foi dado andamento, que falta fazer isto ou coisas até mais simples dos próprios serviços que, até há pouco tempo, não tinham materiais para trabalhar, seja tintas para pintar uma estrada, seja procedimentos administrativos internos que demoram tempos infinitos a serem concretizados e naturalmente depois o saldo vai acumulando.

Por um lado é boa gestão, mas por outro também gastámos muito dinheiro nas empreitadas que podíamos ter feito e podíamos ter resolvido problemas que já deviam ter sido resolvidos. Isto é por demais evidente. Não vale a pena estarmos a escapar a isto. -----

Ficou muita coisa para o fim e agora vai ser muito difícil concretizar tudo aquilo com que se comprometeu. O caso da Boidobra é paradigmático. O Senhor Presidente anunciou no início do mandato que são três obras do mandato e chegamos a seis meses do fim e elas não estão... O Senhor Presidente disse que vão ser concretizadas duas. Pronto. Quem é que mais quer isso, no caso concreto da Boidobra, do que eu? Não tenho de querer mais do que todos os habitantes da Boidobra, mas queremos muito isso e que aconteça, efetivamente. Estou a reconhecer que algumas já podiam ter acontecido. Muitas já podiam ter acontecido.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Só queria referir aqui duas coisas relativamente a esta questão. Se não estou enganado, ainda estamos a falar do desempenho orçamental e não estamos a falar da alteração do orçamento e, portanto, estamos a falar de desempenho orçamental e de execução orçamental do ano de 2024. Aqui não tenho dúvidas nenhuma. Não é inédito. Já tem acontecido recorrentemente nos últimos anos. -----

Esta gestão que é feita, qualquer leigo percebe que os 97% de execução não existem e, portanto, alguma coisa não está bem. Até para as pessoas mais limitadas em termos de conhecimento, acho que conseguem fazer esta conta. -----

O que o que acontece aqui é uma coisa muito simples. Aceita-se que, efetivamente, é difícil às vezes executarem-se as obras na altura certa. As coisas não correm como queremos, mas isto é uma situação pontual. Não pode ser uma situação recorrente ou estrutural porque senão alguma coisa estamos a fazer mal na nossa gestão. -----

Confesso que se isto fosse uma empresa, uma S.A., o Senhor Presidente devia continuar aqui mais 20 anos porque, se fôssemos todos acionistas desta Câmara S.A, que dá 16 milhões de lucro ao final de três anos, tínhamos dividendos disto. Isto era fantástico. O problema é que isto parece a velha história do gerente que comprava, comprava, ficava de pagar e depois, como não declarava as coisas, dava sempre lucro. Na prática, aquilo que estamos a falar é que tem um saldo negativo com os Covilhanenses de 16 milhões de euros nos últimos três anos e, portanto, aquilo que o Senhor tem que dizer é que o seu mandato é um prejuízo em termos do que são a obra, a vida e a qualidade de vida dos Covilhanenses de 16 milhões de euros nos últimos quatro anos ou durante os últimos três anos. -----

Aceito que haja aqui situações excecionais. Só que o problema disto é que temos uma coisa que ninguém contabiliza. Há bocado o Deputado Hugo Ferrinho falou nessa questão. É que se perdeu aqui 1.600.000 €. Isto é o custo da inércia, Senhor Presidente. É dinheiro deitado pela janela porque não se faz, não se consegue fazer ou não se quer fazer. Aí cada um tira as suas ilações, mas aquilo que existe é que efetivamente existe dinheiro deitado pela janela. Fico muito preocupado que, em termos de execução orçamental e em termos de gestão, o Senhor Presidente venha dizer que tem uma boa notícia com um contrato que andou a pagar 3 milhões de euros adiantados a uma empresa e que agora, no final do contrato, afinal descobriu que ia receber 3 milhões de euros. Acho que isto é revelador do que é que é uma boa gestão desta Câmara.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Para além da apreciação que já foi feita pelo camarada Marco Gabriel, da leitura das duas folhas da demonstração dos resultados e de uma análise dos números, leva-nos a concluir que existe um saldo crescente desde 2022 de 11 milhões para 13 milhões e de 13 milhões para 15 milhões, o que se traduz numa coisa: a Câmara Municipal tem recursos financeiros que não utilizou para resolver problemas das populações. É a leitura. Não há outra. Há obras que estavam previstas que não se concretizaram. É evidente que o dinheiro não se gastou, nem se utilizou o dinheiro para dar resposta a outras necessidades da população e transitou. Mas dizer aqui que é uma boa gestão porque se reduziram 309.000 € da receita ao nível dos impostos diretos, esquece-se de dizer que a Câmara Municipal teve um aumento de receita nas receitas correntes de 3 milhões. Ou seja, os 13 milhões das receitas correntes da Administração Central compensaram perfeitamente a redução de impostos. -----

Depois da análise do mapa das despesas, aquilo que se verifica nesta demonstração de resultados, com estes números muito agregados e com esta leitura, enfim, global, é que nas despesas correntes há um aumento da despesa com pessoal, com aquisição de serviços, juros, transferências, etc. e depois nas despesas de capital há uma redução da despesa. Ou seja, verifica-

se de facto aquilo que tem sido a tónica das várias intervenções, principalmente da oposição, de referir e sublinhar que há obra que não foi feita, que deveria ter sido feita e as necessidades existem. É que o problema é que as necessidades existem. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra o referiu e possivelmente todos os presidentes de junta de freguesia têm o mesmo problema. -----

Vamos chegar ao final do ano, faltam seis meses para este mandato, há falta de empreiteiros, de mão-de-obra, de empresas... e os problemas não se resolvem. -----

Vamos esperar que no próximo mandato, de facto, se faça aquilo que é necessário fazer e que falta fazer porque ter dinheiro e não resolver problemas... Senhor Presidente, ainda há pouco referi de manhã que com 100.000 €, se calhar nem tanto, resolvia o problema dos transportes da Zona Norte e da Zona Sul do Concelho e da zona Nascente. Resolvia perfeitamente isso. Resolvia o problema das populações e tratava as populações do Sul e do Norte do Concelho de forma igual porque têm esse direito. -----

O saldo aqui apresentado torna-se, direi, mais escandaloso quando existem estas discriminações no Concelho e dependem da Câmara a sua resolução. Fico revoltado. Perante este saldo, fico revoltado que não se dê às populações do Norte e do Sul do Concelho os mesmos direitos que a população da Grande Covilhã tem.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Sou dos que pensam que não há nada mais fatigado do que a língua. E a política, para nós Movimento, não é palheta, para nós é ação. A política não pode ser esta palheta. Os Covilhanenses não querem isto. Querem que o Senhor Presidente faça as obras e, por mim e pelo nosso Movimento, vou acabar com a sua frase: “quem vencer nas próximas eleições, não vai ter problemas financeiros na Câmara. Isso é o que interessa. Faça as obras, Senhor Presidente. Vamos embora. Faça as obras.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Esta história é como há bocadinho a da empresa que o Senhor Presidente estava a falar que criou centenas de postos de trabalho, que aumentou, mudou de sítio e criou uma nova instalação, mas a notícia que o Senhor Presidente tinha anunciado era sobre a fábrica de diamantes. Aqui é mais ou menos a mesma coisa. Fui confirmar a notícia. -----

Há anos nesta casa, e eu estou pelo menos aqui em segundo mandato, que dizemos que o saldo de gerência dos últimos anos era demasiado alto para as necessidades que o Concelho da Covilhã tem e as suas freguesias em particular. O PCP teve excelentes intervenções aqui, agora, que subscrevo na íntegra. Outras também, mas particularmente a questão das freguesias. O Senhor Presidente não precisa de abrir concursos públicos para tudo. Há uma série de instrumentos que estão ao seu dispor, como Presidente da Câmara Municipal, que pode executar. -----

Quando o Senhor Presidente diz, sobre o estorno, que a Câmara Municipal teve uma receita a haver de 3 milhões de euros por sair da EDP para a Endesa, as reposições não abatidas aos pagamentos têm reflexo na receita. O que é que isto tem que ver? Receber e ter mais receita diminui as despesas de capital? Então está a dizer que não investiu porque recebeu 3 milhões. O Senhor Presidente investiu 1.600.000 € a menos no último ano do que tinha investido no anterior.

Teve este défice de 1.600.000 € de investimento. Isto não tem que ver com o dinheiro que o Senhor Presidente arrecadou. Concordo que é escandaloso. Acho que a palavra da Assembleia de hoje é: «escandaloso». -----

Mas independentemente do dinheiro que transita de receita, temos o dinheiro que não foi investido e que podia ter sido investido. Se formos ver as contas que o Deputado Marco Gabriel apresentou, e muito bem, o Senhor Presidente apresenta uma taxa de execução do Orçamento Municipal e olha para o orçamento inicial que aqui apresenta quando temos em conta o dinheiro acumulado, o orçamento apresentado e as alterações orçamentais modificativas ficam abaixo do que está estabelecido na lei. Ou seja, os Covilhanenses estão com um partido, que se diz Socialista, a ter menos investimento no Concelho e esta é uma situação escandalosa. -----

Com franqueza, não percebo como é que na despesa são as reposições abatidas aos pagamentos quando são acertos feitos no próximo ano. -----

Vou-lhe dizer uma última coisa: com o mapa enviado a este Órgão era mais fácil ter esta discussão. Há bocado estava a dizer que manda informação a mais na informação escrita, com informação discriminada neste ponto estaríamos a ter uma discussão melhor porque poderíamos ver em cada rubrica o que é que ficou por executar, o que é que não ficou e não apenas andarmos a puxar pela cabeça. Todos nos lembramos de quase duas dezenas de obras vencedoras do Orçamento Participativo de 2014 e 2015 que agora, dez anos depois, estão por executar. Todos nos lembramos da Avenida Montes Hermínios, que o Presidente já comentou aqui hoje também. Todos nos lembramos de uma série de coisas prometidas, o pavilhão multiusos... Já falámos de uma série de coisas, que todos conseguimos de cabeça pensar em dezenas de investimentos que não foram executados, muitos dos quais não precisam de concursos públicos ou adjudicações. Mas ainda há mais que não estão aqui discriminados que poderíamos estar a discutir. -----

Não vale a pena insistir nisto. O Senhor Presidente está a gerir a Câmara Municipal. Nunca imaginei dizer ao Partido Socialista que está com défice de investimento. O Senhor desce impostos, diz que faz obra, mas vê-se pouco. O Teatro Municipal, é verdade. Parabéns. Foi feito. É muito bom para o Concelho. Pagámos 1 milhão de euros a mais, que as obras atrasaram um ano e temos que pagar face aos fundos comunitários que tínhamos recebido... E é chocante para mim estarmos quase a terminar o mandato e dizer ao Partido Socialista que «parabéns por reduzir os impostos», ... O meu partido foi a eleições. A coligação em que participei cumpriu as promessas que apresentámos aos cidadãos e depois não cumpriu as suas. Isto é que acho chocante.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “estamos aqui com vários níveis de discussão e vamos separar as águas. -----

Contrato da EDP – Estamos a falar de um contrato de consumo que, com as medidas de eficiência energética que implementámos, permitiu poupar 3 milhões de euros. Quando falei em boa gestão é mesmo boa gestão. Isto é um ato de boa gestão. Ninguém falou aqui em reposições abatidas aos pagamentos. O valor não foi pago à EDP. Ninguém adiantou nada. Com todo o respeito, vai uma confusão muito grande. Existia uma poupança de energia que deixou de ser faturada pela EDP. --

O que é o estorno? É o valor que vem em termos de cabimentação orçamental. Esse valor foi, na prática, o resultado de uma poupança de energia. Portanto, acertadas e feitas as contas, ganhámos 3 milhões de euros nesse contrato por via das medidas de eficiência energética. Portanto, isso aí que fique muito claro. Isto é público. Vocês podem ir à EDP, a gente pode-vos dar os números, as faturas (olhem que são muitas) e dedicarem-se a olhar para lá e não de chegar a estas conclusões. -----

Senhor Deputado Vítor Tomás Ferreira, agradeço a amabilidade que teve em registar o excelente investimento feito ali no Refúgio com valor até considerável. A verdade é que isso é obra. Isso é ação. Não foi fácil conseguir que lá fossem fazer essa obra pelo preço que propusemos. -----

Há uma coisa que não posso deixar aqui passar em claro, é que ninguém se pode esquecer, e não queria visitar este assunto, mas tenho que o visitar, que cheguei à Câmara com a Troika no Terreiro do Paço e com a Câmara falida. -----

Quando começo a levantar a cabeça, cai-nos a pandemia em cima. Em tempos de pandemia, fazemos obra? Viram fazer obras em algum lado durante o período da pandemia? E, depois, os efeitos colaterais da pandemia: juros, aumento do preço dos custos de mão-de-obra, dos materiais, ... -----

Estávamos a levantar a cabeça da pandemia e cai-nos a guerra em cima com estas consequências todas que ainda hoje estamos a sofrer. -----

E, entretanto, vem uma coisa altamente virtuosa que é o PRR, mas o PRR é um presente envenenado sob este ponto de vista porque, na verdade, todos os presidentes de câmara de todo o país tentam e esforçam-se para que as obras sejam adjudicadas, por valores justos, corretos e equilibrados, e não o conseguem fazer. Repito que o Ministro da Coesão Territorial disse-o há dias na televisão com todas as letras, a menos que vocês discordem também dele ou pensem que ele é mentiroso, que não tem queixas dos presidentes de câmara de todo o país de que não conseguem fazer as obras ou algumas obras porque elas ficam desertas. Estamos a falar de obras com algum volume. E temos o exemplo recorrente: falem com o Senhor Presidente do Peso e Vales do Rio e pergunte-lhe quantas obras lá tem com volume e quantas vezes é que elas ficaram desertas. -----

Portanto, não tentem fazer demagogia com coisas que são claras. Estamos aqui, no fundo, para vos dizer que estamos a incorporar o saldo do ano anterior no Orçamento de 2025. Ponto. Esta é a questão essencial. É para quê? Para reforçar as verbas que já estavam inscritas no Orçamento e que todos querem que se realizem. Se as queremos realizar, temos que incorporar o saldo. Temos que alocar esse dinheiro a essas obras, umas que se consigam concretizar até ao final do meu mandato. Teria o maior prazer em que a maior parte delas se consigam concretizar, mas se ficarem em andamento já é muito bom. Se ficarem com algumas delas já lançadas com o contrato adjudicado, encantado da vida. Só assim é que avança e avança com dinheiro, como é natural. ---

Portanto, não vale a pena andarmos aqui com leituras ínvias e sobretudo com o problema da taxa de execução porque há aqui um problema que vi que ainda não entenderam com todo o respeito. A taxa de execução é medida pela cobrança de receita relativamente à previsão. Pode-se tentar

alterar a contabilidade pública, mas a taxa de execução orçamental é apurada, repito, com base na receita cobrada relativamente à estimada.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental, foi a mesma aprovada por maioria com 28 votos a favor (PS, Movimento “Covilhã Tem Força” e DMI’s) e 08 abstenções (PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV).**

**Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV), Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e ainda, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Deputado Municipal Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS).** -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “A abstenção do CDS – Partido Popular nesta matéria (e estamos a discutir o desempenho, estes números apresentados para o desempenho orçamental de 2024 da Câmara Municipal da Covilhã), tem a ver que, de facto, são números da Câmara, cujas contas serão prestadas em devido momento e em devido momento iremos nos pronunciar como deve ser e na posse de todos os elementos. -----

No que diz respeito ao desempenho orçamental que está ligado à execução orçamental, tenho que ler ao Senhor Presidente da Câmara, e quero que fique em ata para o Senhor Presidente da Câmara também perceber, aquilo que está no conselho de finanças públicas do país que diz «*a execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento de despesas previstas no Orçamento do Estado.*». Portanto, na Assembleia Municipal é exatamente a mesma coisa. Portanto, não estamos a falar que a taxa de execução é entre a receita cobrada e a receita prevista. Estamos a falar de execução orçamental. Estamos a falar entre o que é cobrado e o que é gasto e, portanto, aquilo que estamos a falar aqui em termos de desempenho, e o CDS, apesar do miserável desempenho orçamental que existe na Covilhã, abstêm-se porque isto é um número provisório da Câmara que só será avaliado em devido tempo na prestação de contas da Câmara.” -----

### **3.6 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA N.º 1**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de fevereiro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º

33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 1279 de 17.02.2025 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- **Ausentou-se da sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, não participando na apreciação e na votação do assunto.** -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** abdicou do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Depois do desempenho orçamental, resta fazer a aplicação destes 16.5 milhões de euros. -----

Sendo claro novamente (que é isso que o Senhor Presidente da Câmara Municipal nos pede aqui para esclarecermos os munícipes do Concelho), para onde é que vai este valor? Muitas vezes aquilo que é colocado é que vai só para obra. Portanto, estivemos aqui à espera do PRR, das obras que atrasaram, das empreitadas em que não aparecia o empreiteiro, etc. -----

Vamos então ver para onde é que vão estes 16.5 milhões de euros. Estes 16.5 milhões de euros vão para despesa corrente, aquisição de bens e serviços. 4.600.000€ em 10 milhões que estavam previstos inicialmente. Portanto, a despesa corrente aumenta 43%. Nos bens são 40% de aumento e na aquisição de serviços 43% de aumento. Veja-se, por exemplo, o caso do fornecimento de refeições. O fornecimento de refeições aumenta 536.000€ em 912.000€ que estavam inicialmente previstos. Aumenta 58%. O fornecimento de refeições não está previsto na base do ano letivo do ano passado? Houve assim um incremento tão grande de 58% de aumento? Aumentou a refeição individual em 58%? Há aqui qualquer coisa que não está a bater certo porque estamos a falar de despesa corrente. -----

Na parte da aquisição de bens e serviços aumentaram 4 milhões de euros. Já relativamente às transferências e subsídios correntes aumentaram 3 milhões de euros, quando estavam previstos outros 3 milhões. Portanto, os tais 97% se calhar são daqui. Ou seja, transferências e subsídios correntes vão aumentar 97%. Não sei se foi algum erro com os 97% de há bocado. As transferências e os subsídios correntes não estão também no Orçamento anual que nos foi aqui apresentado e que nos disse que é um Orçamento para cumprir? Faltava lá outro tanto? Pusemos lá 3 milhões, mas afinal eram 6 milhões e falta lá outro tanto? -----

Depois, a aquisição de bens de capital - 6.068.000€, em que 3.600.000 € vão para alcatrão. Portanto, neste último ano de mandato, 3.600.000€ vão para alcatrão e depois estamos a falar de transferências e subsídios de capital no valor de 3.200.000. Não sei se aqui é o estorno da EDP que foi possível então fazer mais transferências e subsídios de capital, porque também bate certo uma coisa com a outra. Portanto, quando estavam previstos 2 milhões de euros. Estávamos à espera do estorno da EDP, as reposições não abatidas, o que quiserem chamar, para acrescentar aos subsídios que tínhamos de dar às coletividades. Assim, estamos à espera dele para transferir para as instituições sem fins lucrativos, para transferir para as freguesias, para transferir para as empresas públicas municipais. Ou seja, estamos a falar de 1.100.000€ para instituições sem fins lucrativos, 1.300.000 para freguesias e 700.000€ para empresas municipais. -----

Algumas preocupações: das instituições sem fins lucrativos, apenas 500.000 € são para as IPSS's com obra a decorrer no âmbito do PRR. Se somarmos as cinco obras que estão a decorrer no Concelho da Covilhã, em termos dos montantes que estão a ser investidos no Concelho e o que isso significa em termos de desenvolvimento para cada uma das freguesias e para o concelho, estamos a falar provavelmente da maior obra que está a ser implementada hoje em dia no Concelho da Covilhã e, se calhar, dos últimos tempos. Vai ser difícil estas instituições cumprirem aquilo que está, até porque o PRR tem rácios que diz que é a 100% que financia e vai-se ver e acaba por não ser a 100%. Estas instituições precisam de funcionar e é uma grande preocupação que aqui coloco. -----

Relativamente às empresas públicas municipais, estes 700.000€... percebermos porque é que estão aqui mais 700.000€ incrementados, não num Orçamento inicial, mas numa incorporação de saldo porque na incorporação de saldo fundamentalmente aquilo que devia servir era aquilo que vem no discurso do Senhor Presidente antes. Ou seja, tínhamos aqui disponíveis 13 milhões, a EDP fez-nos um estorno de 3 milhões, ficámos com 16 milhões e vamos aproveitar isto tudo para dar um incremento ao desenvolvimento, às obras, àquilo que é necessário fazer e aos vários pedidos que as freguesias aí têm. -----

Sinceramente, não consigo perceber como a Junta de Freguesia da Boidobra ficou à espera um ano e meio de um apoio de 16.000€ + IVA no âmbito de um Regulamento Municipal porque, afinal, havia dinheiro! Ou seja, há aqui alguma coisa que não está a funcionar. -----

Uma vez mais digo, muita coisa foi feita, alguma foi a resolver problemas antigos. Podíamos ter caminhado mais e um grande desafio para o próximo mandato e para quem esteja aos destinos do Executivo Municipal é efetivamente perceber a questão da hierarquia, da organização da Câmara Municipal e como é que a tornamos mais eficiente para dar resposta às pessoas, para dar resposta às entidades sem fins lucrativos e para dar resposta às freguesias que muitas vezes ficam meses e meses sem receber um email de resposta.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Vou dizer aquilo que digo sempre nesta matéria orçamental e nos instrumentos previsionais. Esta Câmara, infelizmente, habituou-nos a que os instrumentos previsionais sejam um instrumento de fé. As opções que são dadas não são

as nossas, obviamente. Estamos a falar efetivamente da aplicação do saldo de gerência e a distribuição desse saldo de gerência pelas prioridades da Câmara. -----

Acho que o Deputado da CDU ou o Presidente da Junta da Boidobra já fez o favor de explicar a distribuição que é feita e vê-se que, afinal de contas, investimento é pouco. -----

Admito que é uma opção da Câmara, é um instrumento da Câmara e que o CDS nunca votaria contra, nem nunca votará contra um orçamento ou um instrumento previsional. -----

Queria, pelo menos, ter a esperança que o Senhor Presidente de Câmara em funções deixasse um legado a quem viesse substituí-lo, inclusivamente que servisse de formação para o próximo presidente de Câmara. Felizmente, temos uma vantagem: é que, de facto, a Covilhã vai-se ver livre deste Presidente daqui a seis meses e, portanto, deixa um legado pelo menos de tentar cumprir aquilo que o Senhor põe no papel porque, desde o início do seu mandato, não houve um Orçamento que tivesse sido cumprido em termos de investimento. O Senhor cumpre porque tem que cumprir a despesa corrente; cumpre porque tem que cumprir o pagamento dos salários; cumpre aquilo que tem que cumprir; aquilo que o Senhor se compromete com os Covilhanenses, que é o bem-estar dos Covilhanenses, não cumpre. -----

Portanto, fico à espera mais uma vez e dou-lhe mais uma vez esse benefício da dúvida que me prove e que o Senhor, quando saia, diga “afinal de contas, tenho aqui a execução orçamental deste ano e é de 110%. Fiz mais do que o que devia.” Eu adoraria, mas infelizmente não tenho fé nisso.”

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD-PSD):** “A bancada do PSD vai votar a favor da alteração orçamental modificativa porque, estando aprovada a integração do saldo, é obrigatório haver uma alteração orçamental modificativa e, portanto, nesta matéria votamos a favor. -----

Dito isto, sobre o que foi dito e sobre o conteúdo do documento, duas clarificações: -----

Senhor Presidente, se me permite e com o mesmo respeito que tem por mim, estorno não é poupança. É uma devolução. É correção de um erro. Disse que era um estorno, pois já não era um estorno. O que aconteceu aqui com a EDP foi a correção de um erro. -----

Segundo ponto para as pessoas que estão a assistir. Entramos aqui no calor do momento e convém não nos esquecermos que quem está em casa a assistir pode não estar a par destas matérias. O Senhor Presidente quando falou como é que se calcula a taxa de execução do orçamento disse mais ou menos isto: é a receita arrecadada a dividir pela receita prevista para o ano. Isto é a taxa de execução de receita. Senhor Presidente, não falou na taxa de execução da despesa que é calculada pela despesa paga a dividir pela despesa adotada para o ano. Omitiu, certamente por lapso, e não mencionou a percentagem da taxa de execução da despesa. -----

O que o Senhor Presidente acabou aqui de dizer, voluntária ou involuntariamente, foi admitir que, como não tinha receita para fazer face a despesa necessária e para não a inventar, suborçamentou tudo e agora ajusta com o saldo de 2024. -----

Como foi aqui dito antes de mim, isto é tolerável nas despesas de capital, mas nas despesas correntes é, mais uma vez, escandaloso.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Tenho assistido aqui a este debate com alguma atenção e não sendo também, como é lógico, especialista na área financeira, sou pelo menos um bom ouvinte ou pelo menos assim me quero considerar. E, de facto, a intervenção aqui do Deputado Marco Gabriel denotou alguma incoerência daquilo que foi esta última meia hora que tivemos nesta Assembleia. E passo a explicar porquê. O próprio Deputado Marco Gabriel consegue, nesta intervenção que agora fez, denotar uma necessidade prevista no âmbito das IPSS's e daquilo que são as obras que estão a decorrer. Portanto, há uma necessidade de apoio financeiro extra para além daquilo que estava inicialmente cabimentado por motivos daquilo que é o enquadramento económico, daquilo que é a disponibilidade, aquilo que é o aumento das matérias-primas, etc., que vai haver essa necessidade e socorre-se agora da Câmara Municipal (e bem). O Partido Socialista assim o entende também: que deve ser a Câmara Municipal também a ajudar as próprias IPSS's. -----

Este é o documento que exatamente dá essa possibilidade, dá o garante a esse sustento às próprias IPSS's que, face a esse constrangimento que houve e que há do ponto de vista da economia nacional, nomeadamente no setor da construção, objetivamente vai dar resposta. ----

Se é de 500 ou se é de 600, Senhor Presidente Marco, não sei porque objetivamente não tenho conhecimento daquilo que são os valores envolvidos, nomeadamente nas obras das IPSS's e quais são os valores necessários de garantia. -----

A verdade é que, e este é o facto objetivo que temos de ter noção, a Câmara Municipal está capacitada para dar resposta a esses imprevistos que vão acontecer pelo caminho e, portanto, há essa mensagem que temos que ter de conforto para as nossas associações, para os nossos concidadãos que, de facto, a Câmara tem uma capacidade de resposta como provavelmente nunca teve. Porque o debate que hoje aqui temos - e é isso que é preciso também clarificar por parte do PSD e do CDS -, é se queremos voltar aos anos anteriores a 2013, que é gastar por gastar, custe o que custar, daquilo que seja o dinheiro dos contribuintes e dos cidadãos covilhanenses, porque não interessa que uma obra que custe 50.000 € a gente pague 5 milhões por ela porque tem que ser feita ou porque é a nossa vontade ou porque é a vontade de um presidente ou de um indivíduo! -----

Não é nesse o modelo de gestão autárquico que, enquanto Partido Socialista, nos revemos. -----

Relativamente à proposta, como é evidente, o Partido Socialista irá votar favoravelmente, não só pela importância que este documento tem para a execução do exercício governativo, mas acima de tudo pelas opções que estão também a ser definidas porque ao contrário desta visão enviesada de olharmos para um documento por quatro pontos não é justa e reconheço ao Deputado Marco capacidade para conseguir fazer uma análise mais desconstruída e mais detalhada sobre aquilo que é o documento. Esqueceu-se de referir que dentro daquilo que são os valores atribuídos, e percebendo também a forma como o fez, é importante referir que, com esta alteração modificativa, o Município está hoje capaz de prosseguir aquilo que é a requalificação do Parque Escolar, a tal requalificação do Parque Escolar que o Presidente Rui Amaro referiu há pouco que

estava a acontecer em Peso e Vales do Rio, aquela que é necessária fazer em outros agrupamentos escolares. Esta verba e esta dotação que estamos aqui a aprovar é que vai dar essa possibilidade.

É possível também, com esta alteração modificativa, que seja concretizada a reabilitação e a modernização do Mercado Municipal. O Partido Socialista vem defender esta intervenção há muitos anos e esperemos sinceramente que seja este ano possível que essa modernização aconteça. -----

Também, como há pouco disse, esta verba não vai só apoiar a construção de lares e centros de dia, as próprias IPSS's que estão a ser necessitadas, mas também há aqui outra rubrica que não foi falada - que é muitas vezes falada quando há incêndios, quando as coisas correm mal e temos aqui novamente vídeos -, que é um reforço na verba da rubrica da Proteção Civil. Sim, porque comprometemo-nos e aqui nesta Assembleia exigimos ao Executivo Municipal que a rede de reservatórios no município seja aumentada para aumentarmos a nossa capacidade de intervenção. Requeremos aqui ao Executivo Municipal que atribui e consiga financiar novos meios para os Bombeiros da Covilhã e que, com esta modificação, será possível que isso também aconteça. -----

Mas também há outro ponto e relembro que no ano passado disseram nesta Assembleia que se tinha desistido da requalificação do Parque da Goldra. Bem, aquilo que vejo nesta alteração modificativa é exatamente esse cumprimento da promessa de que o Parque da Goldra será devidamente requalificado e vai começar a ser intervencionado durante este ano. -----

Por isso, o Partido Socialista votará favoravelmente aquilo que é esta proposta de alteração modificativa, acima de tudo por aquilo que é o compromisso que aqui é assumido de execução em prol da Covilhã e dos Covilhanenses.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Não há incoerência. Isso é um exercício forte de poder. Aliás, nestes últimos pontos, aquilo que assistimos aqui foi uma baixa taxa de execução de utilização do tempo por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. É porque não há muito para dizer. Eu percebo esse esforço. -----

Relativamente às escolas, aquilo que aqui vejo é uma diminuição relativamente ao Orçamento inicial e não aquilo que estava programado. Mas queria juntar a esta incoerência, pelo menos esta caracterizada incoerência, a justiça de também reconhecer que, efetivamente, estamos num final de ciclo de executivo camarário de um partido – o Partido Socialista – em que não temos rendas hipotecadas da habitação social para os próximos 25 anos.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “não faço processos de intenção e de achar que algumas interpretações que são feitas acerca deste documento sejam feitas de má-fé, desde logo uma questão que suscitou o Senhor Deputado Marco Gabriel que tem a ver com a questão das refeições. Uma nota preliminar: o processo de gestão orçamental que permitiu alocar verbas a obras que estão em concurso nestes meses iniciais do ano e como concurso de refeições para o próximo ano letivo, e estou a tentar ser o mais claro possível, só é lançado após esta revisão, procede-se agora ao reforço. Disse aqui em dezembro, quando discutimos o Orçamento, que o

que está a acontecer hoje ia acontecer. Os senhores não estão a ser confrontados com nenhuma novidade. Antevi e não era difícil antever. Tecnicamente é fácil concluir que tínhamos que incorporar este saldo de gerência, reforçando as verbas. -----

Aliás, muitos Senhores Presidentes de Junta e muitos Senhores Deputados Municipais colocaram a questão neste modo: “só estão aqui 10.000€ para a obra X; só estão ali 20.000€ para a obra Y quando elas custam muito mais!” Eu disse: “atenção que, quando incorporarmos o saldo de gerência, vamos reforçar essas verbas e essas rubricas.” E é o que estamos aqui hoje a fazer. -----

Esta questão do reforço, como disse, foi dito aquando da aprovação do Orçamento para 2025. A questão já foi aqui colocada com esta clareza e com esta frontalidade. Aliás, está gravada e está em ata. É revisitarem a gravação e verão que aquilo que vos estou a dizer já o tinha dito em dezembro. Não estão a ser confrontados com novidade nenhuma e isso ficou aqui bem patente e bem claro. -----

Outra questão que também não posso deixar passar em claro, que é a seguinte (e convém que não se faça nunca demagogia com isto): o aumento da despesa corrente resulta também do aumento da despesa da descentralização que é compensada pela receita que vem da Administração Central, como é natural. -----

Rematando sob este ponto de vista mais técnico, dizer-vos que não temos é uma taxa de execução de 30% como havia antigamente. Sei que isto custa a aceitar, custa a admitir, custa a encaixar, mas a verdade é que fazemos documentos o mais rigorosos possível, daí termos tido elevadíssimas taxas de execução. -----

Mais ainda: os nossos concidadãos que nos estão a acompanhar neste momento sabem bem que estas contas são todas vistas à lupa. A Inspeção Geral de Finanças pode vir à Câmara Municipal da Covilhã e vai analisar estas contas e vai ver como elas estão. O Tribunal de Contas pode fazê-lo na mesma. As contas têm que refletir a realidade e estão a refletir a realidade. Estamos a cumprir as Leis da República neste domínio. -----

Onde é que aplicamos estes 16,5 milhões? Não vou ser exaustivo, mas algumas coisas vou aqui deixar dito ou repisado, ou sublinhado. -----

Na receita, nesta alteração modificativa, que é deste montante, reconhece a comparticipação no Centro de Cultura Contemporânea da Beira Interior, no Centro de Negócios e Serviços, nas Obras do Mercado Municipal porque, embora elas não vão ser já executadas, o projeto está em curso e fica dotado. Poderemos até conseguir lançar ainda, porventura se o projeto se adiantar, a empreitada, mas isso já é outra questão e não posso prometer aquilo que não tenho a certeza que vou cumprir. Que o projeto fica prontinho, fica. Fica cá dinheiro para isso, fica. -----

Reconhece também o projeto de Inclusão pela Cultura no âmbito do Centro 2030; o programa Transformar Turismo Aldeias de Montanha, no âmbito da estratégia de eficiência coletiva do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos. Estou a falar no que diz respeito à receita. -----

Depois, relativamente ao incremento à despesa, quero salientar aqui os seguintes projetos e os que cá não estão não é por não serem importantes, apenas não consigo elencá-los a todos, mas salientar estes: Centro de Cultura Contemporânea da Beira Interior, como já disse, que é a

reabilitação do edifício junto à Igreja de Santa Maria com capacidade para exposições temporárias, oficinas culturais de oferta educativa, café concerto, anfiteatro em jardim interno e com ligação a este auditório. No futuro hão de dizer “o tipo tinha razão. Ele deixou isto adiantado, comprou, deixou o dinheiro, deixou o projeto e as coisas vão andar.” Isto não são miragens. Isto não é ilusionismo. -----

Depois temos o projeto de habitação a custos acessíveis das Beiras e Serra da Estrela que é da nossa comunidade; apoio à construção e instalação de lares e centros de dia. Aquela verba não é só para apoio ou reforço das obras que estão em curso. É para outras despesas sociais também. Não se pense que vamos alocar toda aquela verba às obras que estão em curso. Era o que faltava, com todo o respeito. É que temos outras frentes da ação social no que diz respeito a lares e centros de dia que também têm de ter o seu apoio noutras vertentes. O Parque da Goldra, como já aqui foi salientado; a pavimentação de arruamentos em freguesias. Não vou aqui pormenorizar, mas já hoje falámos aqui em vários. A empreitada de requalificação da estrada de Ponte de Alvares até ao Ferro. Já posso adiantar que a obra começará em Peraboa em direção ao Ferro e depois os restantes troços, daquele T que aqui costumo falar, avançarão a seu tempo porque não podemos fazer a obra de uma só vez, na medida em que os carros precisam de circular de um lado para o outro de maneira que depois as pessoas ficavam impedidas de circular para as suas residências e fazerem as suas vidas. Esta requalificação vai ser feita. -----

Reportar-me aqui à Requalificação da Estrada Nacional 18-4, entre a rotunda do Eixo TCT e a Zona Industrial do Tortosendo, incluindo as obras de urbanização na envolvente do Quartel da Guarda Republicana. Também é preciso fazer essas obras. Empreitada de pavimentação da área urbana da Grande Covilhã – aquele troço que já vos falei entre a Rua Humberto Delgado e a Rotunda do Operário aqui no centro da cidade e o caminho de ligação da Rua da Calva à Escola Básica de São Domingos, uma antiga reivindicação e que vem facilitar a vida e a acessibilidade aos pais, alunos, encarregados de educação que se deslocam naquelas imediações; o Mercado Municipal, de que já vos falei – reabilitação e modernização do espaço existente; o programa Transformar Turismo Aldeias de Montanha, que também já aqui referi; o Centro de Negócios – Temos que recuperar um edifício no centro da cidade para instalação de espaço de cowork e empresas... -----

Sei que isto custa a ouvir, mas tudo isto está previsto e está tudo em andamento. -----

Apoio às Juntas de Freguesia para despesas de capital; despesas gerais de funcionamento; apoio aos bombeiros – vamos custear a aquisição de um veículo que custa 360.000€ de combate a fogos urbanos, adaptado à nossa realidade. É que temos que proteger e temos a obrigação de proteger o melhor que soubermos e pudermos os nossos concidadãos, os seus bens, os seus haveres e eles têm que estar seguros; reforço de mais três reservatórios para que o helicóptero lá vá buscar a água para mais rapidamente conseguir combater a progressão dos incêndios; os transportes escolares, que quem me dera que fossem no valor e no montante que dizia ali o Senhor Deputado Vítor Silva. Se fossem 100.000 €, era já. É um problema de desigualdade, mas a culpa não é da Câmara. É dos governos da República, do anterior governo e deste. Várias vezes em público disse-o ao anterior Primeiro-Ministro, como direi a este quando o confrontar, quando estiver com ele ou quem o representar para o efeito que é uma injustiça as pessoas pagarem o passe que pagam

nas áreas metropolitanas e nós temos que pagar aquilo que pagamos. O Senhor falou aí de 115 € ou 120€. Isso é que é escandaloso. -----

Depois temos outras obras com educação, eventos culturais no Teatro, aqueles eventos que aqui falei de manhã no âmbito da política de cultura, as festividades cíclicas porque também temos que dar azo à nossa convivialidade. Temos que celebrar a cultura, celebrar os nossos valores, as nossas tradições e estou a falar do Carnaval, do 25 de Abril, do Dia Mundial da Criança, do 20 de Outubro, do Natal, da Passagem de Ano... Estas verbas têm que estar aqui previstas, como não podia deixar de ser. Temos a Feira de Santiago, atividades desportivas. Já hoje se falou aqui tanto em desporto. As infraestruturas desportivas que já aqui falámos. Como poderão consultar no documento, parte significativa destas obras são plurianuais, podendo ser começadas este ano e ser continuadas em 2026 e 2027. Mas já cá está o dinheiro. Ninguém vai ficar descalço. Não deixo cá dívidas. -----

Isto para dizer que este dinheiro não é para malbaratarmos ou metermos debaixo do colchão contrariamente ao que aqui se insinuou. É para executar. Não posso é agarrar nas abas do casaco do gerente de uma empresa e obrigá-lo a aceitar e a concorrer a uma obra que ele não quer fazer.

Este dinheiro é para esta finalidade. Já o tinha dito aqui em dezembro e estou apenas a repetir, dando alguns exemplos. Muitos ficaram de fora. Não me levem a mal os senhores presidentes de junta e os senhores deputados municipais que naturalmente preocupam-se com tudo, mas cada um está mais preocupado com aquilo que tem que gerir diretamente o que é natural. -----

Estão cá as rubricas, algumas rubricas genéricas onde cabem obras que não estão especificadamente mencionadas. Não se preocupem com isso que elas lá estão previstas. -----

É por este caminho que vamos seguir, caso as Senhoras e Senhores Deputados Municipais entenderem que esta alteração orçamental modificativa, que é a primeira do ano de 2025, tenha esta finalidade que é virtuosa, boa e não é para brincar com o dinheiro.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Alteração Orçamental Modificativa n.º 1**, foi a mesma **aprovada por maioria com 32 votos a favor (PS, PPD/PSD e DMI's) e 05 abstenções (CDS-PP, CDU – PCP/PEV e Movimento “Covilhã Tem Força”)**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e ainda, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Deputado Municipal Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS).**

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “O Grupo Municipal da CDU absteve-se na sequência também do que foi a nossa abstenção no Plano de Atividades e Orçamento. É evidente que o Plano e estas modificações não correspondem às nossas prioridades e às prioridades que, de facto, a CDU na gestão iria incluir, desde logo o pagamento dos passes e da bilhética às populações da Zona Sul e da Zona Norte do Concelho, só para dar esse exemplo, e também porque,

quer queiramos quer não, estas modificações, a inclusão do saldo e todo este conjunto de promessas e de obras que não acreditamos que em seis meses, de facto, a Câmara consiga executar. Irá com certeza investir naquilo que é mais visível à população num ano de eleições, o que é costume e hábito, e que a avaliação de tudo isto será numa próxima Assembleia Municipal em 2026, onde possivelmente muitos de nós irão estar presentes e outros nem tanto. -----

Mas pronto, deixamos isto, de facto, para essa Assembleia Municipal avaliar da bondade das propostas da Câmara Municipal e das intervenções que estão inscritas neste Plano com estas modificações orçamentais.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “A nossa abstenção tem a ver com o facto também de, aquando da apresentação do Orçamento aqui nesta Assembleia, eu estava a representar o Movimento “Covilhã em Força” e também me abstive, dando assim o benefício da dúvida. -----

Acrescentar ainda que relativamente ao ponto anterior, como estava em causa a integração do saldo, votámos a favor. -----

Finalmente um pedido ao Senhor Presidente. Pode ser que arranjem uns euritos para tapar aqueles buracos ali para a Rua Comendador Gomes Correia. Aquilo parece o mar e ondas por todo o lado quando lá passamos. Passo lá todos os dias e o carro parece um barco.” -----

**Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “A nossa declaração de voto é muito simples e sendo uma questão de fé, como disse há bocado, apetece-me terminar com “que assim seja”. ----

Ouvindo o Senhor Presidente pela enésima vez a prometer que vai fazer isto, aquilo e aqueloutro quase me convenço ou quer me convencer que a Covilhã vai ser, de facto, um mundo maravilhoso nos próximos seis meses, mas infelizmente tenho que ser um bocadinho cético porque, se fosse a primeira vez, era capaz de acreditar. Agora não posso ser crédulo ao ponto de ser todos os anos a mesma coisa e depois estamos com 16 milhões ao final do ano sem executar.” -----

### **3.7 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE MEMORANDO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO AMIGÁVEL ENTRE O DISTRITO DE LONGHUA, CIDADE DE SHENZHEN, DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, E COVILHÃ, PORTUGAL**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de fevereiro de 2025, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea t) do n.º 1 do art.º 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 1421 de 21.02.2025 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os

efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** abdicou do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Não havendo intervenientes e colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Memorando de Intercâmbio e Cooperação Amigável entre o Distrito de Longhua, Cidade de Shenzhen, da República Popular da China, e Covilhã, Portugal**, a mesma foi **autorizada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso)**. -----

#### ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

## COVILHÃ TEM FORÇA

A alternativa existe!  
#ContinuamosJuntos

*Prezado e Estimado Presidente da **Assembleia Municipal**, restante Mesa*

*Excelentíssimo Senhor Presidente do **Município da Covilhã***

*Senhoras **Vereadoras** e Senhores **Vereadores***

*Senhoras e Senhores **Deputados Municipais***

*Estimados **Presidentes das Juntas de Freguesia** e das **Uniões de Freguesias***

*Prezados **Jornalistas***

*Minhas Senhoras e Meus Senhores*

É com profundo sentido de responsabilidade que me dirijo a esta Assembleia para abordar um tema que tem sido motivo de grande expectativa e emoção para as populações do nosso concelho e de todo o país: a desagregação das freguesias anexas pela chamada “Lei Relvas de 2013” ... no momento crítico da Troika.

**Queremos sublinhar, que as populações não podem nem devem ser tratadas como meros peões num jogo político.** O respeito pela dignidade e pelos anseios das comunidades locais deve estar acima de qualquer agenda partidária.

**As hesitações, os avanços e recuos, as contradições que têm caracterizado este processo legislativo são profundamente lesivos da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. As populações merecem clareza, transparência e, acima de tudo, respeito pelas suas legítimas aspirações.**

*Senhor Presidente, caros membros desta Assembleia,*

**As freguesias não são meras divisões administrativas num mapa.**

**São entidades vivas, com história, cultura e identidade próprias.**

**São territórios com alma**, onde gerações cresceram e desenvolveram um sentido de pertença que transcende as fronteiras administrativas.

Quando uma freguesia perde a sua autonomia, não é apenas um nome que desaparece ou uma junta que se dissolve. É uma parte da identidade coletiva que se dilui, são laços comunitários que se enfraquecem, é um património imaterial que se coloca em risco.

É certo que se torna incompreensível que se tenha aguardado até à véspera de novas eleições autárquicas para concretizar uma medida tão esperada. Ainda assim, a dúvida invocada pelo Presidente da República - *relativa à capacidade de aplicar o novo mapa já às eleições de setembro ou outubro* - revela uma preocupação meramente processual e burocrática que não se deve sobrepor ao direito das comunidades de recuperarem a sua autonomia administrativa.

É com profundo desagrado que observamos a forma como o Senhor Presidente da República optou por devolver o diploma **sem a devida consideração pelo movimento popular que já estava em marcha, pelo profundo significado emocional que esta questão representa para milhares de portugueses.**

*Senhor Presidente, caros membros desta Assembleia,*

A democracia local é um pilar fundamental da nossa organização política. As freguesias são a expressão mais próxima e mais autêntica dessa democracia.

Saudamos, por isso, a corajosa decisão do PSD em levar de novo o diploma ao Parlamento, no próximo dia 21 de Março, honrando assim o compromisso assumido com as populações.

**Apelamos igualmente às restantes forças políticas que coloquem o interesse das comunidades locais acima de quaisquer considerações partidárias e viabilizem esta importante medida.**

As populações das freguesias em causa merecem ser pacificadas nos seus direitos, ver as suas expectativas atendidas, ver a alma das suas freguesias restituída.



Não podemos continuar a adiar uma decisão que é, acima de tudo, um ato de justiça histórica e de respeito pela identidade cultural e administrativa das nossas comunidades.

Apelo, por isso, a esta Assembleia que se pronuncie inequivocamente em defesa da desagregação das freguesias do nosso concelho, demonstrando assim o seu compromisso com a democracia de proximidade e com o respeito pela identidade e pela vontade das nossas populações.

A história julgará a forma como agimos neste momento crucial. Estejamos à altura das responsabilidades que os nossos concidadãos depositaram em nós.

✕ **Nota:** Uma palavra para os cidadãos do Canhoso que foram esquecidos. Ninguém tratou **atempadamente** do seu processo de desanexação e estão hoje decepcionados com os seus eleitos.

O **Movimento Covilhã Tem Força** quer deixar aqui o seu lamento.

*Muito obrigado.*



## Assembleia Municipal

### Declaração de âmbito político

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores;

Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia Municipal e digníssimos presidentes das juntas de freguesia;

Exmos. Técnicos e funcionários da autarquia;

Exmos. Senhores Jornalistas;

Caras e caros concidadãos,

Vivemos confrontados com condições externas altamente desafiantes e imprevisíveis. O contexto de guerras, uma delas nas fronteiras da União Europeia e que é uma ameaça séria à soberania dos estados; a tentativa de recuperação da economia mundial pós-pandemia, ainda com efeitos bem visíveis, sobretudo, nos países mais pobres; as desafiantes alterações políticas e económicas de alguns países mais próximos da nossa democracia; são desafios de uma enorme incerteza para o nosso país e concidadãos.

Fruto deste contexto, é indubitável a importância do diálogo, da manutenção da estabilidade e de entendimento, da seriedade e da transparência na governação do nosso país e das nossas cidades. Só estas capacidades conferem previsibilidade de acção aos mercados, aos nossos investidores e a quem nos procura para aqui viver e se fixar.

É por isso alarmante, para aqueles que defendem a estabilidade e a previsibilidade, olhar ao crescimento das posições políticas extremadas.

É por isso pertinente, combater a desinformação, aumentando a qualidade da informação pública e a sua divulgação em todos os órgãos e meios.

É por isso urgente, governar com maior transparência e escrutínio.



O crescimento da extrema-direita e dos movimentos nacionalistas são uma crescente preocupação política, social e económica, e que trazem consigo uma série de riscos para a democracia, para estabilidade social e as relações internacionais.

Estes movimentos, alimentados pelos discursos da exclusão, xenofobia, ódio e polarização, são um desafio para a coesão social, para os direitos humanos, das minorias e para o próprio funcionamento das instituições democráticas.

Estas correntes enfraquecem as fundações da democracia e aumentam as desigualdades. Num momento em que os desafios globais exigem, mais do que nunca, cooperação, compreensão mútua e solidariedade, o fortalecimento de ideologias nacionalistas representa um retrocesso perigoso para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e humanistas.

Começamos já a sentir o impacto do resultado eleitoral dos EUA. Nas taxas, nas ameaças, na falta de diálogo, na perseguição e na destruição de valores e normas que tínhamos como adquiridos.

Na Alemanha, assistimos este fim-de-semana, ao resultado inimaginável de um partido que lavra os seus ideais no nacionalismo alemão, que outrora marcara o nosso mundo de forma tão negativa e inesquecível.

A resposta política a este fenómeno deve ser firme e unida, promovendo a inclusão, o respeito pelos direitos humanos e o fortalecimento das nossas instituições democráticas.

No plano interno, na nossa cidade, enfrentamos um contexto igualmente desafiante.

As eleições estão à porta. Com elas, com os novos desafios sociais, demográficos e económicos que enfrentam as cidades do nosso país, serão certamente um terreno profícuo para tomada de posições mais extremas e que não nos devem representar.

A este propósito, mais do que comentar candidatos em uma qualquer sondagem, queremos salientar aquele que foi finalmente o trabalho de escuta de um socialista à população. É certo que uma amostra da população, mas não deixa de ser relevante analisar algumas dessas conclusões.



Vejamos:

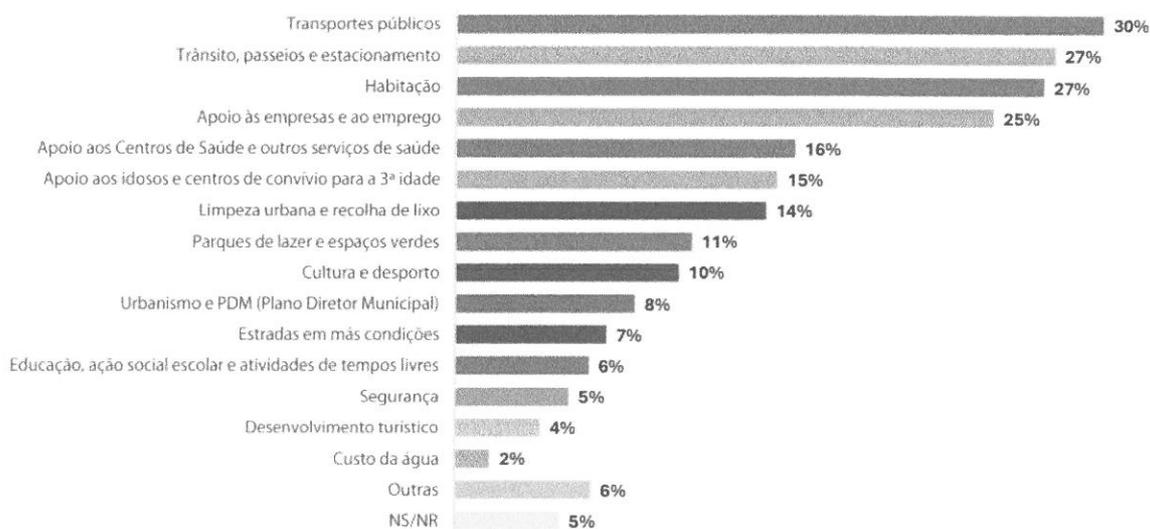
1. **Qualidade de vida no concelho:** 47% dos inquiridos respondem muito má, má, ou nem boa e nem má.

Que conclusões poderemos retirar desta avaliação?

Depois de quase 12 anos de promessas socialistas no nosso município não deveria ser esta avaliação melhor?

Onde falhou?

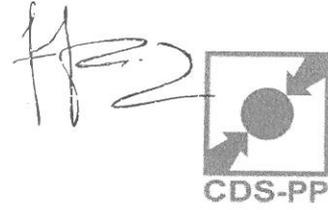
2. **Maior problema do concelho:**



3. **Avaliação da governação do PS na CM:** 53% dos inquiridos respondem que a governação foi muito má, má, ou nem boa e nem má.

Iremos certamente ouvir os deputados socialistas com a cassete “a oposição só critica”, mas e agora a oposição está representada nestes 53%?

A oposição teve razão ao apresentar aqui propostas, protestos e reclamações contra esta governação. A prova está aqui. A prova está que há uma minoria, a leste do dia-a-dia da cidade e que tal como no País das Maravilhas, acha que o reino está bem.



Covilhã, 25 de Novembro de 2024

O Grupo Municipal do CDS-Partido Popular

Joana Petrucci Rocha, João Bernardo e Nuno Reis



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro de 2025

HAK  
H2

## Voto de Louvor

### Laura Taborda – Atleta de Alto Rendimento no Atletismo

Laura Taborda nasceu em 1999, na Covilhã, freguesia de Santa Maria. Desde cedo demonstrou interesse pelo desporto, mas foi apenas aos 13 anos que iniciou a sua jornada no atletismo, integrando o Grupo Desportivo da Bouça. O seu percurso passou por clubes como o Grupo Desportivo das Donas, Os Leões da Floresta, o Pentaclubes da Covilhã e o Sporting Clube de Portugal, até chegar à sua atual equipa, o Sporting Clube de Braga.

Com uma evolução notável, Laura destacou-se desde cedo ao bater vários recordes distritais, nomeadamente nos 1500m obstáculos, 1000m planos e, mais tarde, nos 2000m obstáculos. Em 2016, sagrou-se pela primeira vez Campeã Nacional nos 2000m obstáculos, título que voltou a conquistar em 2023 e 2024 nos 3000m obstáculos. Atualmente, a sua marca coloca-a como a 4ª melhor atleta portuguesa de sempre nesta disciplina, atrás de figuras olímpicas como Jéssica Augusto, Sara Moreira e Clárisse Cruz.

Ao longo da sua carreira, Laura conquistou também seis títulos de vice-campeã nacional, tanto em pista (5000m) como em corta-mato.

Em 2019, Laura decidiu expandir os seus horizontes e embarcou numa jornada académica e desportiva nos Estados Unidos, conciliando os estudos com o atletismo. Ingressou na **Eastern Kentucky University**, onde deixou a sua marca ao bater o recorde da Universidade nos 3000m obstáculos e sagrar-se tricampeã da sua conferência.

Em 2023, transferiu-se para a **Universidade do Arkansas**, treinando sob a orientação de Lance Harter, um dos mais conceituados treinadores de atletismo nos EUA. Durante esta fase, elevou ainda mais o seu nível competitivo,

alcançando a 5ª melhor marca portuguesa de sempre nos 3000m obstáculos. Em 2024, no **Campeonato Nacional da NCAA**, em Oregon, terminou na 5ª posição, garantindo o prestigiado título de **All-American**. Prova esta que a colocou na posição de quarta melhor de sempre em Portugal nesta disciplina.

Após concluir os estudos, Laura decidiu regressar a Portugal para continuar a sua carreira de alto rendimento mais perto de casa. Em novembro de 2024, sagrou-se vice-campeã nacional de corta-mato e, em dezembro, competiu no **Campeonato da Europa de Corta-Mato**, alcançando a 34ª posição individual. A sua determinação e espírito de equipa levaram-na a uma das suas maiores conquistas até ao momento: **em fevereiro de 2025, ao lado das suas colegas do Sporting Clube de Braga, tornou-se Campeã da Europa por Clubes na Taça dos Campeões Europeus de Corta-Mato, realizada em Albufeira.**

Laura leva a sua carreira desportiva com enorme seriedade e paixão, representando com orgulho a sua cidade natal e o seu país. O seu percurso, marcado pela resiliência e conquistas, reflete o seu compromisso com o atletismo de alto nível.

Como reconhecimento pela sua prestação desportiva, que muito honra o nosso Concelho, e com votos de sucessos futuros, o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU – PCP/PEV) vem propor que a Assembleia Municipal da Covilhã aprove este voto de louvor e recomendar ao Senhor da Presidente da Câmara Municipal e ao Executivo Municipal o apoio (já solicitado) a esta jovem covilhanense, atleta de nível europeu e mundial.

Covilhã, 26 de Fevereiro de 2025

O Grupo Municipal da CDU – PCP-PEV

---

## Voto de Louvor Laura Taborda

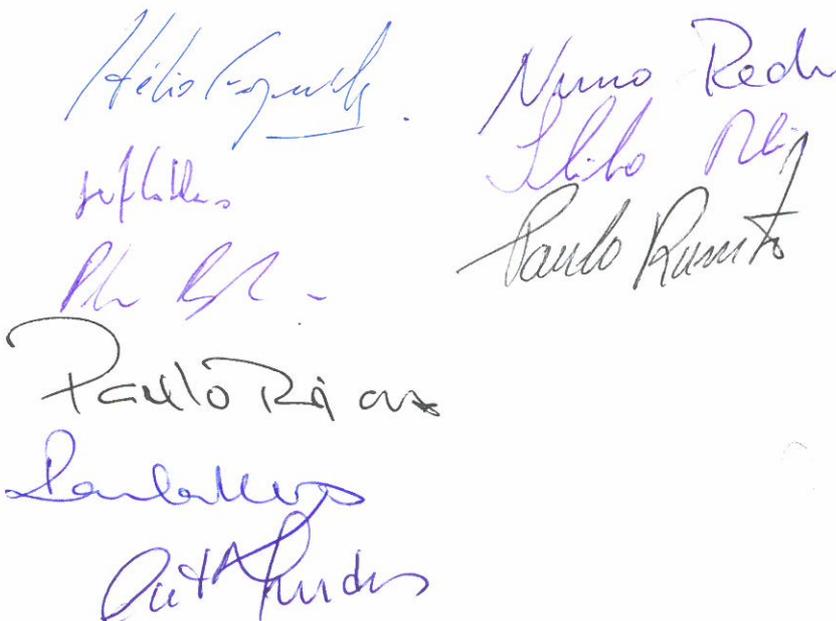
Laura Taborda, natural da Covilhã, tem-se destacado como uma das mais promissoras atletas de corta-mato e meio-fundo em Portugal. Tendo iniciado a sua carreira no Penta Clube da Covilhã e posteriormente representando o Sporting Clube de Portugal, Laura Taborda tem acumulado títulos e honras que enchem de orgulho a nossa comunidade.

Entre outros feitos e depois de se sagrar Campeã Portuguesa nos 3000m obstáculos em 2023 e 2024, ter representado Portugal em diversas competições internacionais, como por exemplo o Campeonato Mundial Universitário de Corta-Mato, recentemente integrou a equipa do Sporting de Braga que conquistou o Campeonato Europeu de Corta-Mato.

A sua dedicação, esforço e espírito desportivo são um exemplo inspirador para todos os jovens atletas nacionais, para a comunidade em geral e em particular para os Covilhanenses. Laura Taborda não só eleva o nome da Covilhã no panorama desportivo nacional e internacional, como também demonstra os valores de perseverança, excelência e determinação.

Expressando o seu reconhecimento e gratidão à Laura Taborda e desejando contínuos sucessos na sua carreira desportiva, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária no dia 26 de fevereiro de 2025, deliberar o presente voto de louvor à atleta e Covilhanense Laura Taborda, pelos seus notáveis feitos desportivos e pela sua dedicação ao atletismo.

Covilhã, 26 de fevereiro de 2025





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro de 2025

### Voto de Louvor

Elisabeth Morão é docente de francês e inglês no Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, na Covilhã, licenciada em estudos franceses e ingleses na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e com um Mestrado em ensino de francês e inglês, versando sobre o papel das emoções nas aprendizagens.

Tem várias obras publicadas: Emoções, de Betty Blue na Chiado Editora, O Homem Maior, edição de autor, e várias colectâneas de autores lusófonos, na Lua de Marfim Editora, na Orquídea Edições e na Papel D'Arroz Editora. Tem participado na Revista do Grupo Poético de Aveiro, na obra conjunta de poesia em quatro línguas ibéricas, português, galego, castelhano e catalão, Verba Volant, com coordenação de Xavier Frias-Conde.

Participa em apresentações de poesia, nomeadamente duas no âmbito do SIAC (Mostra de Arte Contemporânea) na Guarda, dinamiza oficinas de escrita criativa, nomeadamente no âmbito do Festival Bliss - Ananda Marga e nas iniciativas da Beira Converge e Cultupia. Participou em várias mostras culturais no âmbito do Montefest. É uma das coordenadoras da revista literária Giesta do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto. Apresentou agora a sua última obra, Corpo Manso Loucura Branda.

Como reconhecimento pela sua prestação cultural, no âmbito da poesia, produção literária em revistas, participação em oficinas e mostras culturais, que muito honram o nosso Concelho, o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU – PCP/PEV) vem propor que a Assembleia Municipal da Covilhã aprove este voto de louvor.

Covilhã, 26 de Fevereiro de 2025

O Grupo Municipal da CDU – PCP-PEV



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro de 2025

**Saudação à luta das populações pelo fim das portagens na A23 e A25**

A introdução de taxas de portagens nas antigas autoestradas SCUT, como a A23 e a A25, imposta pelos Governos PSD/CDS e PS, e sob os argumentos mais falaciosos, como o princípio do utilizador-pagador, penalizou a região, constituiu um rude golpe no tecido económico e agravou as condições de vida de todos aqueles que, sem alternativas, circulam nestas vias estruturantes. Decorridos todos estes anos é possível concluir que neste processo só as concessionárias ficaram a ganhar. O Estado, as populações, os trabalhadores e a economia regional perderam e muito.

O PCP e a CDU, sempre se opuseram à cobrança de portagens e colocou-se do lado das populações que desde o primeiro momento se manifestaram contra esta injusta decisão. As reduções conseguidas no valor das portagens e a sua abolição, a partir do dia 1 de Janeiro de 2025, são inseparáveis da acção e da luta das populações e da *Plataforma P'la reposição das SCUTS*, que daqui saudamos, da acção do PCP e da CDU – que sempre defendeu e defende que estas vias, por serem fundamentais para o desenvolvimento regional, por não terem alternativa viável e por imperativo de justiça social não devem ser portajadas.

O fim das portagens é uma medida justa que só não aconteceu antes porque PSD, CDS, IL, e PS, sempre recusaram as propostas que visavam a sua eliminação, sendo que a ex-Ministra da Coesão do PS chegou mesmo a dizer que a abolição estaria “cada vez mais longe de ser uma possibilidade”.

Depois de passar anos a chumbar propostas do PCP no mesmo sentido, o PS, já na oposição, apresentou uma proposta de fim das portagens, aprovada por uma ampla maioria na Assembleia da República, onde se incluiu o PCP, da Lei n.º 37/2024, de 7 de Agosto, com os votos contra de PSD, CDS e abstenção da IL, que determina a eliminação de taxas de portagem em determinados lanços e sublanços de autoestradas do Interior, caso da A23 e A25, entre outras.

Esta, reafirma-se, é uma vitória que só foi possível devido à luta organizada, árdua e tenaz das populações. Vale sempre a pena lutar e o PCP cá estará para impulsionar essas lutas em prol de melhores condições de vida e mais justiça social para todos.

**Até porque, nesta matéria, e como defendemos, é preciso continuar a lutar pelo fim das compensações para as concessionárias que já acumulam milhões de lucros e pela reversão para o Estado destas parcerias público-privadas, negócio ruinoso que não pode continuar a penalizar o erário público como tem feito até agora.**

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, delibera:



- Saudar vivamente as populações, os trabalhadores, a Plataforma Pl'a Reposição das SCUTS pela luta vitoriosa travada pelo fim das portagens na A23 e A25, cuja entrada em vigor, no dia 1 de Janeiro de 2025, significa repor a justiça na região e é uma condição muito importante para fixar, atrair pessoas e investimentos e, por essa via, contribuir para a melhoria das condições de vida.

Covilhã, 26 de Fevereiro de 2025

O Grupo Municipal da CDU – PCP-PEV



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro de 2025

Handwritten signature and initials in blue ink.

## SAUDAÇÃO

### 8 de Março – Dia Internacional da Mulher

No dia 8 de Março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Em 1910, por proposta de Clara Zetkin, foi aprovado um dia internacional que determinava uma acção comum pela emancipação das trabalhadoras e pelo sufrágio universal, em homenagem à dura luta travada em 1857 pelas operárias de uma fábrica têxtil em Nova Iorque.

Este dia representa o símbolo da luta emancipadora das mulheres e um marco na defesa dos direitos pela igualdade, justiça social, progresso e paz.

Não só neste dia, como em todos os dias do ano, é fundamental dar passos para a igualdade. Se é verdade que já se conseguiu muito, também é verdade que há ainda um longo caminho a percorrer para que tenhamos uma sociedade onde homens e mulheres tenham os mesmos direitos e deveres e onde a desigualdade de género seja eliminada nas diversas dimensões da vida – económica, política, social, cultural.

O Dia Internacional da Igualdade Salarial, celebrado a 18 de setembro, representa os esforços de longa data em direção à obtenção de remuneração igual para trabalho de igual valor. Este facto baseia-se no compromisso das Nações Unidas para com os direitos humanos e contra todas as formas de discriminação, incluindo discriminação contra mulheres e raparigas.

Em todo o mundo, as mulheres recebem menos que os homens, com a diferença salarial estimada em cerca de 20%.

Embora a igualdade salarial para homens e mulheres tenha sido alvo de investimento, aplicá-la na prática tem sido difícil. Em Portugal, a realidade é similar. Segundo dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Quadros de Pessoal 2022), a diferença entre o salário médio das mulheres e dos homens, é de 13,2% com prejuízo para as mulheres.

Apesar das profundas transformações na condição feminina, dos avanços significativos na desconstrução de estereótipos, e do reconhecimento, visibilidade e respeito pelo estatuto social e político das mulheres, tendo sido conquistas difíceis, estas devem ser valorizadas e aprofundadas, e nunca poderemos permitir que ocorra qualquer retrocesso.

Em Portugal, contrariando os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, continuam a persistir inúmeras desigualdades, preconceitos e discriminações no trabalho, na vida e na sociedade, em relação às mulheres. Prova disso são os números cada vez mais vergonhosos da violência doméstica.

Importa por isso continuar a combater as disparidades salariais entre homens e mulheres por uma força de trabalho mais eficaz e uma sociedade mais justa, bem como, a promoção da igualdade e da melhoria salarial.

E por fim, assinalar o Dia 8 de Março é uma oportunidade para exigir do poder político uma intervenção coerente em defesa da qualidade de vida e da igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres.

Neste sentido, Assembleia Municipal da Covilhã delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU-PCP/PEV):



Saudar todas as mulheres portuguesas por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em particular as mulheres do concelho da Covilhã, apelando à continuidade na reivindicação pela igualdade de direitos e de oportunidades.

Saudar as iniciativas promovidas no âmbito do Dia Internacional da Mulher no nosso Concelho.

Covilhã, 26 de Fevereiro de 2025

O Grupo Municipal da CDU – PCP-PEV



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro de 2025

Handwritten signature and initials in blue ink.

## **Voto de Protesto**

### **Pelo Veto do Senhor Presidente da República de não promulgação da Lei que repõe 302 Freguesias, 8 das quais do Concelho da Covilhã**

A decisão de não promulgação e devolução da Lei que repunha 302 freguesias, das mais de mil e cem roubadas ao povo em 2013, traduz uma atitude de desprezo pela vontade expressa das populações e dos seus órgãos representativos. Recorde-se que esta reposição decorre não de iniciativas legislativas com origem na Assembleia da República mas sim da tradução na Assembleia da República, nos termos da Lei de Criação aprovada em 2021, da vontade manifestada expressamente por cada freguesia e órgãos municipais.

Não há razões nem argumentos plausíveis para não dar concretização à reposição das freguesias. Invocar a proximidade às eleições não tem a mínima base de consistência se for tido em conta que, quando se tratou da liquidação de mais de um milhar de freguesias, imposta pelo governo PSD/CDS a pretexto da troika – a sete meses das eleições locais de 2013 –, esse critério não foi invocado! As freguesias são o elemento mais próximo desse poder local participado que a Revolução de Abril consagrou, não determinado por critérios mais ou menos esquemáticos de governança europeia como é invocado.

Há todas as condições para, dentro dos prazos legais, a Assembleia da República confirmar o diploma e fazer justiça às populações e ao seu direito de ver a sua freguesia e órgãos representativos de volta com o que significa de proximidade, participação democrática e melhor resposta aos problemas, apesar do voto contra da Iniciativa Liberal e abstenção do Chega.

**A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 26 de Fevereiro de 2025, reitera o apoio à reposição das Freguesias de Casegas, Ourondo, Coutada, Barco, Peso, Vales do Rio, Cantar Galo e Vila de Carvalho constantes na**



proposta de Lei da reposição das referidas 302 freguesias e apela que em 5 de Março a Assembleia da República confirme a Lei aprovada.

O presente protesto deverá ser enviado ao Senhor Presidente da República e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República

Covilhã, 26 de Fevereiro de 2025

O Grupo Municipal da CDU – PCP-PEV

(Doc. 09)



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro de 2025

Handwritten signatures in blue ink, including the initials 'H2' and 'AS'.

## Transportes públicos no Concelho da Covilhã

### Moção de protesto

No início do ano de 2025 os Covilhanenses, no sentido lato do termo, ou seja, os habitantes do concelho da Covilhã foram confrontados com aumentos de cerca 20% na bilhética e passes mensais nos transportes públicos.

Após protestos vários dos utentes, da União de Sindicatos de Castelo Branco e do Movimento "Os mesmos de sempre a pagar" a Câmara decidiu:

"No caso do passe mensal urbano, o preço tinha passado de 33,95 € para 41,20€, mas com a intervenção municipal será reduzido para os 34,50€. O utilizador só terá um aumento de 0,55€, face a 2024. Já no passe mensal urbano + suburbano, o preço passou de 38,95€ para 47,25€, mas com a intervenção da Câmara ficará nos 39,60€, com o utente a pagar apenas mais 0,65€."

Ora, a intervenção da CMC teve por âmbito a concessão da Transdev "Covilhã Mobilidade" (Teixoso, Covilhã, Boidobra, Tortosendo), da qual a CMC é Entidade Gestora.

Porém, na área onde a CIM BSE é entidade gestora (por delegação da CMC), que abrange as freguesias do Norte (Vale Formoso/Aldeia de Souto e Verdelhos, Ferro e Peraboa) e Sul do Concelho ( Unhais da Serra, Paul, Aldeia de S.Francisco de Assis, Sobral de S. Miguel, S.Jorge da Beira e Corda do Rio - Dominguiso - Barco), **não existiu qualquer intervenção municipal na redução dos 20% de aumento da bilhética e passes mensais.**

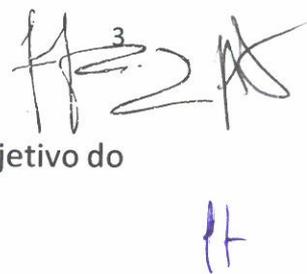
**A situação anterior, que já era de gritante injustiça, agravou-se em mais de 20% no custo da bilhética e passe.**

**O facto de a CIM das BSE ser entidade gestora, por delegação da CMC, não isenta de responsabilidades a entidade delegante da gestão do serviço de transporte.**

O que se verifica é que a CMC financia a concessão da Transdev " Covilhã Mobilidade" e **ESQUECE-SE da população do resto do Concelho.**

Esquece-se do trabalhador que se desloca das freguesias para serviços e empresas da Grande Covilhã e vice-versa, e que aufere vencimentos ao nível do salário mínimo. **Uma despesa de cerca de 100 € em transporte faz diferença na economia familiar.**

Obriga estes trabalhadores, face ao valor do bilhete e passe, a optar pelo transporte individual partilhado ou não.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a circled number '3'.

Assim, não reduzimos a emissões de carbono, não cumprimos o objetivo do programa de redução tarifária.

**Segundo o secretário - executivo da CIM (em declarações prestadas na Conferência sobre Mobilidade promovida pela Plataforma Contra as Portagens) a bilhética e os passes para as freguesias podem ser reduzidos, se a Câmara financiar.**

O Senhor Presidente da CMC, Vitor Pereira, já referiu em várias ocasiões, que a falta de equidade existente no Concelho se deve à exiguidade das verbas do Part, via OE, o que é meia verdade.

Em nome da verdade e transparência é necessário clarificar e informar esta Assembleia Municipal e, desde logo, a população do concelho, dos valores envolvidos na operação de transportes concelhios.

Que verbas do Part, Orçamento de Estado, recebe o Município ?

Qual o valor da receita mensal (bilhética e passes) dos diferentes programas de apoio à mobilidade?

Que esforço financeiro, do orçamento municipal, faz o município para a mobilidade concelhia?

**Quanto gasta o município no apoio à mobilidade na concessão Covilhã Mobilidade e na Concessão delegada na CIM BSE ?**

Quantos utentes (bilhética e passe mensal) de transporte público temos na concessão delegada da CIM BSE no nosso Concelho ?

Queremos ou não aumentar a utilização de transportes públicos?

É evidente que as verbas do Part e o esforço financeiro da autarquia está concentrado na concessão " Covilhã Mobilidade", não se assegurando equidade no financiamento dos transportes públicos no Concelho.

H

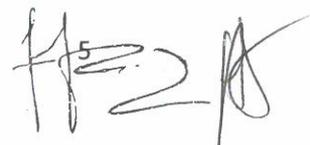
A Câmara Municipal da Covilhã, gerida pelo PS durante estes três mandatos, não foi capaz de alterar o modelo de gestão da mobilidade, injusto, construído pela anterior gestão do PSD/CDS, com medidas diferenciadoras e discriminatórias das populações rurais/interior/franjas do Concelho.

Na área da "Covilhã Mobilidade" por 10 bilhetes paga-se à volta de cinco Euros e o passe 41 €, quem vive em Casegas paga **5 € por cada bilhete e o passe 115 €**. O passe de S. Jorge da Beira chega aos 150 €.

**Situação incomportável e altamente penalizador da população que decide viver no interior/franjas do Concelho**

**Um cidadão com cartão social municipal**, maiores de 65 anos, tem passe de cerca 10 € ou pode adquirir blocos de 10 bilhetes por 1€ e 30, na concessão Covilhã Mobilidade, durante todo o mês.

**Um cidadão das referidas freguesias com cartão social municipal** não tem direito a passe e está limitado a 10 bilhetes por mês com a redução de 75% do valor do bilhete. Só pode deslocar-se 5 dias por mês da sua freguesia à cidade.



Se tiver passe mensal ou passe dos antigos combatentes, passados pela concessão da CIM BSE, não pode transitar na concessão Covilhã Mobilidade, apesar do contrato da concessão o permitir.

**A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 26 de fevereiro 2025, aprova o presente protesto e exige coerência, justiça, equidade, igualdade de tratamento e imparcialidade nas políticas municipais, onde, entre outros, devem estar presentes os princípios constitucionais da igualdade e da imparcialidade, também referidos no Código do Procedimento Administrativo.**

**Recomenda, ainda, que EM TODO O Concelho, no mínimo, se aplique um único passe intermodal, de 30 €, à semelhança do que se pratica nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, tendente para a gratuitidade já verificada na Região do Oeste, sem prejuízo dos regimes mais favoráveis já existentes para os jovens estudantes, detentores do cartão social municipal e dos antigos combatentes.**

Covilhã, 26 de Fevereiro de 2025

O Grupo Municipal da CDU – PCP-PEV

(Doc.10)

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Covilhã, 26 de Fevereiro de 2025

## **Voto de Louvor – Mário Lino Barata Raposo**

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo reconhecimento e louvor ao Prof. Doutor Mário Raposo pelo seu percurso de dedicação e serviço à Universidade da Beira Interior (UBI) e, por extensão, à cidade e à região.

Mário Raposo, enquanto Reitor da UBI, pautou a sua liderança por um compromisso inabalável com a excelência académica, a inovação e a internacionalização da instituição. Durante o seu mandato, foram implementadas estratégias fundamentais para o crescimento da universidade, consolidando-a como uma referência no ensino superior em Portugal e reforçando a sua ligação à comunidade, ao sector empresarial e às dinâmicas de desenvolvimento da Beira Interior.

O seu anúncio de não se recandidatar ao cargo de Reitor para o mandato 2025-2029 não diminui o seu legado, que se continuará a fazer sentir no futuro da universidade e da região, marcando uma era de progresso e reconhecimento.

Assim, os abaixo-assinados propõem que a Assembleia Municipal, reunida hoje, dia 26 de fevereiro de 2025, delibere aprovar este voto de louvor, dando conhecimento ao próprio, como forma deste órgão representativo de todos os covilhanenses manifestar a sua gratidão pelo trabalho desenvolvido e desejar ao Prof. Doutor Mário Raposo os maiores sucessos pessoais e profissionais nos desafios futuros que certamente terá pela frente.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã abaixo-assinados:

Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Rúben Nascimento  
Mafalda Nunes



Handwritten initials and signatures in the top right corner.

**Voto Louvor**

**Professor Mário Raposo**

**Mário Lino Barata Raposo** é natural de Tortosendo, concelho da Covilhã e nasceu a 27 de maio de 1959.

É Licenciado, Doutor e Agregado em Gestão pela Universidade da Beira Interior.

Tem uma pós-Graduação em “*Entrepreneurship and SMEs Mangament*” pela Universidade Autónoma de Barcelona e iniciou a sua vida profissional em outubro de 1980 como contabilista.

Em outubro de 1983 iniciou atividades docentes no ensino superior na Universidade da Beira Interior .

É professor Catedrático de Gestão da UBI desde julho de 2003. Leciona na área do Marketing, Estratégia, Competitividade, Empreendedorismo e Inovação. Ao longo do seu percurso foi Presidente de Departamento em Gestão e Economia. Fundador e Coordenador do NECE – Unidade de Investigação. Diretor dos cursos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento em Gestão e em Marketing e Estratégia. Foi Pró-Reitor da UBI de 1994 a 1998 e Vice-Reitor da mesma instituição de 1998 a 2009 e de 2013 a 2021. Tem publicados mais de noventa artigos e vários livros e capítulos de livros científicos. Os seus trabalhos científicos têm mais de dezasseis mil citações no Google Académico. Participou em vários estudos com interesse para o desenvolvimento do interior do país. Coordenou e participou em vários projetos de investigação, financiados por vários programas europeus. Foi membro dos painéis de avaliação dos cursos de Gestão e Marketing da A3Es entre 2009 e 2015 e é também membro Conselheiro da Ordem dos Economistas.

Em 2021 foi eleito o Reitor da Universidade da Beira Interior, o quinto da história da instituição num mandato que agora, em 2025, termina.

Entre várias realizações e concretizações do seu mandato destaca-se o alargamento das áreas de formação académica, a capacitação das infraestruturas, nomeadamente os investimentos nas condições de alojamentos de estudantes e o aprofundamento das relações da Universidade com a comunidade envolvente, nomeadamente com a Câmara Municipal da Covilhã e o tecido empresarial.

**Como expressão de louvor, reconhecimento e gratidão pelo trabalho desenvolvido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 26 de fevereiro de 2025 aprova este Voto de Louvor, o qual deve ser enviado ao próprio e à Universidade da Beira Interior.**

Handwritten signatures in blue ink.

Covilhã, 26 de fevereiro de 2025

Handwritten signatures in blue ink.

Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Mário Raposo'.

Handwritten signatures in blue ink.

(Doc. 1a2)

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and smaller initials below it.

Covilhã, 26 de fevereiro de 2025

## Voto de Saudação – Passe Ferroviário Verde

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária a 26 de fevereiro de 2025, expressa o seu reconhecimento pela implementação do Passe Ferroviário Verde (PFV), em vigor desde 21 de outubro de 2024. Esta iniciativa tem promovido a mobilidade sustentável e reforçado a coesão territorial em Portugal.

O PFV, disponível por 20 euros mensais para um período de 30 dias consecutivos, oferece também opções de 60 e 90 dias, a um custo de 40 e 60 euros, respetivamente. Este título de transporte permite viagens ilimitadas nos comboios Regionais, InterRegionais (2.ª classe), Urbanos de Lisboa e Porto (fora das áreas abrangidas pelos passes intermodais metropolitanos), Urbanos de Coimbra e nos Intercidades (2.ª classe), mediante reserva antecipada de lugar (<https://www.cp.pt/passageiros/pt/descontos-vantagens/descontos/ferroviario-verde>).

Contando com um desconto para estudantes na sua aquisição, desde a sua implementação, o PFV registou uma adesão significativa, com mais de 100 mil passes vendidos, a larga maioria correspondendo a novos clientes. Este sucesso reflete a eficácia da medida em tornar o transporte ferroviário mais acessível e atrativo para a população portuguesa.

Não sendo especificamente desenhado para a região, o PFV traz uma variedade de potenciais benefícios para o Interior e para a Covilhã e a Universidade da Beira Interior (UBI) em particular:

1. **Redução do custo das deslocações**, tornando as viagens de e para a Covilhã mais acessíveis, o que é especialmente importante aqueles que se deslocam regularmente ao concelho — como é o caso de vários docentes e convidados da UBI — ou a grandes centros urbanos, como é



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature, 'AD', and 'PT'.

o caso de cidadãos do concelho e da região para acesso a serviços não existentes no seu território.

2. **Promoção do turismo**, já que um passe acessível atrai mais visitantes à Covilhã e à Serra da Estrela, dinamizando a economia local.
3. **Sustentabilidade ambiental**, beneficiando regiões do interior onde a dependência do automóvel é elevada, reduzindo emissões de carbono e promovendo práticas sustentáveis.

Assim, os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã propõem que seja aprovado este voto de saudação, destacando o impacto positivo do PFV na promoção da mobilidade sustentável e na coesão territorial do país.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã abaixo-assinados:

Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Rúben Nascimento  
Mafalda Nunes



H  
MS  
H  
2

Covilhã, 26 de Fevereiro de 2025

## **Moção pela Modernização da Linha da Beira Baixa e Redução dos Tempos de Viagem de e até Lisboa e Porto**

Considerando que:

1. O Plano Ferroviário Nacional (PFN) do anterior governo do PS não prevê intervenções adequadas para garantir uma redução significativa dos tempos de viagem entre Covilhã e Lisboa, considerando que “o eixo da Cova da Beira, que liga as cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, é um eixo [cuja] densidade não é suficiente para justificar serviços ferroviários de elevada frequência” (p. 66 PFN).
2. O PFN reconhece que “[a Covilhã] não beneficia, no acesso a Lisboa, com a construção de nenhuma das novas linhas previstas neste Plano” (p. 67 PFN).
3. Não obstante, o PFN estabelece como objetivo um tempo de viagem inferior a 3 horas entre Lisboa e Covilhã, e menos de 2h15 entre Lisboa e Castelo Branco, para que a ferrovia seja minimamente competitiva face à rodovia. Alcançar esses tempos requer intervenções significativas no traçado atual da Linha da Beira Baixa (LBB; p. 66 PFN), que não estão previstas.
4. O Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), aprovado pelo governo do PSD e CDS-PP, também não contempla intervenções na LBB que visem a redução dos tempos de viagem.
5. Não obstante a recente modernização da LBB entre Covilhã e Guarda, o traçado manteve-se praticamente inalterado desde o século XIX. Mais do que a discussão de introdução de serviços de elevada frequência, a falta de atualização do traçado existente impede o aumento das velocidades médias de circulação, mantendo-as abaixo do necessário para uma operação eficiente.
6. O atual traçado da LBB apresenta deficiências graves, nomeadamente entre o Fundão e Castelo Branco (atravessamento da Gardunha), e entre



Handwritten signatures and initials in black and blue ink.

Ródão e Belver, resultando em tempos de viagem excessivamente prolongados e uma manutenção dispendiosa e insuficiente em termos de segurança.

7. As intervenções no atual traçado, nomeadamente o reforço das encostas e colocação de sensores, são soluções paliativas, não resolvendo o problema estrutural que impede velocidades mais elevadas.
8. Melhorias na infraestrutura ferroviária terão impactos positivos no desenvolvimento económico, turístico e sustentável da região.
9. A construção de um túnel entre o Fundão e Alpedrinha poderia reduzir o tempo de viagem em aproximadamente 30 minutos, eliminando curvas e declives acentuados (<https://noticiasdacovilha.pt/o-grau-zero-da-linha-da-beira-baixa/>).
10. O troço Ródão-Belver apresenta desafios geotécnicos significativos. A sua requalificação, implementando túneis cegos ou em pala nas encostas instáveis aumentaria a segurança e permitiria velocidades de 100 a 120 km/h, reduzindo o tempo de viagem em cerca de 30 minutos (<https://noticiasdacovilha.pt/o-grau-zero-da-linha-da-beira-baixa/>).

E ainda que:

1. Com a conclusão da Linha da Beira Alta (LBA), “a estação da Guarda passará, a ser a principal interface ferroviária no interior Centro do país, concentrando as ligações de longo curso através da nova linha Aveiro – Vilar Formoso, os serviços que permanecem na LBA e as ligações através da LBB, em direção à Covilhã ou a Castelo Branco” (p. 37 PFN).
2. “A oferta atualmente existente não explora todas as potencialidades deste eixo. A criação de serviços Intercidades Porto–Guarda cria uma oportunidade de incorporar nestes o serviço local, num modelo semelhante ao que existe hoje com os Intercidades Lisboa – Covilhã – Guarda, que asseguram a ligação rápida até à Covilhã e fazem serviço local entre a Covilhã e a Guarda” (p. 66 PFN).
3. A ligação direta entre a LBB e LBA, **sem transbordos**, “é uma forma eficiente de providenciar os serviços, já que evita a necessidade de ter serviços locais dedicados, com material circulante dedicado, ao mesmo



Handwritten signatures and initials in black and blue ink.

tempo que evita transbordos” (p. 66 PFN) e as consequentes perdas de tempo para os utilizadores de um eixo que pode ser circular.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão plenária a 26 de fevereiro de 2025, propõe ao Governo e às autoridades competentes a adoção das seguintes medidas:

1. **Construção urgente de um novo túnel sob a Serra da Gardunha**, entre o Fundão e Alpedrinha, permitindo uma redução imediata do tempo de viagem estimada em cerca de **30 minutos**.
2. **Requalificação integral do troço entre Ródão e Belver**, afastando a via do leito do rio e recorrendo à construção de túneis cegos ou em pala nas encostas mais instáveis, permitindo velocidades entre 100 e 120 km/h e uma redução adicional de cerca de **30 minutos** no tempo de viagem.
3. Correções pontuais adicionais ao traçado atual, nomeadamente na eliminação ou substituição de pontes obsoletas por viadutos, e a correção de curvas excessivas entre a Ponte de Corges e Caria.
4. **Criação de uma ligação direta entre a LBB e a LBA, sem transbordos na Guarda**, permitindo que um serviço proveniente de Lisboa siga o percurso direto — sem transbordos — até ao Porto, e vice-versa, reduzindo significativamente o tempo de viagem para o Porto por parte dos utilizadores da LBB e para Lisboa por parte dos utilizadores da LBA.

As intervenções propostas teriam benefícios ao nível do:

- **Aumento da Competitividade:** Reduzir os tempos de viagem tornará a ferrovia uma alternativa mais atraente em comparação com a rodovia, promovendo o uso do transporte ferroviário para passageiros e mercadorias.
- **Desenvolvimento Regional:** Impulsionar o turismo e a economia local, especialmente em áreas servidas pela LBB.
- **Sustentabilidade Ambiental:** A promoção do transporte ferroviário contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa, alinhando-se com as metas ambientais nacionais e europeias.



A Assembleia Municipal da Covilhã apela ao Governo para que a região não seja penalizada pela falta de investimentos estruturantes, mesmo quando comparada com outras regiões vizinhas. As intervenções propostas são essenciais para modernizar a LBB, tornando-a mais eficiente e, tal como a região, mais competitiva. A implementação destas medidas não só beneficiará os utilizadores atuais, mas também promoverá o desenvolvimento económico e sustentável da região.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã abaixo-assinados:

Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Rúben Nascimento  
Mafalda Nunes



AS

Voto Pesar

Maria Eugénia Gaiola

Handwritten signature/initials

Maria Eugénia Abrantes Cardona Gaiolas, nasceu a 7 de setembro de 1946 na Covilhã.

Frequentou o ensino primário na Escola do Rodrigo e o secundário no antigo Liceu Nacional da Covilhã.

Começou a trabalhar em 1966 passando pelo condicionamento e Laboratório Têxtil e Segurança Social, ingressando na Caixa Geral de Depósitos em 1973, onde desempenhou durante 8 anos a função de Subgerente na Agência de Xabregas.

Mais tarde foi colocada na Agência do Fundão da Caixa Geral de Depósitos, sendo posteriormente convidada a assumir a Gerência da Agência do Teixoso desde a sua abertura, onde permaneceu durante 12 anos até à aposentação.

Em termos políticos desempenhou as funções de Primeira Secretária em dois mandatos, como independente, na Assembleia de Freguesia de S. Pedro da Covilhã.

No âmbito social foi durante mais de 20 anos membro do Clube de Serviços LIONS CLUB COVA DA BEIRA, onde exerceu duas vezes as funções de Presidente de Direcção e ainda Presidente de Divisão.

Cidadã ativa, exemplar, afável, generosa, de trato fácil e cuidadoso, dedicou os últimos anos da sua vida à família e à comunidade, sempre solidária e empenhada em ajudar os outros.

**Como expressão de reconhecimento e gratidão, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 26 de fevereiro de 2025, expressa o seu profundo pesar pelo seu falecimento e endereça à família, sentidas condolências.**

Covilhã, 26 de fevereiro de 2025

|  |  |
|--|--|
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |



---

## Voto de Protesto

### À postura da Iniciativa Liberal perante o processo de Desagregação de Freguesias

No passado dia 17 de janeiro, a Assembleia da República aprovou a desagregação de 135 uniões de freguesia que haviam sido agregadas em 2013, pela denominada Lei Relvas, cumprindo assim o desejo manifestado pelas populações afetadas pela lei referida. No caso do concelho da Covilhã, esta deliberação do parlamento vem na sequência de aprovações, sempre por unanimidade, nas Assembleias de Freguesia de Barco e Coutada, Cantar-Galo e Vila do Carvalho, Casegas e Ourondo, e Peso e Vales do Rio, na Câmara Municipal da Covilhã e nesta própria Assembleia Municipal.

Na Assembleia da República, PS, PSD, CDS, PCP, BE, L e PAN, após um longo processo interno de análise dos pedidos recebidos, respeitaram a vontade das populações destas 135 uniões de freguesia e deliberaram o seu término. O CH absteve-se e a IL votou contra.

A Assembleia Municipal da Covilhã, embora discorde veementemente das tomadas de posição tanto da IL como do CH, respeita-as democraticamente. O que esta Assembleia Municipal da Covilhã não pode tolerar de ânimo leve é que, por forma a justificar o sentido de voto, a Iniciativa Liberal tenha posto a circular material publicitário demagógico sobre o assunto e, principalmente, tenha faltado ao respeito a tantos autarcas deste país, em que naturalmente se incluem os Presidentes de Junta e restantes membros dos órgãos executivos de freguesia do nosso concelho.

Os Presidentes de Junta de Freguesia, ainda mais em territórios do interior, prestam um serviço inestimável para com as suas comunidades, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento das suas vilas e aldeias, algumas delas muito distantes das sedes de concelho. Não é por isso aceitável que a Iniciativa Liberal, através das páginas oficiais, venha apelidar de “tachos” os órgãos de freguesia, num sinal claro de desrespeito para com o trabalho dedicado que os eleitos nas freguesias fazem em prol das populações.

A recuperação das 8 freguesias no concelho da Covilhã aprovadas pela Assembleia da República, às quais esperamos que se junte em breve a freguesia do Canhoso, não são “mais tachos” como a Iniciativa Liberal alega mais sim o cumprimento da vontade das



*Grupo Municipal do Partido Socialista*

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

populações, procurando um melhor serviço público, de maior proximidade, a bem do desenvolvimento do território.

É também digno de nota a divulgação de conteúdo enganoso por parte da Iniciativa Liberal, através de meias verdades, procurando criar ideias erradas sobre o processo de desagregação de freguesias. Por exemplo, divulgar massivamente a mensagem de que este processo criará 303 freguesias, escondendo que ao mesmo tempo são extintas 135, é estratégia comunicacional que apenas pode ser apelidada de demagogia.

Pelo referido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em Sessão Ordinária, aprova um voto de protesto à postura da Iniciativa Liberal perante o processo de desagregação de freguesias, evidenciada na enorme desconsideração demonstrada para com os eleitos nas freguesias portuguesas, nomeadamente para com os Presidentes de Junta e executivos de freguesia eleitos no nosso concelho, reconhecendo esta Assembleia a importância vital que estes têm na prestação de um serviço público digno às populações.

Covilhã, 26 de fevereiro de 2025.



## Moção

### Protesto às declarações do Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação relativas ao IC6

No passado dia 10 de janeiro, durante um jantar organizado pela concelhia do PSD do Fundão, o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, afirmou que o Itinerário Complementar 6 (IC6), que prevê a ligação da Covilhã a Coimbra, não está entre as prioridades do governo ao nível das infraestruturas rodoviárias para a região, considerando-a uma “prioridade secundária”.

Estas declarações proferidas pelo Senhor Ministro não podem deixar de merecer o total repúdio da Assembleia Municipal da Covilhã.

A conclusão do IC6 é uma necessidade premente para o desenvolvimento da Cova da Beira e da Serra da Estrela, traduzindo-se na única ligação eficiente entre estes territórios e o litoral do país, nomeadamente a cidade de Coimbra. Sendo reconhecido por todos que as alternativas atuais não são viáveis quer pelo critério de tempo de viagem, quer pela distância, e que a ausência desta ligação significa um gigantesco entrave à promoção de sinergias entre núcleos urbanos, não é compreensível que o ministro do governo português responsável pela pasta das infraestruturas não reconheça a absoluta prioridade que é o IC6.

As declarações do Senhor Ministro são ainda menos aceitáveis quando o próprio Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro, neste momento em fase de consultas, identifica o IC6 exatamente como uma prioridade absoluta para o desenvolvimento da Região Centro.

Acresce ainda o facto de constar do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, aprovado em Conselho de Ministro há cerca de um ano, o projeto de execução do troço do IC6 Covilhã-Folhadosa. Nesse sentido, o que seria de esperar do governo, nomeadamente do ministério das infraestruturas, é que desse sequência a essa deliberação empenhando-se ativamente no avanço imediato do projeto de execução mencionado por forma a que, em seguida, se possa avançar para a concretização desta obra que tão relevante é do ponto de vista da coesão territorial.

Desta forma, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em Sessão Ordinária, aprova esta moção como protesto às declarações do Senhor Ministro das Infraestruturas e



*Grupo Municipal do Partido Socialista*

---

Habitação relativas ao IC6, proferidas no Fundão em janeiro de 2025, secundarizando a importância deste itinerário complementar, aproveitando para questionar diretamente o Sr. Ministro relativamente aos planos do governo para esta via essencial para as populações da Cova da Beira, Serra da Estrela, Beira Interior e toda a região Centro do país.

Por forma a que tenha oportunidade de esclarecer esta Assembleia, esta Moção deve ser endereçada ao Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação.

Covilhã, 26 de fevereiro de 2025.

---

## Voto Pesar

### Irmã Elvira da Ascensão Vaz

A Ir. Elvira da Ascensão Vaz, nasceu a 5 de dezembro de 1928, na aldeia de Cerejo, do Concelho de Pinhel. Era filha de um agricultor da Rapa (Celorico da Beira) e cresceu numa grande quinta, cuidando de rebanhos que contavam com cerca de 40 cabeças de cabras e ovelhas. Desde pequena, ajudava na criação e produção de queijo. Uma vez, quando ainda não tinha 10 anos, expulsou dois lobos com um pau comprido e pedras, sem perceber o perigo que corria. Esta coragem infantil rendeu-lhe uma fotografia no jornal da época.

A mãe da Ir. Elvira, era natural de Cerejo, sendo queijeira o seu ofício, e a cada 15 dias, levava queijos para Celorico da Beira, de onde trazia pão, arroz, massa e dinheiro, sustentando assim a família.

Sua mãe de muito cedo, encaminhou-a para o Outeiro de São Miguel, onde o Sr. Capelo, amigo da família, era professor. Foi neste ambiente que a Ir. Elvira entrou para a Liga dos Servos de Jesus, fundada pelo Sr. D. João de Oliveira Matos, Bispo Auxiliar da Diocese da Guarda.

Aos 15 anos, a D. Palmira enviou-a para Manteigas, onde viveu a sua juventude, pedindo esmola nas ruas e nas fábricas locais. O seu trabalho empenhado garantiu tecidos para os uniformes das meninas, transportando panelas de feijão e contribuindo em várias casas da Liga dos Servos de Jesus.

Após um novo regresso ao Outeiro, a D. Palmira escreveu uma carta elogiando a Ir. Elvira como a "flor mais bonita" e enviando-a para a Cerdeira do Côa, onde trabalhou com esforço, como sempre. Também lá estavam como caseiros do colégio, os seus pais, cuja vida foi assim melhorando aos poucos.

Desejando sair da Cerdeira do Côa, a Ir. Elvira foi ouvida pelo Dr. Inácio, que a destinou à Covilhã. Contudo, devido à falta da 4.<sup>a</sup> classe, fez uma nova passagem por Manteigas para adquirir alguma escolaridade. Durante esse tempo, lavava roupa, cozinhava, cuidava das galinhas, levava as meninas à missa e para a praia, sempre recebendo elogios pelo apuro e apresentação das crianças a ela confiadas.

Finalmente, pelos seus 40 anos, estabeleceu-se na Covilhã, onde viveu até aos seus últimos dias, dedicando-se ao trabalho, mostrando uma liderança exemplar e um amor extraordinário pelos sacerdotes e pelos pobres.

Foram 56 anos, durante os quais acolheu a muitos com ternura e afeto.

A sua capacidade de bem receber e o carinho no serviço das refeições, tanto no Centro Cultural da Covilhã quanto numa casa na Serra - nas Penhas da Saúde, fizeram dela uma figura querida e admirada.

Durante a doença e no final da vida da Ir. Elvira, toda a comunidade local, sempre a admirava pela sua grande obra social que fez nesta cidade.

---

A 20 de novembro de 2024, falece no Fundão.

Em resumo, podemos dizer que marcaram na sua vida, os 56 anos, no Centro Cultural e Social da Covilhã, com o seu dinamismo que fez, em obra admirável, reformulando a estrutura da casa, dando condições condignas a quem habitava, fazendo mudanças estruturais, como quartos com casa de banho e um refeitório mais espaçoso, mudanças à vista que fizeram muita diferença a quem usufrui a casa.

A Ir. Elvira, fez do Centro Cultural, uma casa de acolhimento, onde sempre bateram à porta muitos necessitados e também acolheu pessoas que aqui quiseram viver neste Centro em vez de ir para os lares, fazendo desta a sua casa.

Tudo isto e muito mais, com a colaboração das Irmãs da Liga dos Servos de Jesus, de que ela foi a animadora, e “abelha-mestra”.

Teve sempre uma ligação grande com a Universidade da Beira Interior, acolhendo os estudantes, dando-lhe condições para Residência, onde poderiam estudar num ambiente, harmonioso e com valores.

Referimo-nos agora à Casa da Serra, nas Penhas da Saúde, casa que ela comprou, com dinheiro deixado por sua mãe.

Esta casa abriu as portas em 1984, foi comprada para acolher crianças que não podiam ir à praia e para as Irmãs que precisavam de respirar os ares da serra.

A “casa das Irmãs” como é carinhosamente conhecida passou a chamar-se também “Estrela da Manhã”, passou a receber pessoas de todo o país e do estrangeiro, que se deslocavam à Serra da Estrela.

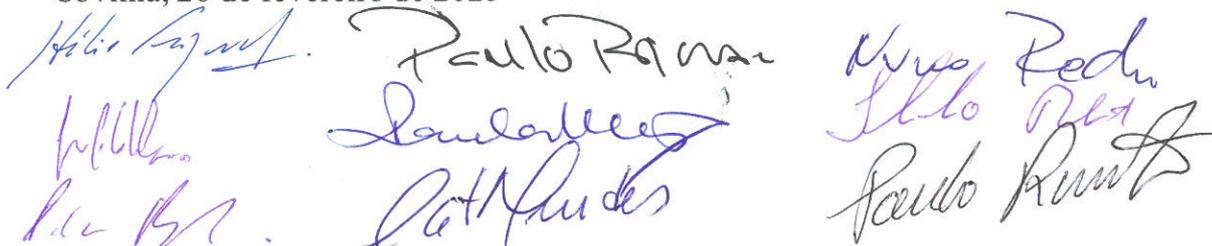
Também com a cooperação das Irmãs, a Ir. Elvira, renovou as instalações, fazendo na altura uma camarata com 36 camas, com capacidade para 39 pessoas, 11 quartos de casal, 3 salas de refeições, uma sala de convívio e um bar.

Nesta linha de colaboração, a Ir. Elvira manteve também uma boa colaboração com a Câmara Municipal da Covilhã, que ajudou a sua ação de bem fazer.

A Ir. Elvira, para além dos reconhecidos méritos religiosos, granjeou estima e respeito da comunidade Covilhanense, que ela amava e que lhe retribuía esse amor e carinho.

**Como expressão de reconhecimento e gratidão, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 26 de fevereiro de 2025, expressa o seu profundo pesar pelo seu falecimento e endereça à família, ao Centro Cultural e Social da Covilhã e à Liga dos Servos de Jesus, sentidas condolências.**

Covilhã, 26 de fevereiro de 2025



(Doc. 18)



**COVILHÃ TEM FORÇA**

A alternativa existe!  
#ContinuamosJuntos

*Prezado e Estimado Presidente da **Assembleia Municipal**, restante Mesa*

*Excelentíssimo Senhor Presidente do **Município da Covilhã***

*Senhoras **Vereadoras** e Senhores **Vereadores***

*Senhoras e Senhores **Deputados Municipais***

*Estimados **Presidentes das Juntas de Freguesia e das Uniões de Freguesias***

*Prezados **Jornalistas***

*Minhas Senhoras e Meus Senhores*

**Dirijo-me a esta Assembleia como porta-voz de uma preocupação crescente e urgente que tem sido expressa por inúmeros comerciantes da nossa cidade. O comércio tradicional da Covilhã, que durante gerações representou a alma e a vitalidade das nossas ruas, encontra-se hoje numa encruzilhada crítica que exige a nossa atenção imediata.**

**São muitos, os comerciantes que nos têm manifestado o seu profundo desalento face à falta de políticas concretas e eficazes de promoção do comércio local. Esta ausência de estratégia está agora a ser agravada sempre que há autorização, por parte da Câmara Municipal, da conversão de espaços comerciais em habitações.**

**Esta política, aparentemente inofensiva, está a provocar danos significativos no tecido comercial da nossa cidade. Ao permitir a reconversão de estabelecimentos comerciais em habitações, estamos a criar discontinuidades nas nossas ruas comerciais, transformando o que deveria ser um percurso contínuo e atrativo de lojas numa experiência fragmentada, entre lojas fechadas e casas de habitação.**

**Os comerciantes que investiram as suas poupanças, o seu tempo e a sua energia nos seus negócios veem agora o seu futuro ameaçado por uma política que, involuntariamente ou não, ameaça descaracterizar as nossas zonas comerciais tradicionais.**

**Transformar os rés-do-chão dos nossos edifícios em ruas comerciais em habitações, não resolverá o problema habitacional da Covilhã,** mas agrava as condições do nosso comércio tradicional, já tão severamente afetado pela concorrência das grandes superfícies, cujo número, como todos sabemos, continua a crescer no nosso concelho.

A habitação é, sem dúvida, uma prioridade. Mas existem outras formas de aumentar a oferta habitacional sem sacrificar o pouco que resta do nosso comércio tradicional.

O que propomos, em nome dos comerciantes que nos elegeram e que representamos, **é uma moratória imediata sobre as autorizações de conversão de espaços comerciais em habitações,** acompanhada pela criação de um grupo de trabalho que reúna representantes da Câmara Municipal, dos comerciantes, dos proprietários imobiliários e de especialistas em planeamento urbano, para desenvolver uma estratégia integrada de revitalização do comércio local.

O que está em causa não é apenas o futuro económico de algumas dezenas de comerciantes. O que está em jogo é a própria identidade da Covilhã como cidade viva, dinâmica e acolhedora.

Contamos com a sensibilidade e o sentido de responsabilidade de todos os presentes para que esta questão seja tratada com a seriedade e a urgência que merece.